RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS **2018**





PORTOS DA MADEIRA

O Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. agradece à comunidade portuária e, de um modo muito especial, aos seus colaboradores, o inestimável apoio, lealdade e colaboração.

0 INDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA 1
2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO 3
2.1. MOVIMENTO DE NAVIOS 3
2.2. MOVIMENTO DE PASSAGEIROS 4
2.3. MOVIMENTO PASSAGEIROS PROVENIENTES DE NAVIOS DE CRUZEIROS NO PORTO DO FUNCHAL 5
2.4. MOVIMENTAÇÃO GLOBAL DE MERCADORIAS 7
2.5. MOVIMENTO DE AUTOMÓVEIS NO PORTO DO CANIÇAL 2018 12
3. RECURSOS HUMANOS 14
3.1 CARATERIZAÇÃO 15
3.2 REGIME DE TRABALHO 20
3.3 ABSENTISMO 20
3.4 FORMAÇÃO PROFISSIONAL 21
3.5 HIGIENE, SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO 22
3.6 AÇÃO SOCIAL 23
3.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL 23
3.8 RELAÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO E DISCIPLINA 23
4. GOVERNO DA SOCIEDADE 25
4.1 MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICA DA EMPRESA 25
4.2 REGULAMENTOS EXTERNOS E INTERNOS 28
4.3 IDENTIFICAÇÃO E ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 31
4.4 FUNÇÕES EXERCIDAS NOUTRAS EMPRESAS/REPRESENTAÇÃO 32
4.5 ÁREAS DE TUTELA E SÍNTESE CURRICULAR DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 33
4.6 REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DECISÕES MAIS RELEVANTES 42
4.7 EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE, POR PARTE DA APRAM, S.A. 65
4.8 ENTIDADES ENCARREGADAS DE AUDITORIA EXTERNA 66
4.9 REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS 66
4.10 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS 68
5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A. 69
6. INVESTIMENTOS E PROJETOS COFINANCIADOS 78
6.1 EMPREITADAS 79
6.2 ESTUDOS E PROJETOS 85
6.3 PROJETOS COFINANCIADOS 87
7. CONCESSÕES/LICENÇAS 89
7.1 LICENÇAS 89

0 INDICE

7.2 CONCESSÕES E LICENÇAS DIVERSAS POR ÁREA DE JURISDIÇÃO DA APRAM, S.A..... 90
8. PROTEÇÃO 107
8.1 ISPS (INTERNATIONAL SHIP AND PORT FACILITY CODE) 107
9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS 110
9.1 AÇÕES DE PROMOÇÃO/ÁREA COMERCIAL 111
9.2 COORDENAÇÃO DOS ESPAÇOS SOB JURISDIÇÃO DA APRAM, S.A. 113
9.3 COMUNICAÇÃO 114
10. CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA 115
11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 117
RESULTADOS ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS..... 119
RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO 119
GASTOS DE EXPLORAÇÃO 120
ESTRUTURA DOS GASTOS DE EXPLORAÇÃO 122
FUNDOS LIBERTOS 122
SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL 122
FUNDO DE MANEIO 126
RÁCIOS DE NATUREZA ECONÓMICA 127
RÁCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA 127
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 129
SITUAÇÃO PERANTE A SEGURANÇA SOCIAL E O SECTOR PÚBLICO ESTATAL 129
PERSPETIVAS FUTURAS 129
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS 131
13. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 140
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO 140
2.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS 142
3. ATIVOS INTANGÍVEIS 148
4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE 148
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 149
6. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 151
7. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO 152
8. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES 153
9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO 162

0 INDICE

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE CAPITAL PRÓPRIO 163
11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 163
12. FLUXOS DE CAIXA 164
13. INVENTÁRIOS 165
14. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS 165
15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS COMUNITÁRIOS 166
16. SECTOR PÚBLICO ESTATAL 169
17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS 169
18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS 172

Gráficos:

Gráfico 1 – Distribuição do movimento de navios por infraestrutura portuária 3
Gráfico 2 – Evolução do movimento de navios por infraestrutura portuária 4
Gráfico 3 – Distribuição dos passageiros por segmento 5
Gráfico 4 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal 5
Gráfico 5 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro/entre ilhas 6
Gráfico 6 – Evolução do movimento global de passageiros nos portos do Funchal e do Porto Santo 7
Gráfico 7 – Movimento de mercadorias por infraestrutura portuária 7
Gráfico 8 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária 8
Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por tipologia: importação/exportação 8
Gráfico 10 - Movimento de Contentores, por tipo 9
Gráfico 11 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação 10
Gráfico 12 – Graneis Sólidos, por portos da RAM 10
Gráfico 13 - Graneis Líquidos, por portos da RAM 11
Gráfico 14 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM 11
Gráfico 15 – Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal 12
Gráfico 16 – Movimento de Automóveis no Porto do Funchal de julho a setembro de 2018 13
Gráfico 17 – Descarga De Inertes 13
Gráfico 18 - Distribuição dos colaboradores 15
Gráfico 19 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária 16
Gráfico 20 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais 17
Gráfico 21 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais 18

0 INDICE

Gráfico 22 - Distribuição do efetivo por antiguidade 19
Gráfico 23 - Distribuição do efetivo por estrutura etária 19
Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho 20
Gráfico 25 - Absentismo/Motivo 21
Gráfico 26 - Formação Profissional 21
Gráfico 27 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos 22
Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados 24

Quadros:

Quadro 1 – Remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral 67
Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração 67
Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A. 70
Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A. 71
Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas 73
Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A. 75
Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas 76
Quadro 8 - Estrutura dos Gastos de Exploração 117
Quadro 9 - Rendimentos de Exploração 120
Quadro 10 - Gastos de Exploração 121
Quadro 11 - Estrutura dos Gastos de Exploração 122
Quadro 12 - Fundos Libertos 122
Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (1) 123
Quadro 14 – Situação Financeira e Patrimonial (2) 125
Quadro 15 – Fundo de Maneio 126
Quadro 16 – Rácios de Natureza Económica 127
Quadro 17 – Rácios de Natureza Financeira 128

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A APRAM, S.A. uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, sendo tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

Desde 2012, durante a vigência do PAEF – Plano de Ajustamento Económico Financeiro, as atividades da APRAM, S.A. têm sido fortemente condicionadas pela reclassificação da empresa e a sua integração no perímetro da administração pública regional.

Os investimentos realizados pela APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. no ano de 2018, integrados no PIDDAR encontram-se detalhados no capítulo 6, enquadram-se na concretização da estratégia do "Compromisso Madeira@2020" no âmbito do Plano de Desenvolvimento Económico e Social para o período de programação 2014-2020 e, simultaneamente, contribuem para a concretização dos objetivos definidos no Programa do Governo Regional para o período 2015-2019.

Na atividade desenvolvida pela APRAM, S.A., destaca-se o sector do turismo de cruzeiros, importante incrementador de rendimento para os sectores da restauração, do comércio e indústria de lazer. Neste segmento a Madeira conseguiu manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa.

As ligações marítimas entre a Madeira e o Porto Santo, e a reativação da linha marítima Funchal/Portimão/Canárias, com 12 viagens realizadas entre junho e setembro, são de primordial importância no assegurar a continuidade territorial, constituindo obrigações de serviço público, com inegáveis benefícios para a população, promovendo a mobilidade de pessoas e bens.

A RAM dispõe de ligações regulares de transporte marítimo de mercadorias – cabotagem insular, com obrigações de serviço público entre os portos da Madeira e os portos do continente português.

No que concerne ao transporte marítimo de mercadorias, de notar a importância para um Arquipélago que desempenham os seus portos comerciais - importa 95% do seu consumo

1. Nota Introdutória

(representando o transporte marítimo de mercadorias 99% do mercado) e exporta parte da sua produção, em especial, no segmento de produtos tradicionais (frutas, com especial relevância para a banana; madeira de eucalipto e vinho).

O principal porto comercial de mercadorias da RAM é o porto do Caniçal, em exploração desde 2005, dispondo de instalações para receber e armazenar contentores, graneis sólidos e líquidos e carga convencional, sendo escalado por navios de linhas regulares (regime de cabotagem insular) que o ligam aos principais portos do continente português.

Em 2018 a APRAM, S.A. conseguiu um cash flow de exploração de 4,615 M€.

A formalização recente do Cluster Marítimo da Macaronésia, envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e privadas da Madeira, Açores e Canárias, constitui uma "plataforma de entendimento e comunhão de interesses", sendo que a APRAM, S.A. é parceira em projetos de interesse comum, como sejam os projetos GAINN, com atividades no campo do LNG, Ecomarports, estudo das correntes meteo-oceanográficas, entre outros.

A simplificação de procedimentos logístico portuários, com o desenvolvimento da plataforma JUL – Janela Única Logística e os portos da Madeira e toda a sua comunidade portuária, trabalharam arduamente no ano de 2018 na construção da solução de modo a que a implementação ocorra no primeiro semestre de 2019. A apresentação das contas 2018 fica marcada pela implementação do SNC-AP, atenta a Instrução n.º 1/2019 do TdC, nomeadamente o ponto 1.4, que dispensa a não obrigatoriedade de apresentação de alguns mapas da NCP 26 e da NCP 1 até a entrada em vigor da LEO.

A segurança marítima, patrimonial e de pessoas e bens, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na manutenção e procura de novos mercados no segmento de cruzeiros, foram uma constante no ano de 2018, conforme se pode constatar pelos indicadores constantes do presente relatório de gestão, onde uma vez mais os portos da Madeira contribuíram com a sua missão de serviço público.

2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO

2.1. Movimento de navios

Em 2018 escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1 291 navios, o que equivaleu a uma média diária de 3,5 navios.

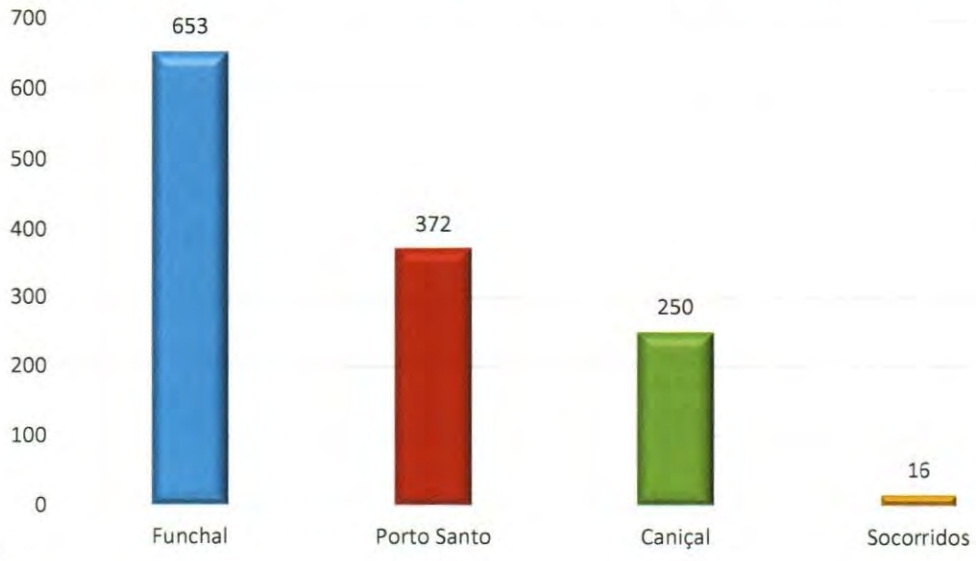
O porto do Funchal, vocacionado para navios de passageiros, contou com 653 escalas.

No porto do Caniçal atracaram 250 navios de mercadorias, com destaque para os de cabotagem insular com obrigações de serviço público.

Ainda no que se refere a transporte de mercadorias, no Terminal dos Socorridos atracaram 16 navios.

O movimento de navios registado no porto do Porto Santo, num total de 372, deveu-se ao transporte de passageiros e mercadorias da linha regular entre a Madeira e o Porto Santo, com atracações esporádicas de graneleiros e, em regra, quinzenalmente, o navio porta contentores no âmbito das obrigações de serviço público de cabotagem insular.

Gráfico 1 – Distribuição do movimento de navios por infraestrutura portuária

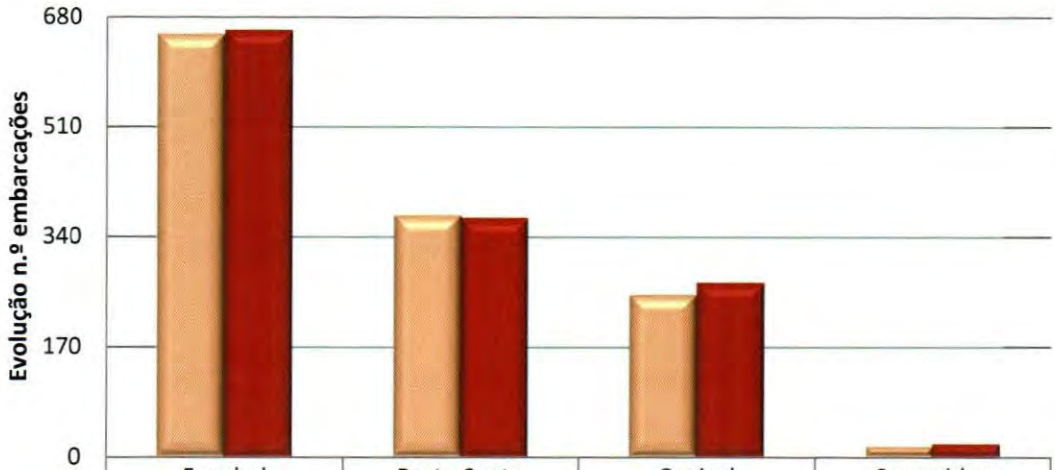


Fonte: APRAM, S.A

2. Evolução do Movimento Portuário

Comparativamente ao ano de 2017, verificou-se um decréscimo global de 24 escalas (- 2%) no movimento global de navios que atracaram nos portos da RAM e discriminados, por infraestrutura portuária, no gráfico 2:

Gráfico 2 – Evolução do movimento de navios por infraestrutura portuária



	Funchal	Porto Santo	Caniçal	Socorridos
2018	653	372	250	16
2017	659	368	268	20

Fonte: APRAM, S.A.

2.2. Movimento de Passageiros

Em 2018 o movimento global de passageiros nos portos da RAM foi de 1 227 981 passageiros, distribuídos pelos portos do Funchal e do Porto Santo.

Por segmento de mercado, o movimento de passageiros proveniente de navios de cruzeiro foi de 541 467[1], do tráfego regional da ligação regular entre ilhas foi de 674 658[2] e da rota Canárias/Funchal/Portimão, nos meses de julho a setembro, foi de 11 856.

[1] Incluí passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito.
[2] Incluí embarque e desembarque nos portos do Funchal e Porto Santo.

2. Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 3 – Distribuição dos passageiros por segmento



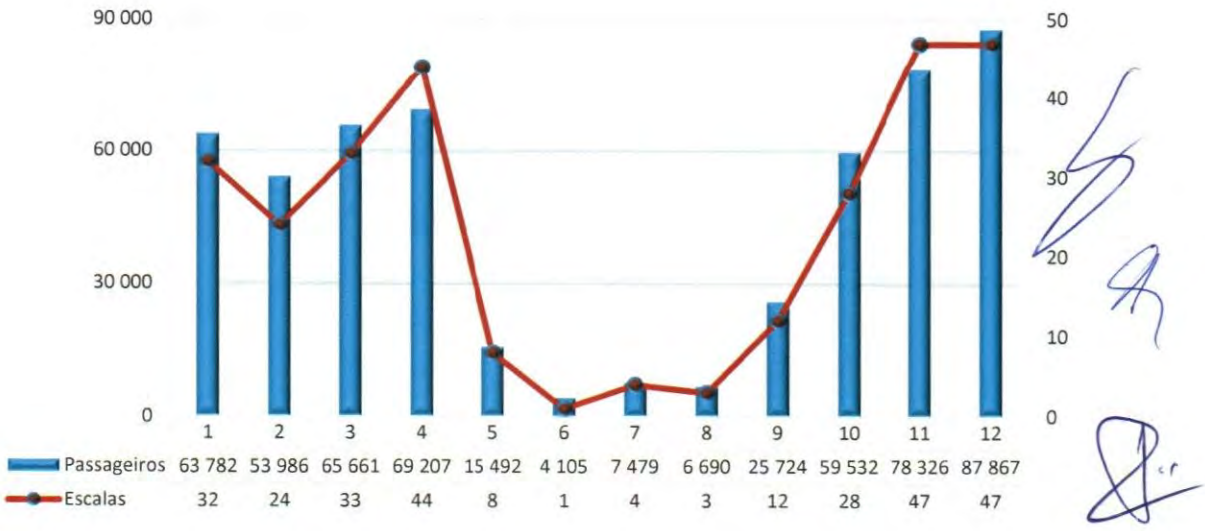
Fonte: APRAM. S.A.

2.3. Movimento passageiros provenientes de navios de cruzeiros no porto do Funchal

A Madeira tem conseguido manter o porto do Funchal entre os mais importantes portos de cruzeiros da Europa.

No ano de 2018 passaram pelo Porto do Funchal 283 navios de cruzeiro com 537 851 passageiros e uma média de 1 900 passageiros por escala. Registe-se o embarque de 2 247 passageiros e o desembarque de 2 331 passageiros.

Gráfico 4 – Evolução da movimentação de navios e passageiros de cruzeiro no porto do Funchal



Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

O porto do Porto Santo acolheu 10 escalas de navios de cruzeiro, nos meses de abril, maio, setembro, outubro e novembro, movimentando um total de 3 616 passageiros.

Por mercados emissores de passageiros de cruzeiro, destacamos no ano de 2018 os seguintes:

- Mercado alemão: 200 548 passageiros, i. é, 37,3% do total de passageiros (721 em embarque e desembarque);
- Mercado inglês: 194 631 passageiros, i. é, 36,2% do total de passageiros (1 072 em embarque e desembarque).

Em termos comparativos com o ano de 2017 houve um acréscimo de 879 passageiros provenientes de navios de cruzeiro nos portos do Funchal e do Porto Santo.

Nos passageiros provenientes do tráfego regional entre ilhas verificou-se um decréscimo de 1 896.

De referir a reabertura da linha Funchal, Portimão, Canárias, com o transporte de 11 856 passageiros em 12 viagens realizadas nos meses de julho a setembro. A evolução pode ser observada no gráfico infra:

Gráfico 5 – Evolução global dos passageiros provenientes do segmento de cruzeiro/entre ilhas



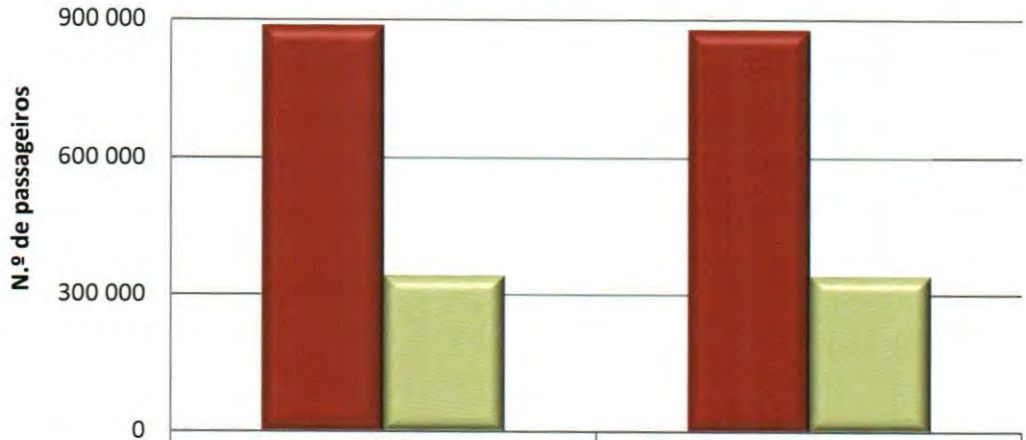
	2018	2017
Cruzeiro	541 467	540 588
Tráfego inter ilhas	674 658	676 554
Canárias/Portimão	11 856	0

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos globais comparativos com o ano anterior, verificou-se um acréscimo de 9 567 passageiros no porto do Funchal e de 1 272 no porto do Porto Santo.

2. Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 6 – Evolução do movimento global de passageiros nos portos do Funchal e do Porto Santo



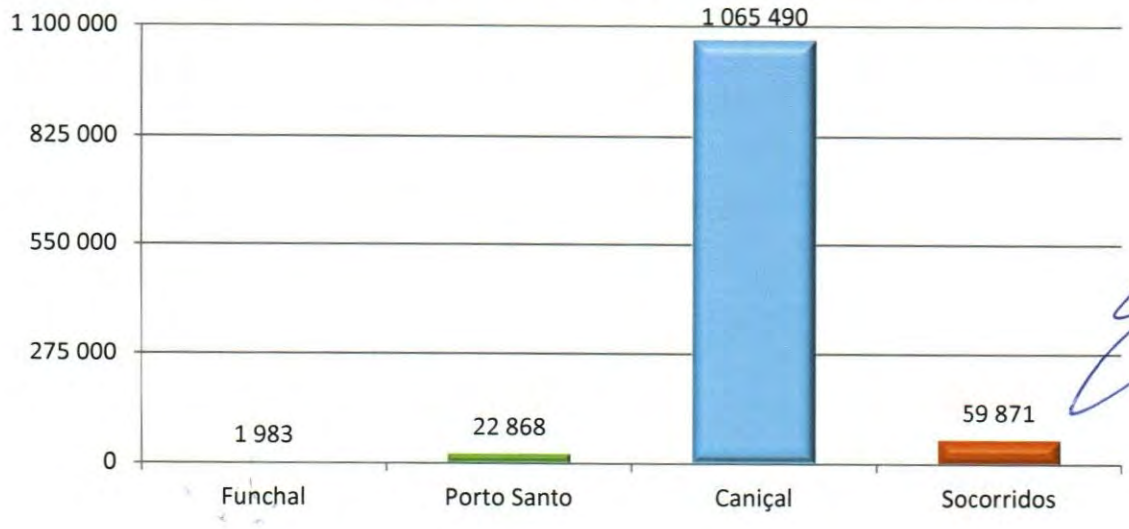
	2018	2017
Funchal	887 036	877 469
Porto Santo	340 945	339 673

Fonte: APRAM, S.A.

2.4. Movimentação Global de Mercadorias

No ano de 2018 foram movimentadas 1 150 212 toneladas nos portos da RAM, conforme discriminação no gráfico infra:

Gráfico 7 – Movimento de mercadorias por infraestrutura portuária



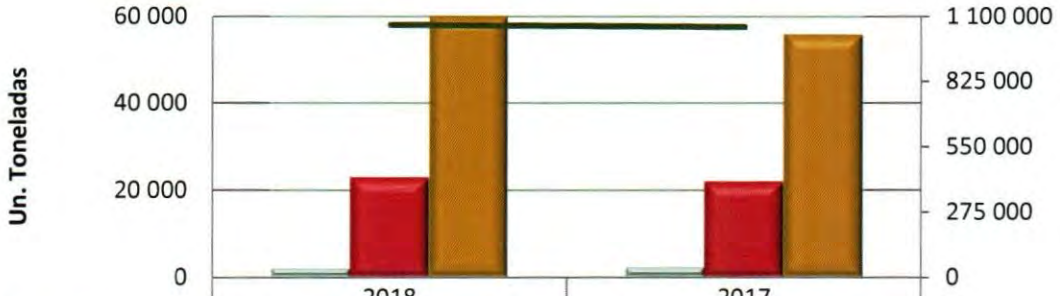
Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação positiva de 1% na movimentação global de mercadorias, ou seja, foram movimentadas mais 14 693 toneladas.

No gráfico infra, apresentamos os valores referentes aos anos de 2017 e 2018 movimentados nas infraestruturas portuárias da RAM:

Gráfico 8 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária



	2018	2017
Funchal	1 983	2 275
Porto Santo	22 868	21 880
Socorridos	59 871	55 722
Caniçal	1 065 490	1 055 642

Fonte: APRAM, S.A

No gráfico infra, apresentamos a comparação da movimentação de mercadorias, classificadas por tipologia e por importação/exportação:

Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por tipologia: importação/exportação



Fonte: APRAM, S.A.

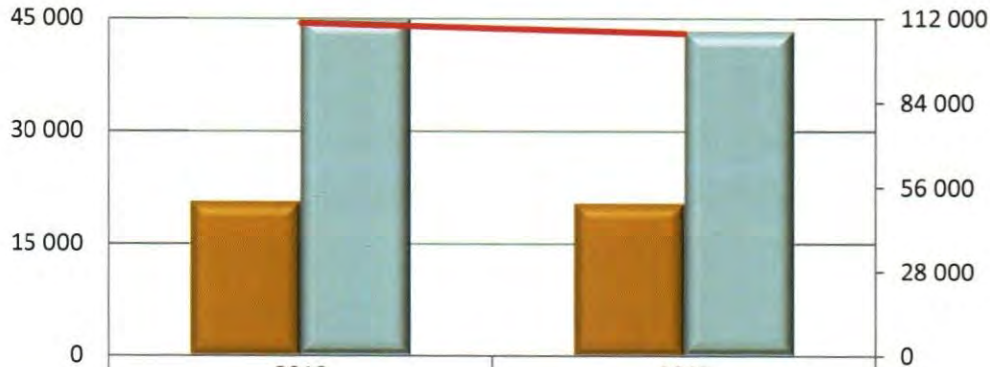
2. Evolução do Movimento Portuário

Considerando que a grande parte das mercadorias são contentorizadas, na movimentação comparativa 2017-2018, verificamos um acréscimo global de 3% (1 823 unidades) no número de contentores movimentados

Quanto ao tipo de contentor, também houve um acréscimo na sua movimentação: 1%, nos contentores de 20 ` e 4%, nos contentores de 40`.

Em termos globais, a movimentação de contentores, expressa em TEU's, registou um crescimento de 3% (3 434 TEU`s), comparativamente ao ano anterior, conforme se pode verificar no gráfico infra:

Gráfico 10 - Movimento de Contentores, por tipo



	2018	2017
De 20 pés	20 626	20 414
De 40 Pés	44 918	43 307
TEU`s	110 462	107 028

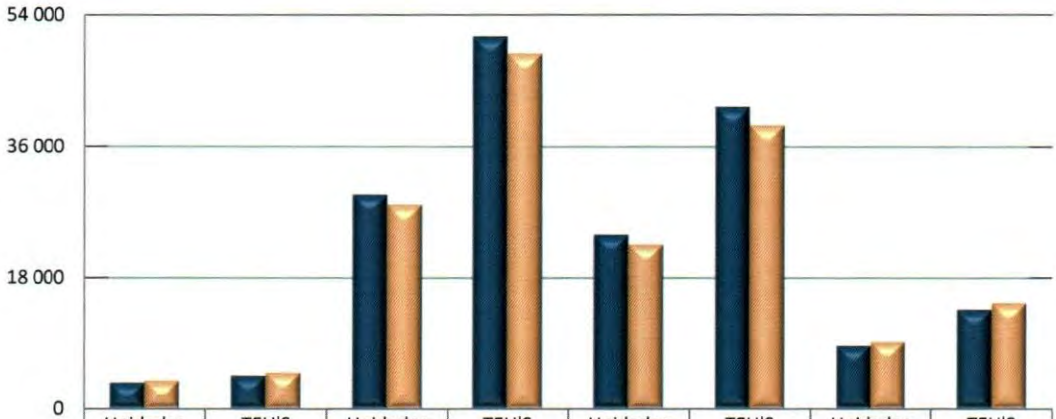
Fonte: APRAM, S.A.

Referência para o movimento de contentores cheios/vazios e sua relação com a importação exportação: 91% dos TEU`s importados foram cheios, enquanto que na exportação a relação é inversa – só 25% foram cheios, mantendo-se sensivelmente a relação nos dois anos analisados.

No gráfico infra, apresentamos os indicadores com maior detalhe:

2. Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 11 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação

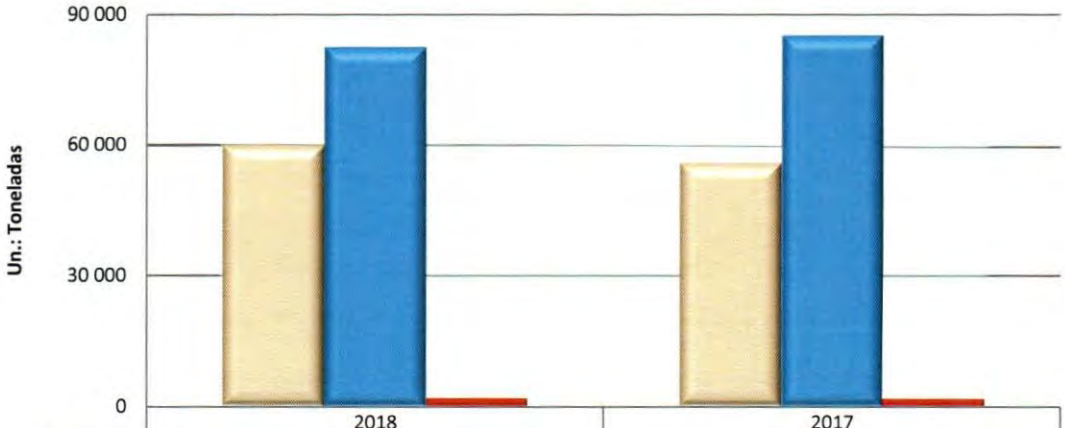


	Importação vazios		Importação cheios		Exportação vazios		Exportação cheios	
	Unidades	TEU'S	Unidades	TEU'S	Unidades	TEU'S	Unidades	TEU'S
2018	3 521	4 485	29 415	50 965	23 937	41 399	8 671	13 613
2017	3 830	4 947	28 052	48 619	22 605	38 928	9 234	14 534

Fonte: APRAM, S.A.

A importação de graneis sólidos sofreu um aumento de 1 573 toneladas, comparativamente a 2017, sendo a sua distribuição por infraestrutura portuária a seguir indicada:

Gráfico 12 – Graneis Sólidos, por portos da RAM



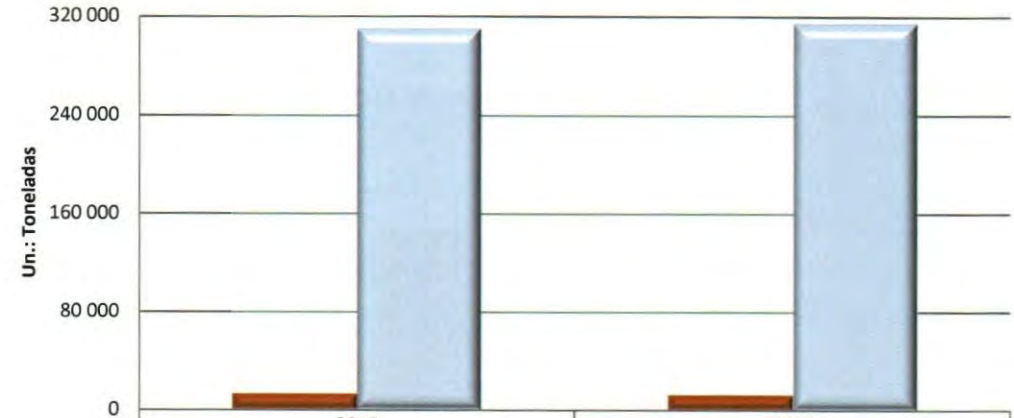
	2018	2017
Socorridos	59 871	55 722
Caniçal	82 665	85 371
Porto Santo	1 850	1 720

Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

A descarga de graneis líquidos registou um decréscimo em 2018 de 3 640 toneladas, comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 13 - Graneis Líquidos, por portos da RAM

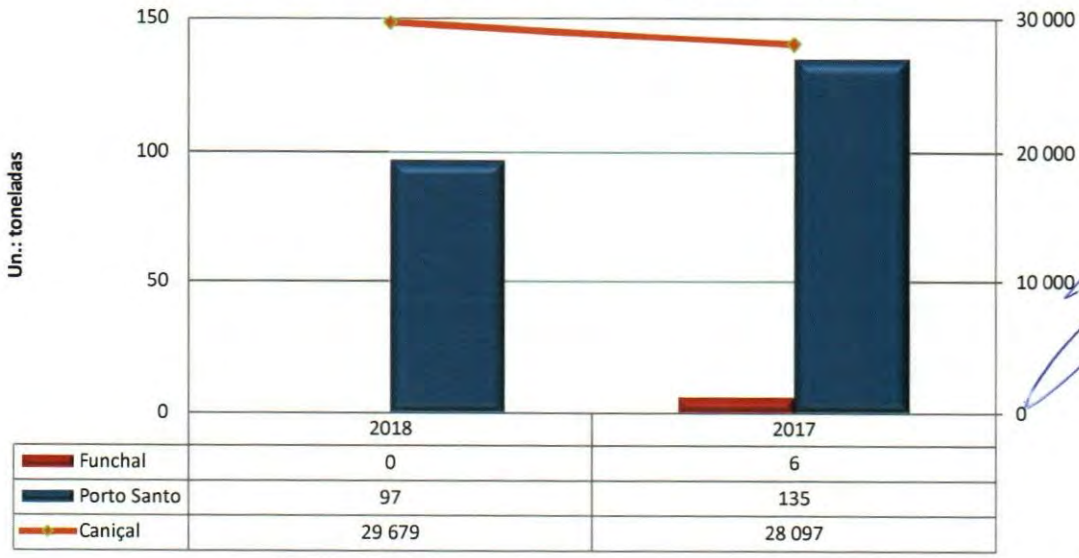


	2018	2017
Porto Santo	12 677	11 969
Caniçal	309 972	314 320

Fonte: APRAM, S.A.

A carga geral fracionada é inexpressiva face ao movimento global de mercadorias, verificando-se um incremento de 1 538 toneladas na movimentação efetuada nos portos da RAM:

Gráfico 14 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM



	2018	2017
Funchal	0	6
Porto Santo	97	135
Caniçal	29 679	28 097

Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

2.5. Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal 2018

No ano de 2018 o número de veículos importados foi de 8 351, que representou um crescimento de 5,5%, quando comparado com o ano anterior.

Gráfico 15 – Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal



Fonte: APRAM, S.A.

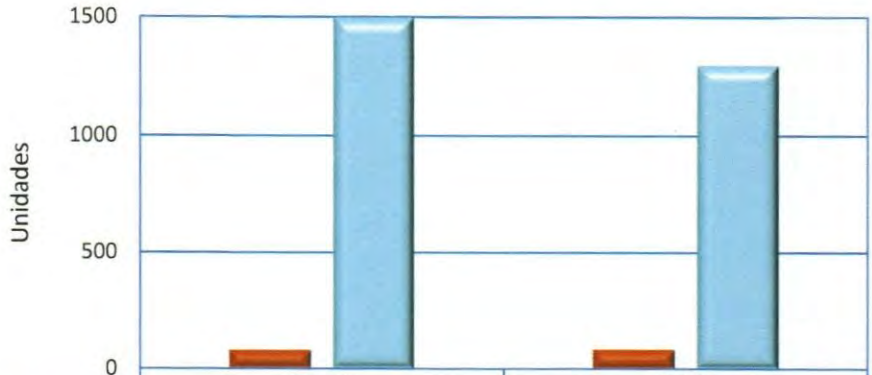
Já no número de veículos que saíram da Região, existe um ligeiro decréscimo comparativamente ao na anterior.

2.6. Movimento de Automóveis no Porto do Funchal de julho a setembro de 2018

Com as ligações do navio tipo ferry, entre junho a setembro de 2018 (cerca de 3 meses de operação no verão), verificou-se a entrada de 1 496 veículos com proveniência de Portimão 1 294 veículos com destino ao Continente.

Na ligação com Canárias, essa movimentação situou-se abaixo dos 100 veículos por percurso.

Gráfico 16 – Movimento de Automóveis no Porto do Funchal de julho a setembro de 2018



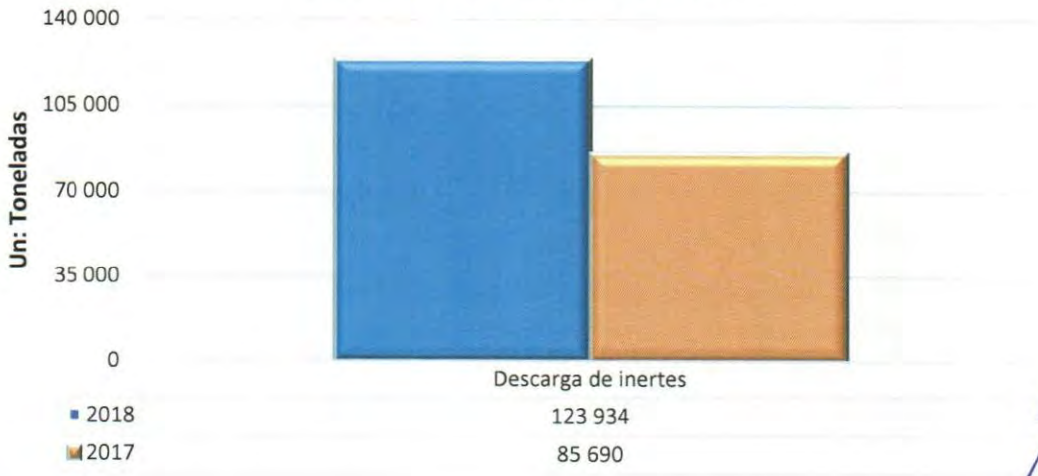
	Entrada	Saída
Canárias	77	81
Portimão	1496	1294

Fonte: APRAM, S.A.

2.7. Extração de Inertes

No terminal marítimo do Porto Novo sob jurisdição da APRAM, S.A. procedeu-se à descarga de inertes num total de 123 934 toneladas, representado um acréscimo de 38 414 toneladas.

Gráfico 17 – Descarga De Inertes



Fonte: APRAM, S.A.

3. Recursos Humanos

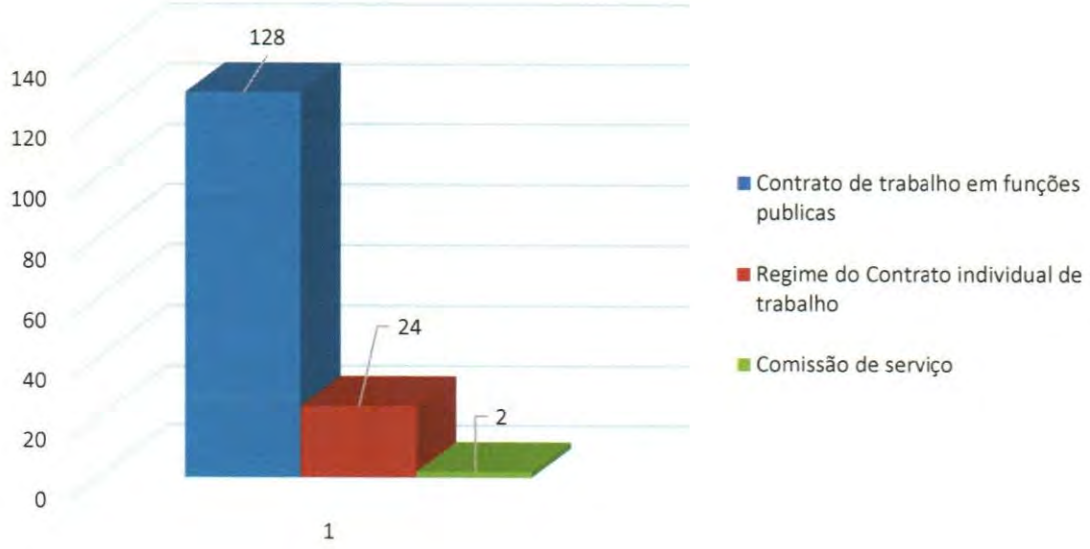


3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Caraterização

O efetivo total da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de dezembro de 2018 era de 154 trabalhadores, com a distribuição por vínculos laborais e regime de desempenho de funções, conforme gráfico infra:

Gráfico 18 - Distribuição dos colaboradores



Fonte: APRAM, S.A.

Desempenham funções na APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira S.A. 151 trabalhadores:

- 125 transitaram dos organismos que antecederam a APRAM, S.A. e são trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas;
- 24 são contratados em regime de contrato individual de trabalho, sendo destes 4 em regime de contrato de trabalho a termo.

3. Recursos Humanos

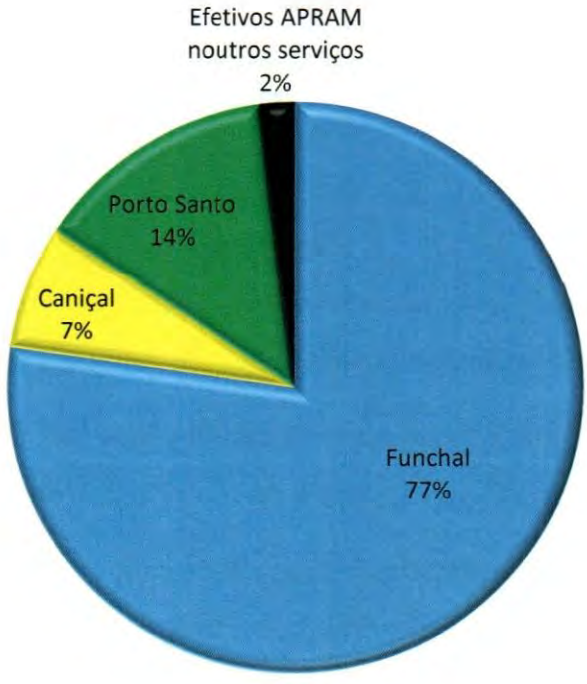
- Para além destes trabalhadores, existem 2 trabalhadores que desempenham funções na APRAM, S.A. em regime de comissão de serviço (Diretor de Operações Marítimo-Portuárias) e outro em acordo de cedência.

Dos 148 trabalhadores do mapa da APRAM, S.A., a 31 de dezembro de 2018, há a referir que três encontravam-se a desempenhar as suas funções noutros organismos (Águas e Resíduos da Madeira, S.A., Madeira Parques Empresariais, S.A. e Direção Regional da Cultura).

De realçar um decréscimo global de 13% no quadro de pessoal da APRAM, S.A., na última década: -21 trabalhadores ao serviço da APRAM, S.A.

A distribuição geográfica dos efetivos, por concelho, foi a seguinte:

Gráfico 19 – Distribuição percentual dos efetivos infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

3. Recursos Humanos

No Funchal desempenham funções 119 trabalhadores, embora exista pessoal que por força das tarefas desempenhadas, desloca-se a todas as infraestruturas portuárias dos Portos da Região Autónoma da Madeira (tripulações, pessoal técnico de pilotagem, eletricistas e pessoal de apoio técnico às operações marítimo portuárias).

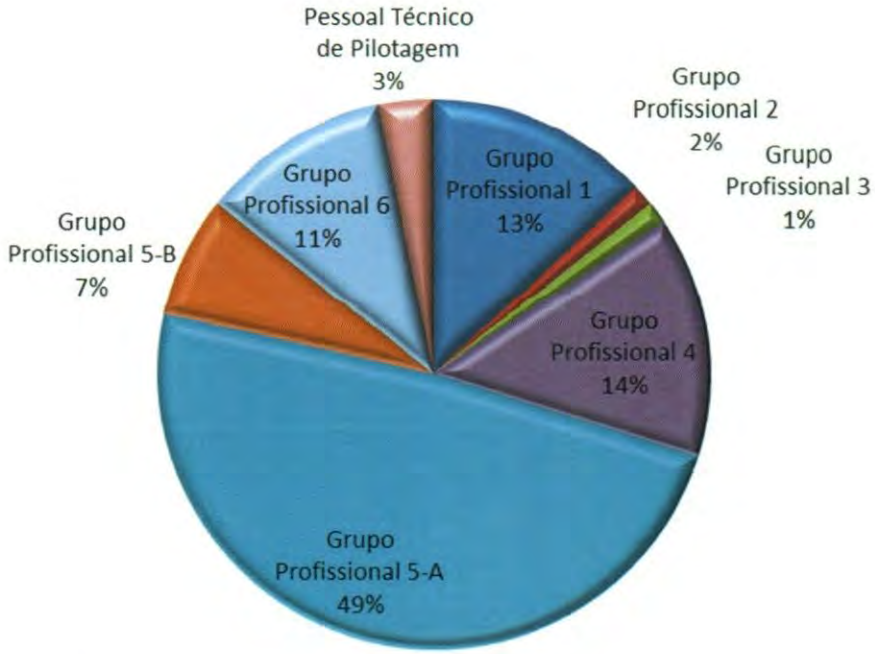
De realçar que, em termos de distribuição dos efetivos, 21 trabalhadores desempenham funções no porto do Porto Santo, o que representa 14% do efetivo da empresa.

De referir ainda, o apoio que é prestado por um trabalhador do porto do Porto Santo, e nessa qualidade, na *Loja do Cidadão* situada naquela Ilha.

Os trabalhadores asseguram as funções de gestão da marina local, desde que a APRAM, S.A., rescindiu o contrato de concessão com a empresa 33/16 – Assistência Náutica e de modo a garantir as entradas, saídas e reporte de dados inerentes aos iates e seus tripulantes às entidades oficiais.

A distribuição do efetivo global, por grupo profissional é a indicada nos gráficos infra:

Gráfico 20 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais



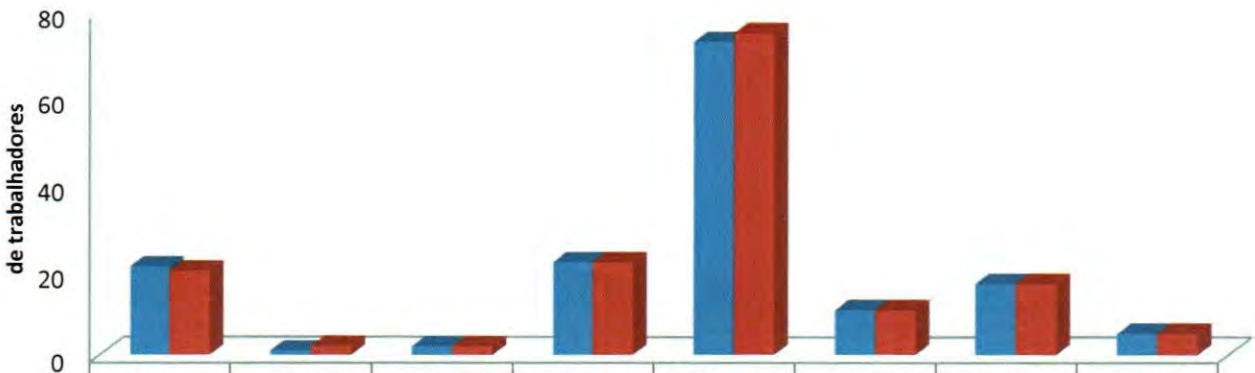
Fonte: APRAM, S.A.

3. Recursos Humanos

Em termos de movimentação de pessoal, verificaram-se:

- Saídas: – 3, motivadas por:
  - 1 por aposentação;
  - 1 por cessação do acordo de cedência por interesse público;
  - 1 por cessação da comissão especial de serviço.
- Admissões: 5, como segue:
  - 1 Contrato em Regime de Comissão de Serviço para a Direção de Operações Marítimo Portuárias;
  - 4 Contrato de trabalho a termo certo.

Gráfico 21 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais



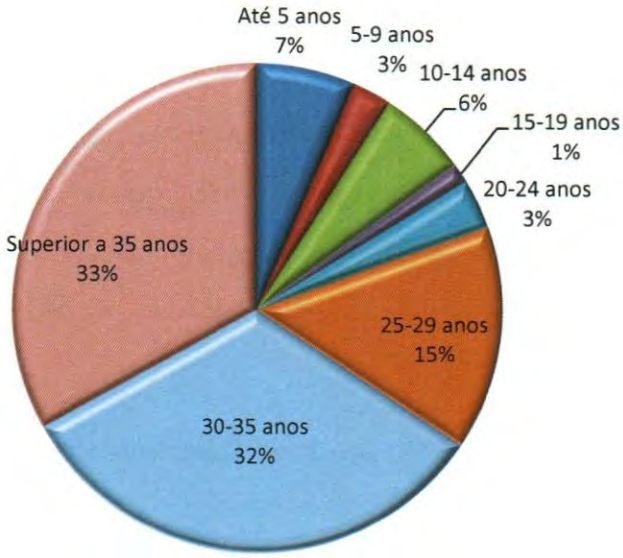
	Grupo Profissional 1	Grupo Profissional 2	Grupo Profissional 3	Grupo Profissional 4	Grupo Profissional 5-A	Grupo Profissional 5-B	Grupo Profissional 6	Pessoal Técnico de Pilotagem
2017	21	1	2	22	73	11	17	5
2018	20	2	2	22	75	11	17	5

Fonte: APRAM, S.A.

A evolução dos trabalhadores 2017/2018 traduziu-se em -2 no universo global da APRAM, S.A..

3. Recursos Humanos

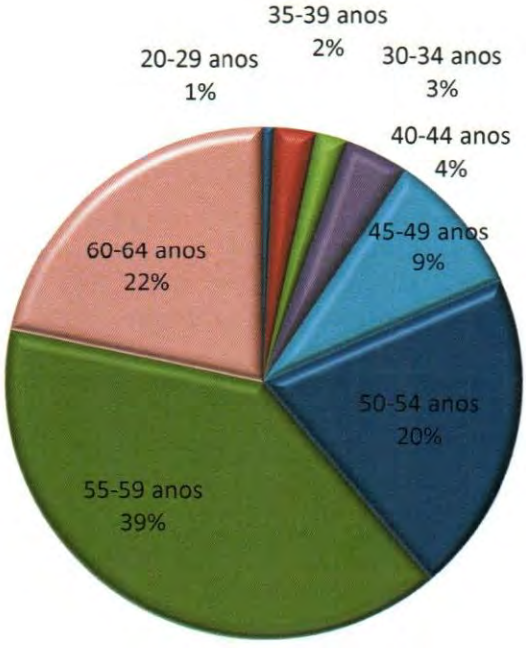
Gráfico 22 - Distribuição do efetivo por antiguidade



Fonte: APRAM, S.A.

A antiguidade do efetivo é bastante elevada, ou seja, 65% do efetivo tem uma antiguidade média igual a superior a 30 anos.

Gráfico 23 - Distribuição do efetivo por estrutura etária



Fonte: APRAM, S.A.

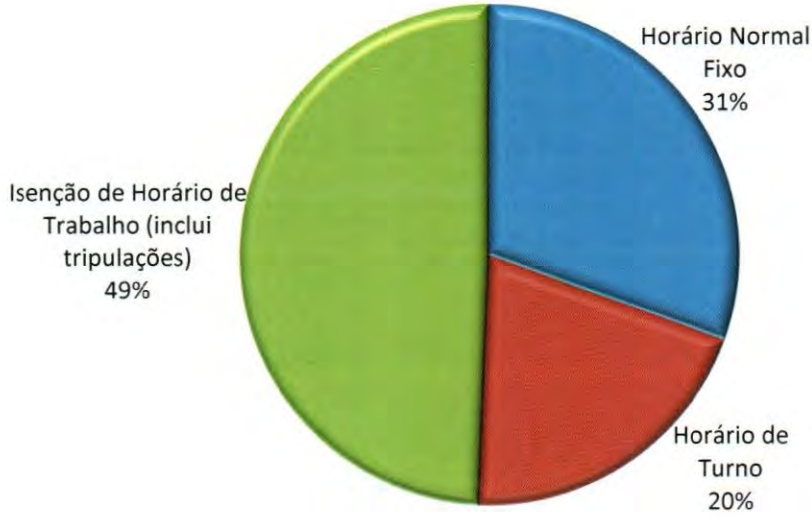
3. Recursos Humanos

A estrutura etária encontra-se em linha com a antiguidade, ou seja, 61% do efetivo tem uma idade igual ou superior a 55 anos.

3.2 Regime de Trabalho

A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar os recursos humanos à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, S.A., 24 horas por dia, nos sete dias da semana.

Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho



Fonte: APRAM, S.A.

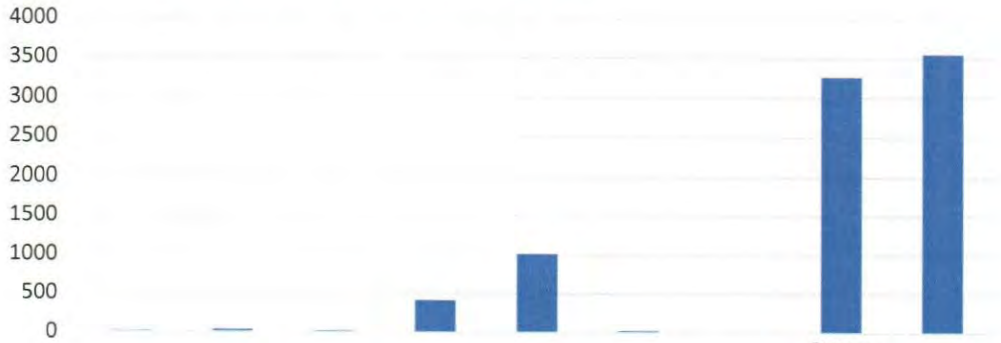
No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pessoal técnico de pilotagem, está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados.

3.3 Absentismo

O número de dias de faltas por doença foi de 1 426 dias. Para este valor contribuíram significativamente 2 trabalhadores que se encontram na situação de junta médica por doença prolongada que, no decurso de 2018, não prestaram qualquer dia de serviço.

3. Recursos Humanos

Gráfico 25 - Absentismo/Motivo



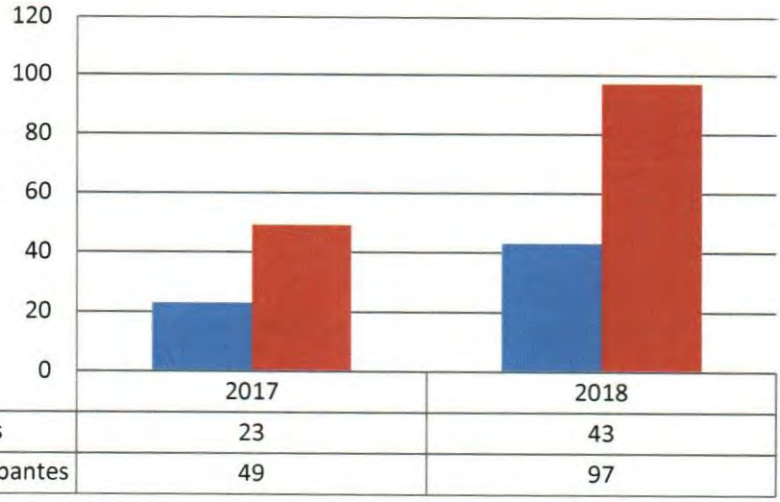
	Casamento	Maternidade / paternidade	Falecimento de familiar	Doença	Doença além de 30 dias	Por conta do período de férias	Injustificadas	Outras (Inclui os dias de acidente em serviço, folgas, greve, liçenca sem vencim...	Férias
Absentismo/Motivo	15	30	19	415	1011	23	2	3265	3552

Fonte: APRAM, S.A.

3.4 Formação Profissional

No ano 2018, foram realizadas 43 ações de formação – 5 internas e 38 externas, com um total de 97 participantes e 2408 horas de formação. Verificou-se uma taxa de participação de 64% do efetivo.

Gráfico 26 - Formação Profissional



	2017	2018
Acções	23	43
Participantes	49	97

Fonte: APRAM, S.A.

3. Recursos Humanos

O ano de 2018 pautou-se por um aumento, quer no número de participantes, quer no número de ações de formação profissional ministradas pela APRAM, S.A., com especial destaque para a certificação no âmbito da Convenção STCW.

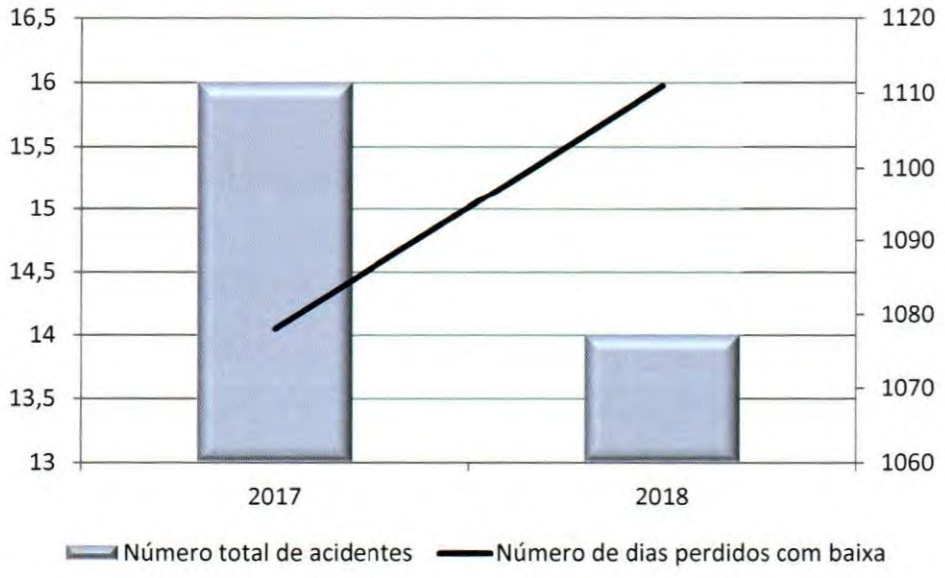
3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

No ano em análise, deu-se continuidade ao cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho.

Após a aprovação do regulamento para o controlo do consumo excessivo do álcool no local de trabalho, pela Direção Regional do Trabalho, têm sido efetuados testes de controlo da alcoolemia, tendo sido submetidos a controlo 75trabalhadores, tendo sido detetados testes positivos.

Foram realizados 459 exames médicos no âmbito da medicina no trabalho, os quais incluíram exames auxiliares de diagnóstico (visio teste, ECG...).

Gráfico 27 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos



Fonte: APRAM, S.A.

3. Recursos Humanos

Verificou-se uma diminuição, no número de acidentes de trabalho.

Refira-se que dos 14 acidentes de trabalho, em 2 deles não foi atribuída qualquer incapacidade e 7 situações resultaram numa ausência superior a 60 dias (995 dias).

Todos os trabalhadores da APRAM, S.A., sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho assegurado pela Lusitânia Companhia de Seguros.

O quadro de pessoal da empresa íntegra ainda 2 trabalhadores portadores de deficiência.

A nível de doenças profissionais, não existe nenhum caso a assinalar.

3.6 Ação Social

Mantiveram-se as situações previstas na lei, ou seja, a atribuição do abono de família, abono de família monoparental, bonificação por deficiência, subsídio mensal vitalício, incluindo o complemento extraordinário de solidariedade.

3.7 Responsabilidade Social

A APRAM, S.A. possibilitou a realização de estágios curriculares a alunos dos estabelecimentos de ensino a seguir indicados:

- Escola Secundária Francisco Franco;
- Instituto Profissional de Transportes e Logística da Madeira.

3.8 Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina

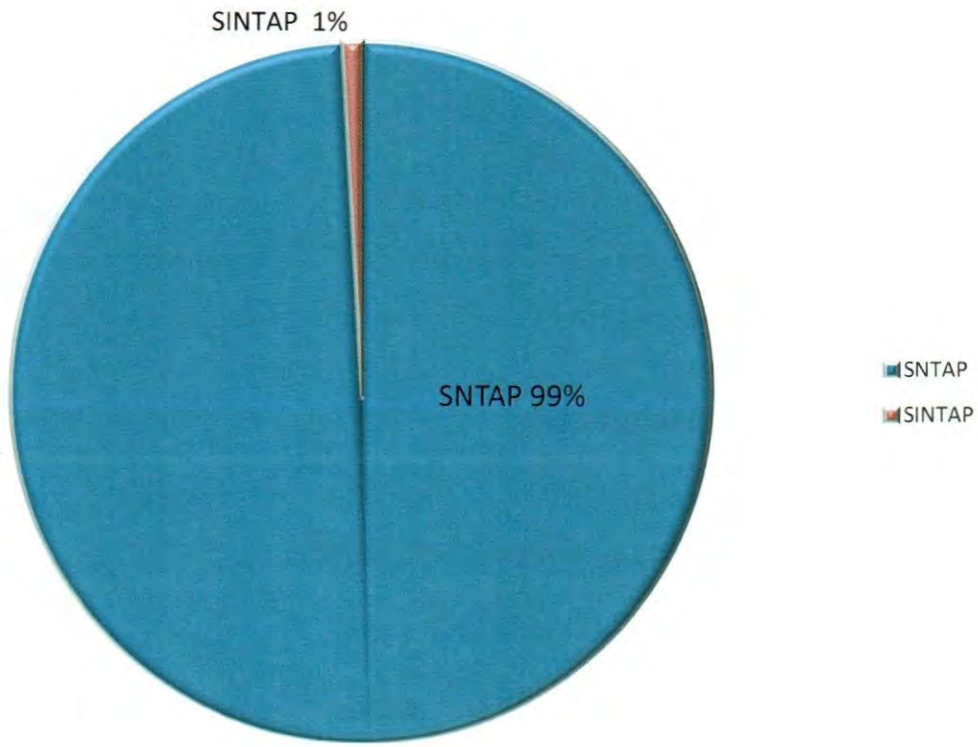
A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada através dos Sindicatos representativos do setor, tendo-se realizado algumas reuniões entre a APRAM, S.A. e os sindicatos, no decurso de 2018.

As administrações portuárias do Continente, da Madeira e dos Açores concluíram as negociações com o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, para a revisão do acordo coletivo de trabalho, celebrado entre as

administrações portuárias do continente, que no caso da APRAM, S.A. o Acordo de Empresa, publicado no JORAM, III Série, n.º 17, de3 de setembro de 2018.

Os trabalhadores que não são sindicalizados podem optar pela adesão ao referido acordo, nos termos da lei.

Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados



Fonte: APRAM, S.A

Do efetivo, 107 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 70,4% e, destes, 106 são filiados no SNTAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias.

4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Este capítulo dá cumprimento ao dever de informação, previsto no regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa no âmbito do setor das empresas de interesse económico geral, o cumprimento das obrigações de serviço público e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da APRAM, S.A..

4.1 Missão, Objetivos e política da empresa

O enquadramento jurídico e económico da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto, que transformou a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. - Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos que integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira, sob a forma de EPR – Empresa Pública Reclassificada.

Apresenta-se com a designação comercial de Portos da Madeira e tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição, visando a exploração económica, planeamento, construção, conservação e desenvolvimento.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira, em prol do desenvolvimento sócio económico da RAM e do bem estar das populações.

4. Governo da Sociedade

Tendo presente o objeto social, as obrigações de serviço público e as atribuições que foram acometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

- Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.
- Valores:
  - Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
  - Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
  - Atitude – Atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expetativas de todos os parceiros;
  - Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a pró atividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas disponibilizados deverão ser aproveitados pela APRAM, S.A., e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária e atuação numa lógica de negócio;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, de um modo muito particular com a comunidade portuária;

4. Governo da Sociedade

- Segurança portuária.

Assim, a APRAM S.A., embora consciente das grandes dificuldades que as demais empresas atravessam, efetuou um grande esforço no sentido de arrecadar as receitas em tempo útil, de modo a honrar os compromissos assumidos com os demais parceiros e com os seus colaboradores e dar cumprimento à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA).

No ano de 2018 a APRAM, S.A. foi tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

Não obstante as medidas tomadas, importa não esquecer o cenário de contração económica que vivemos em anos anteriores, apresentando uma ligeira recuperação no consumo, com reflexos na movimentação de mercadorias nos portos da RAM, que se traduziram num acréscimo global de 3%, comparativamente ao ano anterior.

Os objetivos estratégicos, de cariz plurianual, a desenvolver pela APRAM, S.A. têm por base as seguintes premissas:

- Função de acionista e de tutela sectorial exercida pelo Governo Regional da Madeira;
- Gestão articulada com a tutela[3], em termos de orientações de gestão, de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade, com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;
- Eficiência económica na atividade e política de investimentos de obrigações de serviço público, orientados para o fomento de condições para o abastecimento contínuo e regular à RAM.

[3] Esta gestão partilhada do investimento deve-se ao facto da APRAM, S.A. ser uma EPR, tratada como serviço e fundo autónomo.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas, do ponto de vista macro, por um posicionamento estratégico orientado para a concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica, em especial no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da Região;
- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção da propriedade e do ambiente;
- Promover a sustentabilidade económico-financeira da Administração dos Portos enquanto garante da prestação de serviços de interesse económico geral;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

4.2 Regulamentos externos e internos

A complexidade do enquadramento legal condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação tão diversa quanto, a título de exemplo, matérias relacionadas com segurança, ambiente, financiamento comunitário, contratação pública, seguros, regime do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, estatuto do gestor público, legislação laboral (desde o regime jurídico do trabalho portuário, CIT, contrato de trabalho em funções públicas), Regulamentos de Inscrição Marítima, concessões e licenciamentos.

Alguns regulamentos, pela sua relevância, podem ser consultados no sítio da APRAM, S.A. www.portosdamadeira.com.

Indicam-se os principais regulamentos externos:

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1/07, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23/08: transforma a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e aprova os respetivos estatutos;

4. Governo da Sociedade

- Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9: estabelece o regime de operação portuária;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12: estabelece as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07: relativo à receção dos resíduos dos navios.
- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07: integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo;
- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03.
- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11: transpõe para o direito nacional a Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10, e que aprova o Código ISPS, atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2/06: Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08: Código da Contratação Pública;

4. Governo da Sociedade

- Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira.

Regulamentos Internos:

- Regulamento de Exploração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A e Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais, aprovado pela Portaria da Região Autónoma da Madeira n.º 46/2012, de 30/03, retificado pela Declaração de Retificação de 21/06/2012, e alterado pela Portaria n.º 141/2014, de 14/08 e 323/2017, de 1/09
- Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais a aplicar pela utilização de parcela do domínio público da RAM (Estado) afeto à APRAM - Administração de Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., localizada na Praça do Povo, aprovado pela Portaria n.º 269/2016, de 15/07;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Código de Ética e Conduta;
- Regulamento da Atribuição e o Uso de Fardamentos e Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no porto do Funchal;
- Regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no Porto do Funchal;
- Regulamento do Fundo de Maneio;
- Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool;
- Regulamento para a Prestação de Serviço de Táxis no Porto do Funchal;

- Regulamento que define as condições de utilização do espaço denominado Centro Náutico de São Lázaro, aprovado pela Portaria n.º 270/2016, de 15/07.

4.3 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

Identificação e estrutura dos órgãos sociais – triénio 2017-2019

Os órgãos sociais foram eleitos para o triénio 2017-2019.

Mesa da Assembleia Geral

Em Assembleia Geral de 28 de dezembro de 2016 foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral que apresentam a seguinte composição:

Presidente: Célia Andreia Nóbrega Quintal;

Vogal: Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro de Jesus;

Secretário da Mesa: Miguel Ângelo Gonçalves de Faria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração integra os membros abaixo indicados, eleitos para o triénio 2017-2019, com a seguinte composição:

Presidente: Maria Lígia Ferreira Correia[4];

Vogal executiva: Maria de Fátima Pita Carvalho Correia[5];

Vogal não executivo: Roman Feliciano Neto Pinto [6].

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

Fiscal Único

O Fiscal Único para o triénio 2017-2019 é a sociedade Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.[7] , representada por Carlos António Lisboa Nunes, inscrito na Ordem dos

[4] Eleita em assembleia geral de 28 de dezembro de 2016;
[5] Eleita em assembleia geral de 26 de outubro de 2017;
[6] Eleito em assembleia geral de 17 de novembro de 2017.
[7] Nomeados em assembleia geral de 31 de julho de 2017

4. Governo da Sociedade

Revisores Oficiais de Contas como Fiscal Único Efetivo e Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes, como Fiscal Único Suplente.

4.4 Funções exercidas noutras empresas/representação

A Presidente do Conselho de Administração Maria Lígia Ferreira Correia integra a representação/grupos de trabalho, não remunerados, de:

- Vogal do Conselho Diretivo da APP – Associação dos Portos Portugueses;
- Vogal da Direção da AP Madeira – Associação de Promoção da Madeira;
- Representante da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos;
- Representante da APRAM, S.A. na Comissão Regional de Proteção Civil;
- Representante da APRAM, S.A. Centro de Coordenação Operacional Regional;
- Representante no Conselho Regional do Turismo;
- Representante efetiva da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;
- Representante da RAM no Conselho da Náutica de Recreio.

A Vogal do Conselho de Administração Maria de Fátima Pita Carvalho Correia integra a representação/grupos de trabalho, não remunerados, de:

- Representante da APRAM, S.A. no SITEPR – Sistema de Informação e base de dados dos Trabalhadores das Entidades Públicas Regionais;
- Representante da APRAM, S.A. como membro suplente no Centro de Coordenação Operacional Regional;
- Representante suplente da RAM no Observatório da Cabotagem Insular e na Comissão de Planeamento e Emergência do Transporte Marítimo;

- Representante da APRAM, S.A. no grupo de trabalho previsto no DL 51/2016 (pesagem dos contentores para exportação abrangido pela Convenção Internacional sobre a Segurança dos Contentores (CSC);
- Representante suplente da RAM no CCPTMP – Conselho consultivo para a proteção do transporte marítimo e dos portos.

4.5 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, e nos termos do artigo 11.º dos Estatutos da APRAM, S.A., tem áreas de tutela definidas:

Presidente: Maria Lígia Ferreira Correia

- Planeamento e Investimentos;
- Segurança;
- Promoção, Marketing e Relações Públicas e Externas;
- Área Jurídica;
- Instalações e Equipamentos;
- Operações portuárias, Qualidade e Ambiente;
- Assegurar a articulação entre as diferentes áreas de intervenção da APRAM, S.A.;
- Competências específicas de:
    - Compete, ainda, à presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades daquele órgão e, em especial:
    - Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às respetivas reuniões;
    - Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.

- Sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir o Conselho, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Vogal executiva do Conselho de Administração:

- Área Administrativa e de Recursos Humanos;
- Área Financeira;
- Tecnologias e Sistemas de Informação.

Vogal não executivo – Sem pelouros atribuídos.

Regime de Substituição:

- A presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pela vogal executiva, a qual, nesse caso, deterá o voto de qualidade.
- Nas suas faltas e impedimentos os membros executivos do Conselho de Administração substituem-se mutuamente.
- Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, poderá ser definido outro regime de substituição por deliberação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração vinculava-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração, sendo uma delas a do presidente ou de quem o substitua;
- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

4. Governo da Sociedade

Nos parágrafos seguintes é apresentada uma síntese dos elementos curriculares de todos os membros do Conselho de Administração.

Presidente do Conselho de Administração

Maria Lígia Ferreira Correia

Formação Académica:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1985, com a média final de 14 valores, classificação de Bom;
Pós-Graduação em "Gestão de Transporte Marítimo e Gestão Portuária", ministrada pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1996/1997.

Atividade Profissional:

De 1 maio de 2015 até 19 de junho de 2016, Presidente do Conselho de Administração do Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.;
De 15 de agosto de 2008 até 20 de abril de 2015, Gerente GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda.;
De 1 de julho de 1999 até 14 de agosto de 2008 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., tendo os pelouros de relações externas, gestão financeira e administrativa, recursos humanos, informática, marketing, estatística e património. Durante este período, exerceu as funções de vice-presidente, com o outro vogal, em regime de rotatividade anual;
De 1997 a 1999 – Nomeada em regime de comissão de serviço no cargo de vogal do Conselho de Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;
De 1991 a 1997 – Nomeada em regime de comissão de serviço no cargo de Diretora dos Serviços Financeiros e Administrativos da Direção Regional dos Portos;
De 1987-1991 – Responsável dos Serviços Financeiros e Administrativos da Direção Regional de Portos, organismo dotado de autonomia administrativa e financeira desde janeiro de 1987;

4. Governo da Sociedade

1986 – Técnica superior na Direção Regional de Portos do quadro de pessoal da Direção Regional dos Portos;

1985 – Ingresso no quadro de pessoal da Direção Regional de Finanças, da Secretaria Regional do Plano.

Atividade Académica:

Lecionou a disciplina de "Contabilidade Industrial" no Instituto Superior de Administração e Línguas da Madeira;

Foi contratada como Assistente da Cadeira de "Contabilidade I e II" na Universidade Católica Portuguesa (extensão do Funchal);

Foi contratada como Assistente da Cadeira de "Auditoria" na Universidade Católica Portuguesa (extensão do Funchal);

Foi assistente da cadeira de contabilidade geral na Universidade da Madeira.

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;

Foi membro do júri do concurso público de avaliação das propostas para a concessão da linha marítima de transporte de passageiros e mercadorias entre o Funchal e o Porto Santo;

Integrou a coordenação do projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;

Foi responsável na DRP pela implementação de normas e procedimentos referentes à área económico financeira e de aprovisionamento.

Formação profissional:

Destaque para as seguintes ações:

Gestão e Gestão de Risco;

Gestão Orçamental Pública;

União Monetária e Empresas;

Finanças Regionais;

Instrumentos Financeiros;

Sistemas de Informação das Organizações;

Qualidade e Excelência dos Serviços;

Gestão por Objetivos;

Gestão Portuária;

Finanças e Controlo de Gestão;

Contratos de Concessão – Regime Jurídico das Concessionárias;

Auditoria Fiscal;

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes;

Coaching, Comunicação e Competências de Sucesso.

Vogal do Conselho de Administração

Maria de Fátima Pita Carvalho Correia

Formação Académica:

Pós-Graduação em Gestão Portuária e Transporte Intermodal, Instituto Superior de Transportes, 1995/1996;

Pós-Graduação em Direito do Trabalho, Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 2004/2005;

Curso de Desenvolvimento de Competências de Gestão e Administração, Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, 2011/2012;

Pós-Graduação em Estudos Europeus, Variante de Economia, Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1991/1995;

5.º ano de Língua Francesa, Alliance Française, 1989;

Licenciatura pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas em Política Social, Universidade Técnica de Lisboa, 1981/1985.

Atividade Profissional:

Desde 26 de outubro de 2017 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

4. Governo da Sociedade

De 1 de janeiro a 25 de outubro de 2017 – Técnica Superior Assessora do mapa de pessoal da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 10 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2016 – Vogal do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;

De 2010/05/01 a 9 de março de 2014 - Diretora Administrativa e de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De 1 de Março de 2001 a 30 de abril de 2010 - Diretora de Recursos Humanos na APRAM, S.A.;

De 1 de Novembro de 1997 a 28 de fevereiro de 2001 - Diretora Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos na Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, IP;

De 1 de Setembro de 1991 a 31 de outubro de 1997 - Diretora de Recursos Humanos na Direção Regional de Portos;

De 9 de Fevereiro de 1989 a 31 de agosto de 1991 - Técnica superior na Direção Regional de Portos;

De 21 de Abril de 1986 a 8 de fevereiro de 1989 - Técnica superior no Gabinete de Estudos e Planeamento da ex-Secretaria Regional do Plano;

De 1984 a 1985 – Estágio profissional na UBP – União de Bancos Portugueses.

Atividade Académica:

Docente da disciplina de Geografia - Professora provisória, Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva, Funchal;

Assistente convidada da cadeira de "Gestão de recursos humanos", Universidade Católica Portuguesa.

Participação em Comissões/Grupos de Trabalho:

Foi membro de vários júris de concursos, no âmbito da legislação referente aos mercados públicos;

Integrou grupos de trabalho para a elaboração de propostas de diplomas de adaptação de legislação ao sector portuário da RAM;

Coordenou o projeto de implementação do software SAP de apoio à gestão portuária e à gestão económico-financeira;

Foi responsável na DRP pela implementação das normas e procedimentos referentes à nomenclatura combinada dos transportes marítimos, na sequência da harmonização estatística introduzida pela Diretiva Comunitária para o sector portuário;

Coordenou, por parte da DRP, os projetos de "Auditoria informática e elaboração do Plano Diretor de Informática" e "Auditoria de gestão da Direção Regional de Portos".

Colaborou na elaboração dos diplomas que transformaram a Direção Regional em Instituto Público e posteriormente, em Sociedade Anónima;

Colaborou, na qualidade de representante regional, na elaboração da proposta do Decreto-Lei de racionalização de efetivos no sector portuário (reforma antecipada);

Coordenou o grupo de trabalho que procedeu à adaptação à RAM de vária legislação do sector portuário, com relevância para o Estatuto do Pessoal da Direção Regional de Portos.

Trabalhos elaborados:

"Evolução do Movimento de Cruzeiros do Porto do Funchal na última década, 1998, Secretaria Regional de Economia e Cooperação Externa;

"A Política Comunitária Marítima – a sua importância na política comum de transportes e mercado comum", 1995, dissertação no âmbito da Pós-graduação em Gestão portuária e transporte intermodal, Centro de Documentação do ISP;

"Evolução e caracterização das embarcações registadas no Registo de Internacional de Navios da Madeira", 1996, Centro de Documentação do ISP;

"Clima Organizacional – um estudo prático", Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1985.

Vogal não executivo do Conselho de Administração

Roman Feliciano Pinto

Formação:

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

4. Governo da Sociedade

Diversos cursos/ ações de formação, no âmbito das atividades desenvolvidas.

Experiência Profissional:

Iniciou a sua experiência profissional em 2001 como técnico comercial no então designado Banco Totta & Açores no Balcão Miguel Torga em Coimbra;

Em 2002 realizou um estágio curricular no Instituto Nacional de Estatística na Direção Regional do Centro em Coimbra onde participou na crítica ao Inquérito Anual as Empresas e, posteriormente, no Inquérito Trimestral às Empresas não Financeiras em cooperação com o Banco de Portugal;

No ano letivo de 2004/2005 foi formador da disciplina de Cálculo Comercial na então designada Direção Regional de Formação Profissional;

Iniciou a carreira pública em abril de 2004, na então designada Direção Regional do Planeamento e Finanças da Secretaria Regional do Plano e Finanças onde desempenhou funções na área dos Estudos e Planeamento passando, a partir de 2007, a desempenhar funções relacionadas com a área das finanças e dos assuntos comunitários;

Entre agosto de 2012 e janeiro de 2017, foi nomeado Técnico Especialista para prestar acessória especializada no Gabinete da Secretaria Regional de Finanças no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, em estrita colaboração com as Direções Regionais do Orçamento e do Tesouro.

Entre fevereiro e outubro de 2016 foi nomeado Diretor de Serviços, em regime de substituição, da Direção de Serviços de Coordenação e Contabilidade da DROT.

Entre outubro de 2016 e outubro de 2017 desempenhou as funções de Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, fazendo o acompanhamento de diversas matérias da competência da Secretaria Regional.

Entre março e setembro de 2017 desempenhou, em acumulação com as funções de Adjunto do Gabinete, as funções de coordenação da Unidade de Gestão da Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública.

4. Governo da Sociedade

Entre março de 2017 e dezembro de 2017, foi nomeado vogal do Conselho de Administração do Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira.

Em Assembleia Geral do dia 17 de novembro de 2017, foi nomeado, Vogal não executivo do Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A..

Atualmente, desde 20 de outubro de 2017, desempenha às funções de Adjunto do Gabinete de Sua Excelência o Vice-Presidente do Governo Regional da Madeira, mantendo o acompanhamento de diversas matérias na área das finanças que transitaram da anterior Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública para a tutela da Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

Outros elementos curriculares de relevo:

Participou no grupo de trabalho responsável pela elaboração do PDES - Plano de Desenvolvimento Económico e Social da Região Autónoma da Madeira para o período de 2007 até 2013 tendo também colaborado na elaboração do PIDDAR - Programa Anual de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira e respetivos relatórios de execução para os anos de 2006 e 2007;

Participou, em representação da Região Autónoma da Madeira, no grupo de trabalho organizado pela Direção Geral de Desenvolvimento Regional para apoio à realização do Exame Territorial de Nível Nacional à Portugal realizado pela OCDE – Organização para o Cooperação e Desenvolvimento Económico;

Participação ativa no acompanhamento da aplicação da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e da Lei de Meios que assegura o financiamento das iniciativas de apoio e reconstrução dos danos ocorridos na Região Autónoma da Madeira na sequência da intempérie de 20 de fevereiro de 2010;

Colaboração, como técnico da Direção Regional do Tesouro, na realização, implementação e acompanhamento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira integrando a estrutura técnica criada pela resolução n.º 69/2012,

de 20 de fevereiro para assegurar a implementação e o acompanhamento das medidas previstas no referido programa;

No âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, destaca-se a participação ativa na preparação e concretização da "Operação de 1.100 milhões de euros" e da "Operação 150 milhões de euros" destinadas à regularização de dívida comercial da RAM; colaboração na realização de diversos acordos de regularização de dívidas; na atualização da Estratégia de Pagamentos da Dívida Comercial da RAM e no acompanhamento da concretização de diversas medidas previstas no PAEF-RAM;

Fez parte da estrutura de missão criada pelo Governo Regional com vista a apresentação de uma proposta de implementação de meios aéreos de combate aos incêndios na Região Autónoma da Madeira.

Fez parte do Gabinete de Apoio ao Emigrante na Venezuela criado pelo Governo Regional com vista a garantir a melhor integração e apoio aos emigrantes regressados à Região Autónoma da Madeira.

Fez parte do Grupo de Trabalho, nomeado pelo atual Ministro das Finanças, pelo Despacho n.º 8855/2017 sobre o Hospital Central da Madeira, fazendo atualmente, no âmbito das funções de adjunto do Gabinete da Vice-Presidência, o acompanhamento das questões financeiras associadas ao projeto de construção do Novo Hospital Central da Madeira.

Atualmente faz também parte da direção da ADBRAVA - Associação de Desenvolvimento da Ribeira Brava – pessoa coletiva de natureza privada e sem fins lucrativos, constituída em 30 de maio de 2009, tendo sido atribuído em 15 de maio de 2013 o estatuto de IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social nº 02/13, exercendo as funções de tesoureiro desde junho de 2009.

4.6 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes

O número de reuniões do Conselho de Administração no exercício de 2017 foi de 55.

4. Governo da Sociedade

Destacamos as seguintes deliberações tomadas no ano de 2017:

Governo da Sociedade:

- Submeter à aprovação da Assembleia Geral o Plano de Atividades e Orçamento para 2018 da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Propor ao acionista para a celebração de um contrato de mútuo, no valor de 21 145 514€, para fazer face ao serviço da dívida da APRAM, S.A. no ano de 2018;
- Submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2017 da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Solicitar à Vice-Presidência do Governo da R.A.M um aumento de capital, por conversão dos contratos de mútuo celebrados com a R.A.M., no valor global de 44.422.065,33€;
- Submeter à Vice-Presidência do Governo R.A.M a reprogramação dos contratos-programa celebrados entre a RAM e a APRAM, S.A. em 2016 e 2017;
- Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira a minuta de celebração de contrato programa para 2018 para financiamento dos investimentos;
- Submeter à tutela da Proposta de Orçamento da APRAM, S.A. para o ano de 2018, elaborado nos termos da Circular n.º 4/2017/ORÇ., elaborado na ótica da contabilidade pública e devido à APRAM, S.A. ser uma EPR;
- Aprovar a celebração de contrato promessa recíproca de compra e venda do prédio inscrito no artigo matricial 97, da secção AC, do concelho de Santa Cruz, freguesia de Gaula, sito no Porto Novo, que se encontra em nome da APRAM- Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. com a N. G. C. – Técnica, Lda.;
- Confirmação do Alvará n.º 1, datado de 14 de outubro de 2008, atribuído à ETPRAM– Empresa de Trabalho Portuário – ETP, Lda., para o exercício da atividade de cedência de mão-de-obra portuária nos portos e terminais da Região Autónoma da Madeira;

4. Governo da Sociedade

- Emissão de certificados de isenção do serviço de pilotagem a favor dos comandantes Carlos Manuel Nobre Dias, para o Porto do Caniçal, David Alexandre Zambujo Mendes, para o Porto do Caniçal, José Miguel Alves Carreira, para os Portos do Funchal e do Porto Santo, Paulo Araújo Batista, para os Portos do Funchal e do Porto Santo;
- Fixação da taxa a cobrar pela utilização do equipamento de RX na Gare Marítima da Madeira Na temporada 2018/2019 do navio AIDA NOVA no porto do Funchal;
- Programa INTERREG MAC - Participa nos projetos "DOCK&BUY" , "4p0rt", "PILOTS-Innovacion aplicada a la mejora y eficiência de la gestion en la seguridade operacional y control medioambiental en las áreas portuárias de la macaronésia", "OCEANLIT - Gestión de espacios naturales protegidos costeros afectados por basuras marinas en archipiélagos oceánicos".
- Regulamenta a situação de casos omissos, pelo aluguer do equipamento de sistemas de verificação de passageiros e bagagem (Raio X);
- Resolução do "Contrato de prestação de serviços de elaboração do projeto de execução e peças processuais para a empreitada de construção do edifício de apoio ao cais 6 do porto do Funchal", outorgado pela APRAM, S.A. e pela MSB – Arquitectura e Planeamento, Lda.;
- Aprovação das propostas de Portaria e submete à Vice-Presidência para alteração do Regulamento de Tarifas da Praça do Povo e a alteração do Regulamento de Utilização do Centro Náutico de São Lázaro (CNSL);
- Aprovação da alteração das normas de utilização do cais de recreio do porto do Funchal;
- Autorização à Direção Regional de Pescas para a realização da "Empreitada de Requalificação da Lota do Funchal";
- Aprovação das normas de utilização do varadouro e calhau da Baía de Câmara de Lobos e atribuição de licenças de uso privativo do público marítimo, sob jurisdição da APRAM, S. A., localizada no varadouro do cais de Câmara de Lobos;

4. Governo da Sociedade

- Aprovação do CEC – Código de Ética e Conduta da APRAM, S.A:
- Aprovação do "Regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no Porto do Funchal";
- Aprovação da proposta de Portaria submetida à tutela, conforme determinou a Resolução n.º 295/2018, no que concerne à elimina a Tarifa de Uso do Porto, designada por TUP/Carga e equiparação aos portos nacionais (criação da TUIP no caso dos portos com regime de licenciamento);
- Autorização do pedido de cancelamento do registo de agente de navegação Via Oceano – Agência de Navegação, Lda..
- Revisão do Acordo de Empresa celebrado em 6 de agosto de 2018, entre a APRAM, S.A. e o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias;
- Delegação de poderes na Presidente do Conselho de Administração ou em quem a substitui, para a assinatura de Procurações Forenses na qual a APRAM, S.A. constitui seus bastantes procuradores os advogados para a representar em processos que correm os seus nos Tribunais;
- Aprovação da memória descritiva e justificativa e peças desenhadas da retificação da operação de loteamento da Zona de Apoio Logístico do Porto Novo;
- Aprovação do Programa para o Dia do Porto (18 de julho);
- Adjudicações de estudos especializados na área marítimo portuária, com destaque para:
    - MARLOCONSULT, Lda. - "Prestação de serviços de análise de custo benefício sócio-económico e financeiro da expansão do molhe sul do Porto do Funchal";
    - ENIDH - Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, da elaboração do "Estudo para Análise das Condições de Operação e Ensaio de Manobras no Porto do Caniçal";

- BERINGEST – Gestão e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda. do "Convite à Apresentação de Proposta no Âmbito do Ajuste Direto Adotado para a Celebração do Contrato de Prestação de Serviços de Estudo de Viabilidade Técnica e Económico-Financeira das Atividades de Reboque e Amarração nos Portos da Madeira".

Representação da APRAM, S.A., comissões e grupos de trabalho

Para além das comissões/grupos de trabalho mencionadas na parte inerente aos membros do Conselho de Administração, há a assinalar as seguintes:

- Criação do grupo de trabalho cuja missão é a análise, o estudo e a proposta das alterações a introduzir no Regulamento de Exploração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Delegação de poderes no Eng. João Filipe Gonçalves Marques dos Reis para proceder à vistoria da empreitada de "Recarga do manto de tetrápodes do molhe principal da marina do Funchal", para efeitos de Receção Provisória, vistoria e outorga do auto de receção provisória da empreitada de "Fornecimento e colocação de sinalização em toda a área de jurisdição da APRAM, S.A.";
- Delegação de poderes no Eng. Carlos Manuel Henriques Camacho para proceder à vistoria dos trabalhos da empreitada de repavimentação do troço entre a rotunda e o acesso à rampa roll on/roll off no porto do Funchal, bem como para outorga do auto de receção provisória da mesma, vistoria e outorga do auto de receção provisória referentes à "Construção de Divisórias para o Raio X e Reparações Diversas na Gare Marítima no Porto do Funchal", vistoria e outorga do auto de receção provisória da empreitada de "Fornecimento e Instalação de Farolins no Cais de Santa Cruz", vistoria e outorga do auto de receção provisória da empreitada de "Fornecimento e Instalação de Farolins no porto do Porto Moniz, Cais do Paúl do Mar e no Cais do Porto Novo.";

4. Governo da Sociedade

- Constituição de uma Comissão Consultiva para a colaboração e apoio na elaboração o projeto de requalificação e reabilitação do Cais da Ponta do Sol e posterior acompanhamento na fase da empreitada Comissão será constituída pelo Engenheiro Carlos Manuel Henriques Camacho, representante da APRAM, S.A. e por representantes da Direção Regional da Cultura e do Município da Ponta do Sol;
- Integrar, na qualidade de parceiro, o projeto "Ecological-Economic Ecosystem Services-Based Assessment Platform (3EcoSBAP)" a candidatura ao programa Fundo Azul (DGPM/MMA e nomear a equipa da APRAM, S.A. responsável pelo projeto constituída por: Eng. Rui Lopes, que coordena; Dr.ª Odeta Lobo; Agente de Exploração Fernando Ferreira; e Técnica Administrativa Helena Vieira.
- Designação da Eng.ª Cecília Maria Ribeiro da Silva Correia para coordenadora do Projeto de segurança digital com autenticação biométrica designado "M-SMART", baseado no seu *"smart card"*, bem como designar os seguintes colaboradores da APRAM, S.A. para a equipa do projeto nas respetivas áreas de intervenção.

Adjudicação de estudos, projetos e concursos por prévia qualificação

Destaque para as adjudicações de estudos efetuadas às seguintes empresas:

- Proengel - Projectos de Engenharia e Arquitectura, Lda. - prestação de serviços no âmbito do procedimento denominado "Concurso Limitado por Prévia Qualificação para "Elaboração do Projeto de Requalificação e Reabilitação do Cais da Ponta do Sol";
- Duarte Caldeira e Silva, Lda. - prestação de serviços relativa à "Elaboração do Programa Base e Peças Processuais para o Projeto de Requalificação do Edifício e Espaços Exteriores da Marina do Funchal";
- Némus – Gestão e Requalificação Ambiental, Lda., - "Prestação de serviços de recolha de amostras e caracterização dos sedimentos a dragar – Porto do Funchal.;
- HYD APPLF CONSULT, LDA. - prestação de serviços relativo à "Elaboração do projeto de execução e peças processuais da empreitada de reabilitação do cais da Ribeira Brava.

4. Governo da Sociedade

Destaque para as adjudicações e aprovação dos seguintes projetos:

- Estudo Prévio apresentado pela PROENGEL - Projetos de Engenharia e Arquitectura Lda., no âmbito do contrato de prestação de serviços relativo à "Elaboração do Projeto de Requalificação e Reabilitação do Cais da Ponta do Sol";
- Projeto de execução apresentado pela PROENGEL – Projetos de Engenharia e Arquitetura, Lda., referentes à área 1 do Parque de Contentores do Caniçal, no porto do Funchal, cais de Machico, e porto do Porto Santo;
- projeto de execução apresentado pela TPF – Planege Cenor – Consultores de Engenharia e Gestão, S.A. referente ao lote n.º 1 (Reforço do Manto de Proteção do Molhe Sul do Porto do Funchal), no âmbito do "Contrato de elaboração dos estudos prévios, projetos de execução e peças processuais das empreitadas a executar pela APRAM, S.A. no porto do Funchal, cais de Machico, porto do Caniçal e porto do Porto Santo (lote n.º 1; lote n.º 2; lote n.º 3 e lote n.º 4) ;
- HYD Consult, Lda. - prestação de serviços relativo à "Elaboração do projeto de execução e peças processuais da empreitada de reabilitação do Cais da Ribeira Brava";
- ETERMAR - Empresa de Obras Terrestres e Marítimas, S.A. - prestação de serviços relativos à "Consulta prévia para a celebração do contrato de prestação de serviços relativo à elaboração de Estudos Geológicos-Geotécnicos".

Destaque para as adjudicações de Concursos Públicos por prévia qualificação efetuados às seguintes empresas:

- "Concurso limitado por prévia qualificação para elaboração dos projetos para o prolongamento do molhe-cais exterior (molhe da pontinha) e cais 8 do porto do Funchal". Deliberação a não dar provimento à reclamação apresentada pela PROMAN - Centro de Estudos e Projetos, S.A. e manter a decisão de qualificação das candidaturas apresentadas pelos candidatos n.ºs 2 - CONSULMAR - Projectistas e Consultores, Lda., 4 - Agrupamento "TECNOFISIL-TYPSA" e 5 - Agrupamento "WW/MSW/NRV", com base nos fundamentos invocados pelo júri nos relatórios que

elaborou e na exposição acima mencionada apresentada pelo candidato n.º 5 - Agrupamento "WW/MSW/NRV";

- "Concurso limitado por prévia qualificação para a Execução da empreitada relativa à recarga do manto de tetrápodes do molhe principal da marina do Funchal".

Adjudicações no âmbito dos sistemas de informação:

Destaque para as adjudicações efetuadas às seguintes empresas:

- MCComputadores, S.A., a prestação de serviços de licenciamento para o Microsoft Project Professional;
- Indra Sistemas Portugal do "Fornecimento de um serviço de envio e arquivo de fatura eletrónica e via eletrónica com os clientes da APRAM, S.A.";
- Microsegur – Soluções de Engenharia Lda. no âmbito da "Consulta Prévia para a celebração de contrato de Locação/Aluguer de Equipamento de RX para a Gare Marítima da Madeira";
- NETMACHINE – Sociedade de Informática, Lda., o fornecimento dos lotes 1 e 2 no âmbito da "Consulta prévia para a celebração do contrato de fornecimento de equipamento e material informático";
- XGT – Soluções Informáticas, S.A., a "Prestação de serviços de apoio ao cliente SIAG – Sistema Integrado de Apoio à Gestão".

Empreitadas e aquisição de bens e serviços:

- Adjudicações equipamentos e infraestruturas:
    - AHLERS LINDLEY, LDA. - fornecimento de um portaló de 18 m e respetivas estruturas de adaptação a bordo, importante para a operação do Aida Nova;
    - Colocação de defensas no porto do Porto Santo à empresa TECNOVIA Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A..

4. Governo da Sociedade

- Auto Zarco – Comércio de Automóveis, S.A., - fornecimento de três viaturas ligeiras, novas, para a APRAM, S.A., sendo a viatura destinada ao porto do Porto santo elétrica;
- Irmãos Mendes Fernandes Construção Civil, Lda., a execução da "Empreitada de reparações diversas no porto do Funchal";
- Irmãos Sousa – Pavimentação de Pedra, Lda., os trabalhos de "Reparação da Calçada da Av. Sá Carneiro";
- NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A. a "Prestação de serviços de realização de ensaios de carga e certificação de doze (12) passadiços do porto do Funchal e Caniçal;
- Spitex II Unipessoal, Lda. - "Prestação de serviços de reparação de degraus em escadas no Cais do Porto do Funchal";
- Tecnaco - Técnicos de Construção, S.A. - execução da "Empreitada de vedação dos parafusos da cobertura da gare marítima no porto do Funchal";
- Tecnovia – Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A. - execução das empreitadas de fornecimento e instalação de farolins no porto do Porto Moniz (Lote n.º 1), cais do Paul do Mar (Lote n.º 2) e cais do Porto Novo (lote n.º 3);
- Tecnovia – Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A. o Convite à apresentação de proposta no âmbito do ajuste direto adotado para a execução da empreitada de fornecimento e instalação de farolim no cais de Santa Cruz;
- Tecnovia – Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A., a execução da empreitada de repavimentação do troço entre a rotunda e o acesso à rampa roll on/roll off no porto do Funchal;
- Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A. o "Concurso público para execução da empreitada de reparação do cais da cidade de Câmara de Lobos";

- Traços do Campo - Construções, Lda., a prestação de serviços no âmbito do procedimento denominado "Consulta Prévia adotada para a celebração do contrato de prestação de serviços de conservação/manutenção de espaços verdes no porto do Funchal;
- Traficvias - Sinalização Rodoviária Lda., a execução da empreitada do fornecimento e colocação de sinalização na área de jurisdição da APRAM, S.A., no porto do Funchal;
- TSM - Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda. a prestação de serviços de mergulho profissional e execução de trabalhos marítimos;
- Unilift – Manutenção e Aluguer de Máquinas Unipessoal Lda., a prestação de serviços de reparação da grua shuttle lift de 16 toneladas do porto do Funchal;
- UNILIFT – Manutenção e Aluguer de Máquinas Unipessoal Lda., a "Prestação de serviços relativo à reparação do equipamento Travelift";
- AIG Europe Limited, a prestação de serviços de um seguro de responsabilidade civil de "Proprietários/Operadores Aeroportuários", de modo a manter a certificação do Heliporto do Porto Moniz pelo Instituto de Aviação Civil, IP.;

Aprovação de Planos de segurança:

- Plano de Segurança e Saúde da "Empreitada de fornecimento e instalação de farolim no cais de Santa Cruz", "Empreitada de fornecimento e instalação de farolins no porto do Porto Moniz (lote n.º 1), cais do Paul do Mar (lote n.º 2) e cais do Porto Novo (lote n.º 3)" – Adjudicatário TECNOVIA - Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A.;
- Plano de Segurança e Saúde da "Empreitada de reparação/substituição de todo o sistema de iluminação do Porto do Caniçal" apresentado pela empresa adjudicatária - Soledes, Lda;
- Plano de Segurança e Saúde da "Empreitada Relativa à Reparação do Pavimento do Parque de Contentores do Porto do Caniçal;

4. Governo da Sociedade

- Plano de Segurança e Saúde da "Empreitada Relativa à Reparação do Cais da Cidade de Câmara de Lobos";
- Plano de Segurança e Saúde da Empreitada de dragagem do porto do Porto Santo, no âmbito do procedimento de "Concurso público para execução da empreitada de dragagem do porto do Porto Santo";
- Plano de Segurança e Saúde da empreitada de reparação/substituição de todo o sistema de iluminação do porto do Caniçal. no âmbito do procedimento de "Consulta prévia para a celebração do contrato de empreitada de reparação/substituição de todo o sistema de iluminação do porto do Caniçal";
- Plano de Segurança e Saúde da empreitada de vedação dos parafusos da cobertura da gare marítima no porto do Funchal;
- Plano de Segurança e Saúde da empreitada relativa à recarga do manto de tetrápodes do molhe principal da marina do Funchal no âmbito do procedimento de "Concurso limitado por prévia qualificação para a execução da empreitada relativa à recarga do manto de tetrápodes do molhe principal da marina do Funchal" apresentado pelo adjudicatário consórcio Tecnovia – Madeira/Tecnovia – Açores.

Atribuição de licenças / concessões

- Oldtimer Tours Unipessoal. Lda., no âmbito do "Concurso público para atribuição de licença precária de ocupação e utilização da loja nº. 15 na Marina do Funchal com atividade a definir";
- Revoga e emite novas licenças para utilização e ocupação de quiosques para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística na Marina do Funchal e no Cais de Recreio do Porto do Funchal;
- Autoriza o pedido do Senhor Bruno José Ornelas da Costa, para ocupação e utilização de 2 metros lineares na doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro;

4. Governo da Sociedade

- Autoriza os pedidos dos Senhores Emídio Viveiros Martins, Jerónimo Moniz da Silva, Marcos Henriques Vaz, Nélio Alves Calaça, referente à ocupação de uma parcela de terreno localizada junto ao estaleiro de embarcações de pesca do Porto do Caniçal;
- Autoriza os pedidos dos Senhores José Francisco de Vasconcelos, Paulo Alexandre Rodrigues Gaivotas para ocupação de parcela de terreno localizada na Praça do Povo;
- Autoriza o pedido do Senhor José Rocha para transmissão televisiva do Mundial de 2018, com venda ambulante de comes e bebes no Cais 8.
- Autoriza o pedido do Senhor Rui Alberto Araújo Carvalho para exercer a atividade de um parque de diversões no Cais 8.
- Autoriza o pedido do Sindicato Nacional dos Estivadores (SEAL) para a atribuição de licença referente ao Edifício G, localizado no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal,
- MLE – Madeira Leisure Entertainment, Restauração e Animação, Lda. no âmbito da "Consulta prévia para atribuição de licença para instalação de um quiosque com esplanada destinado a cafetaria e gelataria nos pontões das fozes da ribeira de Santa Luzia e de João Gomes";
- Brigada Boémia, Unipessoal, Lda. Adjudica, no âmbito do procedimento concursal para atribuição de licença para construção e exploração de uma estrutura amovível para promoção da arte, cultura e música regional e estrangeira, com espaço de leitura, exposições e apoio alimentar aos eventos no depósito temporário de inertes existente no Funchal;
- Marina do Funchal o Hangar D3 localizado no CNSL - Centro Náutico de São Lázaro, para oficina de reparação e armazenamento de equipamentos da Marina do Funchal;
- Sociedade Aléxis Freitas, Unipessoal, Lda. - "Licença Precária para Ocupação e Utilização de Espaço na Doca de Estacionamento da Avenida Francisco Sá Carneiro para o exercício da Atividade de Animação Turística";

4. Governo da Sociedade

- Autoriza alugar à Associação Geringonça um espaço coberto no Centro Náutico de S. Lázaro;
- Autoriza Licença à Carristur, Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Lda. Para circular com um autocarro de passageiros no âmbito do exercício da atividade de animação turística par o circuito "Funchal Tour".
- Autoriza o estacionamento de uma viatura ligeira no Cais 8 no âmbito do exercício da atividade marítimo turística exercida pela "MW MADEIRA WATERSPORTS, Unipessoal, Lda.".
- Autoriza o pedido da sociedade "Final Algorithm, Lda." para a instalação de um espaço com 4 m2 no porto do Porto Santo e de um espaço (lote) no cais 8 do porto do Funchal, para o aluguer de bicicletas
- Autoriza o pedido da sociedade Daniel Freitas Alves e Filhos, Lda. para a atribuição de licença referente ao Escritório n.º 2, localizado no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para apoio à sua atividade.
- Autoriza o pedido da sociedade FAF DRAIV, Unipessoal, Lda., titular da "Licença Precária para Ocupação e Utilização de Espaço na Doca de Estacionamento da Avenida Francisco Sá Carneiro para o Exercício da Atividade de Animação Turística".
- Autoriza o pedido da sociedade Francisco Menezes Unipessoal, Lda. para ocupação e utilização de 4 metros na doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro;
- Autoriza o pedido da sociedade Freitas & Caires, Lda. para a atribuição de licença referente ao Escritório n.º 8, localizado no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal, para apoio à sua atividade.
- Autoriza o pedido da sociedade LIMITABITUAL, UNIPESSOAL, LDA. para ocupação e utilização da doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro.
- Autoriza o pedido da sociedade Prospermaneuver, Lda. para ocupação e utilização da doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro;

4. Governo da Sociedade

- Autoriza o pedido da sociedade Prospermaneuver, lda., titular da "Licença precária para ocupação e utilização de espaço na doca de estacionamento da Avenida Francisco Sá Carneiro
- Autoriza o pedido da sociedade Verdevertente Produção e Comercialização de Plantas Ornamentais, Unipessoal, Lda. para ocupação e utilização da doca de estacionamento da Avenida Sá Carneiro;
- Autoriza o pedido da Welcome Madeira para circular no porto do Funchal com um autocarro pesado de passageiros, no âmbito do exercício da atividade de animação turística.
- Autoriza a Hipersucata, Lda. a ocupar e utilizar a plataforma n.º 1 na ZAL para construção de um armazém para separação e reciclagem de resíduos de sucata.
- Atribuição do direito de uso do posto de atracação no Cais de Recreio do Porto do Funchal a: Sociedade Prazer do Mar – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.; Sociedade Bússola Dedicada, Unipessoal, Lda., Sociedade Douro Acima – Transportes Turismo e Restauração, Lda., Sociedade Ema de Freitas & Can., Ldª., Sociedade Gogoaway, Lda., Sociedade H. M. – Exploração Hoteleira, S. A. Sociedade Investiváriοs, S.A., Sociedade Magic Dolphin Atividades Marítimas, Lda. , Sociedade Morna, Mendonça e Schmidt, Lda., Sociedade MW Madeira Watersports, Unipessoal, Lda., Sociedade MW Madeira Watersports, Unipessoal, Lda., Sociedade Nautipos Fishing, Lda., Sociedade NautiposFishing, Lda., Sociedade Nautisantos – Actividades Desportivas, Lda., Sociedade Ocean Limit, Lda., Sociedade Oceano Pioneiro, Unipessoal, Lda., Sociedade On Tales, Lda., Sociedade Ricardo Quintal Calisto Gavina, Lda, Sociedade Santa Maria – Actividades Marítimo Turísticas, Lda., Sociedade Turística Palheiro Ferreiro, S.A.;
- O direito de uso do posto de atracação n.º 31 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, para a atracação da embarcação "BALANCAL" de Sérgio Paulo Calaça André;
- O direito de uso do posto de atracação n.º 37A do Cais de Recreio do Porto do Funchal, para a atracação da embarcação "TARTARUGA";

4. Governo da Sociedade

- Autorização para a cedência de espaço para a instalação da fábrica cerveja em conformidade com as telas finais do projeto apresentadas em março de 2018, à CERVEJOLÂNDIA, LDA.;
- Autorização para a colocação de painéis com publicidade na parede do elevador localizado na Avenida Sá Carneiro junto ao edifício da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.

Execução do orçamento/Acordos de Regularização de Dívida:

- Aprovação de 12 alterações orçamentais;
- Isenção de cobrança da TUP/Navio referente ao período acrescido de meia hora para além das 24 horas nas escalas dos navios AIDAblu e AIDAprima nos dias 12-03-2018 e 15/16-03-2018;
- Isenção de cobrança de penalização referente à escala do navio "Saga Pearl II", prevista para o dia 13 de janeiro de 2018 à empresa Blatas;
- Isenção de cobrança à JFM Shipping, Lda. do pagamento da taxa de cancelamento fora de prazo refente à escala prevista para o dia 29/10/2018, no porto do Funchal, do navio "NAVIGATOR OF THE SEAS";
- Autoriza a libertação integral da caução prestada pelo Agrupamento Complementar de Empresas "ETERMAR/SOMAGUE CAIS DE CRUZEIROS DO FUNCHAL, A.C.E.", no âmbito da empreitada relativa à "Construção do Novo Cais de Cruzeiros na Frente de Proteção Marítima do Depósito de Inertes Criado a Nascente do Cais da Cidade do Funchal";
- Manda emitir nota de crédito referente à penalização do serviço de reboque por requisição fora de prazo nas escalas do navio Marella Dream nos dias 31 de dezembro de 2017 a 1 de janeiro de 2018 e de 8 a 9 de janeiro de 2018;
- Promoção de cobrança coerciva de dívida a: Sociedade MARISMAR- Aquacultura Marinha, Ldª, António Freitas; CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da

4. Governo da Sociedade

Madeira, S.A., Paulo Miguel de Freitas Abreu, Maria Zita França - Unipessoal, Lda., António de Freitas, Carlos Alberto de Araújo Quis e Fátima Maria Madalena, Alexandre Freitas Mendonça, Duarte Miguel Caldeira de Freitas, João Avelino Oliveira Mendes, Sílvio João F. Costa, José Lino Leça Rodrigues, João Luís Ornelas, Pedro Bernardo Neto Camacho, Comperitrans - Comércio e Serviços Integrados, Lda., Patrícia Costa Ornelas, Plano I9 – Soluções Globais Logística, Lda., Ricardo Paulo Santos Silva, Vedonline – Construção e Trading, Lda. e Zeferino Fernandes – Sociedade Unipessoal, Lda. ;

- Cobra às entidades: Albatroz do Mar - Actividades de Animação Turística, Unipessoal, Lda.; Madeira Big Game Fishing - Actividades Náuticas, Lda.; Gavião - Viagens Turisticas, Lda; Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda.; Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Lda.; Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.; Ema de Freitas & Can, Lda.; Oceano Pioneiro Unipessoal, Lda.; Emanuel Gomes Henriques (DRAGÃO), as taxas que vinham a ser cobradas ao abrigo das licenças anteriores - Até à formalização das novas licenças de utilização e ocupação dos quiosques de apoio às embarcações marítimo-turísticas da Marina do Funchal;
- Isenção de cobrança TUP/Carga da viatura Mercedes Benz (D), destinada à Associação Humanitária de Bombeiros da Ribeira Brava e Ponta do Sol;
- Isenção de cobrança a TUP/Carga das viaturas participantes e as de assistência, na quinquagésima nona edição do Rali Vinho Madeira;
- Isenção de cobrança as taxas de cancelamento de reserva de cais do navio "Marella Dream" no dia 28 de outubro de 2018 - Agência Ferraz. Lda.;
- Isenção de cobrança as taxas de reboque à ordem do navio "Lobo Marinho" no dia 16 de abril de 2018 para atracação do navio AIDAprima no dia 16 de abril de 2018;
- Isenção de cobrança as taxas inerentes à mudança de cais do iate "ARTEMIS" na escala realizada no porto do Funchal de 29 de setembro de 2018 a 5 de outubro de 2018, nomeadamente as taxas de serviço de pilotagem de mudança de cais/fundear;

4. Governo da Sociedade

- Isenção de cobrança as taxas inerentes à operação de largar e atracar do navio "Volkan de Tirajafe" entre as 13h30m e as 15h30m do dia 08 de agosto de 2018;
- Isenção de cobrança as taxas inerentes à operação de largar e atracar do navio "Volkan de Tirajafe" entre as 13h30m e as 15h30m do dia 15 de agosto de 2018;
- Isenção de cobrança as taxas pelos serviços prestados pela APRAM, S.A., para remoção das bóias de assinalamento marítimo da piscicultura da Ponta do Sol por se tratar de trabalhos solicitados pela Direção Regional de Pescas;
- Isenção de cobrança as taxas portuárias para a atracação da Nau Santa Maria no Porto Santo, entre os dias 12 e 14 de setembro próximo no âmbito do Festival Colombo 2018 que tem lugar entre 13 e 15 de setembro, no Porto Santo;
- Isenta o pagamento da taxa referente à ocupação e utilização de quiosque para venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística na Marina do Funchal, Empresa Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.;
- Isenta/não aplica as penalizações por cancelamentos de reserva de cais aos navios "Norwegian Spirit" (11-03-2018) e "Ocean Majesty" (11-03-2018);
- Não aplica as penalizações referente à escala do navio Oceana no dia 12 de novembro de 2017;
- Isenção de taxas pela utilização das áreas do heliporto, Cais de Recreio do Porto do Funchal, estacionamento do Cais 8 para a realização da 2.ª Edição do "Madeira Cross Games", pedido de apoio solicitado pelo Clube Naval do Funchal;
- Reduz a taxa de utilização de pranchas de portaló nos portos do Caniçal e do Funchal de apoio à Corveta Afonso Cerqueira;
- Reduz em 50% o valor apurado referente ao montante processado pelas manobras do navio cimenteiro "ISLAS 2" no dia 16 de maio de 2018 no porto do Caniçal.

4. Governo da Sociedade

Recursos humanos:

- Adjudicação à sociedade Betamar Praia Dourada Investimentos Turísticos, Lda., a prestação de serviços, de alojamento no "Hotel Praia Dourada", para o ano de 2018, aos colaboradores da APRAM, S.A.,
- Adjudicação ao Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, a prestação de serviços de formação "Pós-Graduação em Direito e Contratos Públicos" a quatro colaboradores da APRAM, S.A.
- Autorização para a revogação do acordo de cedência, a pedido dos trabalhadores Nélio Gouveia de Sousa e Rafael santos Costa para o regresso aos respetivos lugares de origem;
- Autorização para a progressão na carreira dos trabalhadores João Manuel Sá Lopes Alves dos Santos, Joaquim José Martins Abreu, Nelson Ricardo Branco Silva, Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro Jesus, Romano Jorge Câmara Caldeira, Fernando José Fernandes Ferreira, Marco Aurélio Paiva da Silva, Orlando Rodrigues de Figueiredo, Cecília Maria Ribeiro Silva Correia, Odeta Batista Pestana Madeira Lobo,
- Considerou, nos termos da EPAP e após parecer da medicina no trabalho, a trabalhadora Maria Gorete Pereira Gonçalves, inapta definitivamente para o exercício de todas as funções de qualquer categoria profissional;
- Contratação, em regime de comissão de serviço para o cargo de Chefia nível I, o Diretor de Operações Marítimo-Portuárias;
- Contratação, em regime de contrato de trabalho a termo certo 2 técnicos administrativos, técnico superior e um técnico, ambos na área da engenharia civil;
- Delegação de competências no Serviço de Recursos Humanos a responsabilidade pela verificação do módulo de tempo para a atribuição de diuturnidades;

4. Governo da Sociedade

- Instauração de procedimento disciplinar ao cantoneiro de limpeza, José António Pita Câmara;
- Nomeação da Consultora Jurídica Célia Andreia Nóbrega Quintal para proceder à averiguação das situações anómalas reportadas verbalmente pelas funcionárias Maria Gorete dos Reis Xavier e Helena Rita de Freitas Silva Matos;
- Repreensão aos trabalhadores Emanuel dos Ramos Fernandes e Emanuel dos Santos Mendonça na sequência de teste positivo pelo consumo de álcool;
- Celebra contrato de trabalho a termo certo com os pilotos José António da Costa Chaves e José António Barata Moreira Paradela no ano de 2018 e nos períodos a indicar pelo Chefe do Serviço de Pilotagem;
- Cessa o acordo de cedência de interesse público celebrado com o técnico superior Nélio Gouveia de Sousa, produzindo efeitos a partir do dia 22 de setembro inclusive;
- Revisão Global do Acordo de Empresa celebrado com o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias;
- Louva o Eng. Fernando António Costa da Silva pelo modo exemplar como desempenhou as suas funções, pautadas pela honestidade e transparência em prol do interesse público dos portos da Madeira.

Participação da APRAM, S.A. em feiras/organizações do setor:

- Autorização para a deslocação à FITUR, em Madrid – Espanha;
- Autorização para a participação na feira de cruzeiros "Seatrade Cruise Global 2018", em Fort Lauderdale – Estados Unidos da América;
- Autorização para a deslocação ao evento Boat Show Palma 2018, em Palma de Maiorca – Espanha;
- Autorização para a deslocação à 52.ª Assembleia-geral da MedCruise, em La Valleta – Malta;

- Autorização para a deslocação ao evento da companhia Fred Olsen Cruise Lines, sob o tema "Capitain's in Cadiz", em Cádis – Espanha;
- Autorização para a participação na "Ocean's Meeting", na Seatrade Cruise Med 2018 e a 53.ª Assembleia-geral da MedCruise, em Lisboa – Portugal;
- Autorização para a deslocação a reunião do Conselho Europeu, que teve lugar em Nantes (França) e para o evento Monaco Yacht Show 2018, em Monte Carlo – Mónaco;
- Autorização para a deslocação ao Congresso e à Assembleia-geral da RETE, em Matosinhos – Portugal;
- Autorização para a deslocação a Madrid para participação no International Cruise Summit – ICS 2018.

Contencioso:

- Adjudicação de serviços jurídicos ao Dr. David Gomes Nunes - Processo de Contencioso Pré-Contratual n.º 395/18.0BEFUN; Processo n.º 1857/09.5BELSB, Processo n.º 5771/17.2T8FNC, Processo Executivo n.º 6577/15.9T8FNC.1 e respetivos Embargos de Executado apensos, até trânsito em julgado da sentença a proferir no âmbito dos respetivos autos e extinção da instância executiva, ainda que em instâncias superiores e com necessidade de elaboração de eventuais alegações ou contra-alegações de recurso (todos estes processos foram movidos pelos trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica, Ld.ª).
- Adjudicação de serviços jurídicos ao Dr. Ricardo Miguel Frade de Gouveia - Processo de Contencioso Pré-Contratual n.º 360/18.7TBEFUN, até trânsito em julgado da sentença, ainda que em instâncias superiores e com necessidade de elaboração de eventuais alegações ou contra-alegações de recurso, conforme termos e demais condições constantes da proposta apresentada (processos interpostos no âmbito da contratação pública – docagem do rebocador Boqueirão e lancha Ilhéu de Cima).

4. Governo da Sociedade

- Adjudicação de serviços jurídicos à Sérvulo & Associados - Sociedade de Advogados, RL, - contencioso tributário em curso, e não abrangido por anterior contrato, com a CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., com referência à liquidação de taxas pela APRAM, S.A. pela ocupação de área dominial no Porto do Caniçal para exploração, pela CLCM, de um Parque de Combustíveis.

Atividades filantrópicas/responsabilidade social da APRAM, S.A.:

- Aprovação da cedência da Praça do Povo para as atividades do Desporto Escolar a terem lugar nos dias 17, 19 e 20 de março;
- Apoio à Regata de Cruzeiros ao Porto Santo, designada por Regata MEO (Club Naval do Funchal);
- Aprovação da parceria com a MADEIRA EMERGÊNCIA e isenção do pagamento de taxas pela utilização da Praça do Povo;
- Patrocínio à XX Regata Internacional Canárias 2018. (Clube Naval do Funchal);
- Atribuição a favor da Secretaria Regional do Turismo e Cultura o uso privativo da Praça do Povo, destinada às diversas ações de promoção do Vinho da Madeira que incluem vendas, provas de vinhos da Madeira e provas gastronómicas, entre os dias 20 de agosto e 17 de setembro;
- Acomodação de quatro embarcações na Marina do Porto Santo, no período de 1 de agosto a 9 de setembro de 2018 no âmbito da Regata Internacional Canárias-Madeira conforme pedido pelo Clube Naval do Funchal;
- Atribuição de uma comparticipação financeira no montante de 500€ (quinhentos euros) à Casa do Pessoal dos Portos da Madeira no ano económico de 2018;
- Autorização à Casa do Povo de Santa Maria Maior a utilizar espaço na zona do heliporto e arredores para a realização da 3.ª Edição da Expo-Tropical, com isenção de taxas pela utilização do espaço;

4. Governo da Sociedade

- Autorização para a cedência de barreiras à Organização do Rali Vinho Madeira/2018;
- Autorização para a ocupação da Praça do Povo para atividades de animação musical nas noites de sexta feira e antes e depois dos espetáculos piromusicais das noites de sábado;
- Autorização para a ocupação do Cais Norte do Porto do Funchal para ser utilizado como parque de assistências do Rali Vinho Madeira/2018 nos dias 3 a 5 de agosto de 2018;
- Isenção de cobrança de taxas TUP/CARGA para o transporte dos veículos de 10 equipas participantes do XIII Super Trail 4X4 São Vicente;
- Autorização para a realização de evento, "Cantinho dos Artistas", a ter lugar entre os dias 8 e 17 de outubro, na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses;
- Autorização para a realização do evento "Cantinho dos Artistas", a ter lugar entre os dias 2 e 11 de abril, na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, no espaço triangular, em frente ao café "Vermelhinho";
- Autorização a título gracioso, a utilização de um espaço para mensagem publicitária na área de jurisdição da APRAM, S.A. para colocação de uma lona sob a marca MFF 2018 – publicidade da imagem e do cartaz do evento – de forma temporária antes e enquanto decorrer o Madeira Film Festival 2018;
- Autorização para a utilização da Praça do Povo, entre os dias 10 e 13 de fevereiro, para espetáculos em palco - Festas de Carnaval;
- Autorização para a utilização da zona do heliporto e arredores para a I Feira Internacional do Comércio e Artesanato, entre 22 de outubro e 6 de novembro de 2018;
- Autorização para a utilização da zona do heliporto, junto à Praça do Povo, pela Associação de Basquetebol da Madeira para a realização de uma atividade

desportiva de âmbito nacional, denominada "Dia Nacional do Minibasquete", no dia 10 de junho, das 09h00 às 13h30;

- Autorização para a colocação de barracas de comes e bebes durante a realização da XIV Festa da Lapa 2018, entre os dias 13 a 15 de julho no Paul do Mar;
- Autorização para o Clube Desportivo Recreativo Santanense a utilizar espaços para a realização da III Maratona Internacional da Madeira em Patins no dia 30 de setembro de 2018;
- Patrocínio no valor total de €625,00 (seiscentos e vinte cinto euros) para a edição do prémio Excellence da International Cruise Summit 2018;
- Cedência do espaço da Praça do Povo e arredores para as comemorações do Dia Mundial da Proteção Civil;
- Empréstimo de barreiras metálicas à Direção Regional de Turismo para delimitação dos percursos dos Cortejos Alegórico e Trapalhão, nos dias 10 e 13 de fevereiro, no âmbito das Festas de carnaval 2018;
- Organização da Festa de Natal para os trabalhadores da APRAM, S.A. e comunidade portuária;
- Isenção à Associação Contigo Teatro a cobrança de taxas pela utilização do espaço da gare para a realização de espetáculo de leitura encenada, alusivo à temática da lusofonia, a ter lugar no dia 14 de abril, na Gare Marítima da Madeira, no âmbito do VI Encontro literário de Leitura em Voz Alta, integrado no projeto Ler com Amor;
- Isenção à Associação Regional de Canoagem da Madeira do pagamento das taxas de armazenagem para os atrelados das embarcações que estiveram presentes nos eventos realizados na RAM nos dias 21 e 22 de setembro de 2018, nomeadamente "Surfski e do Campeonato Nacional de Canoagem Mar VI";

- Isenta o Clube Sport Marítimo do pagamento da taxa de estadia da embarcação "Finus" (matrícula 17 038 LX3), no Cais de Recreio do Funchal no âmbito das comemorações dos 600 anos da descoberta da Ilha da Madeira e do Porto Santo, apoio na travessia Açores/Madeira – atleta Frederico Rezende;
- Isenção de cobrança da TUP/Carga contentor de 40' dos Escuteiros Marítimos Agrupamento 216;
- Isenção da taxa de utilização de espaços pela Associação "The Classic Motor Exhibition".

4.7 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g) do número 2 do artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, a APRAM, S.A. exerce os seguintes poderes:

- Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- Administração do domínio público na área que lhe está afeta;

- Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- Proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

4.8 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

- Grant Thornton & Associados - SROC, Limitada;
- Inspeção Regional de Finanças;
- Inspeção Geral de Finanças;
- Tribunal de Contas;
- Tribunal de Contas Europeu;
- Instituto de Desenvolvimento Regional;
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;
- Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas entidades gestoras.

4.9 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, fixada por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., encontra-se discriminada no quadro seguinte:

4. Governo da Sociedade

Quadro 1 – Remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral

Valores auferidos membros da Assembleia Geral	Senhas de Presença	TOTAL
Célia Quintal	900,00€	900,00€
Miguel Faria	750,00€	750,00€
Patrícia Bairrada	750,00€	750,00€
TOTAL	2 400,00€	2 400,00€

Fonte: APRAM, S.A.

Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, Sociedade Grant Thornton & Associados - SROC, Limitada, durante o ano de 2018, foi 14 566,80 €.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. indicadas no quadro infra:

Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração

DESCRIÇÃO	Membros executivos		Membro não executivo	TOTAL
	Lígia Correia	Fátima Carvalho Correia	Roman Pinto	
emuneração base	46.523,30 €	47.438,30 €	9.371,50 € [8]	**103.333,10 €**
ubsídio de férias/Natal	7.779,30 €	7.931,80 €		**15.711,10 €**
ubsídio de alimentação	2405,08	2.306,43 €		**4.711,51 €**
espesas representação	18.609,32 €	18.975,32 €		**37.584,64 €**
judas de custo	580,06 €			**580,06 €**
GA e Segurança Social	17.768,17 €	18.309,39 €	[9]	**36.077,56 €**

[8] Inclui o pagamento desde novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018

[9] Em 2018 não efetuou descontos para a Segurança Social, aguardou os pedidos de esclarecimentos sobre a entidade de desconto - se CGA ou Segurança Social

4. Governo da Sociedade

DESCRIÇÃO	Membros executivos		Membro não executivo	TOTAL
	Lígia Correia	Fátima Carvalho Correia	Roman Pinto	
SUB-TOTAL SALÁRIOS	**93.665,23 €**	**94.961,24 €**	**9.371,50 €**	**197.997,97 €**
espesas com viatura	761,73			**761,73 €**
JC	145,05 €			**145,05 €**
eguro Viatura	142,77 €			**142,77 €**
asolina/Gasóleo	601,65 €	966,30 €		**1.567,95 €**
omunicações	622,50 €	226,53 €		**849,03 €**
SUB-TOTAL	2.273,70 €	1.192,83 €		3.466,53 €
TOTAL	95.938,93 €	96.154,07 €		201.464,50 €

Fonte: APRAM, S.A.

- As despesas de representação foram processadas 12 meses.
- Todos os Administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE, consoante a situação aplicável.
- Não existem planos complementares de reforma.
- Não foram atribuídos prémios de gestão.

4.10 Certificação legal de contas

A Certificação Legal de contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, encontra-se em anexo ao presente relatório.

5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

A APRAM, S.A. integra o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira como empresa pública reclassificada (EPR).

Tem por objeto a prestação de serviços e poderes de autoridade portuária, possui autonomia administrativa e financeira, com personalidade jurídica e património próprios, gerando e arrecadando receitas provenientes da sua atividade.

Apesar da reclassificação da APRAM, S.A. "*produzir efeitos desde 2012, só em 2014 é integrada no sector institucional da administração pública regional*"[10]. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, de que se destacam:

- A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;
- O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;
- A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;
- A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas.

O orçamento inicial da APRAM, S.A. para o ano económico de 2018, elaborado na ótica da contabilidade pública, apresentou um valor de 42.368.146€.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) foi a expressa no quadro infra:

10 Ver página 104 da proposta de ORAM 2014 - Relatório e Anexos.

5. Reclassificação e Anexo às Demonstrações Orçamentais

Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	
1. Receitas correntes	12 115 999	29%
2. Receitas de capital	30 252 147	71%
TOTAL DAS RECEITAS	**42 368 146**	**100%**
1. Despesas correntes	17 479 725	41%
2. Despesas de capital	24 888 421	59%
TOTAL DAS DESPESAS	**42 368 146**	**100%**

Fonte: APRAM, S.A.

No decorrer do ano 2018, a APRAM, S.A. realizou 13 alterações orçamentais. A maior parte das alterações orçamentais constituíram meras transferências entre rubricas orçamentais, com exceção da 4.ª alteração orçamental que originou um acréscimo nas rubricas da receita e da despesa, tendo em conta que foi inscrita a verba relativa à aprovação da candidatura n.º "M1420-05-2114-FEDER-000014 – Requalificação e Reabilitação do Cais da Ponta do Sol", da 7.ª alteração orçamental, onde se registou a utilização do saldo da gerência do exercício do ano 2017 e da 8.ª alteração orçamental, onde se registou um crédito especial, nos termos da devolução de verbas por parte do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira, decorrente dos processos n.º 5829/15.2T8FNC e 5854/15.3.T8FNC (indemnização dos trabalhadores da 33/16 - Assistência Náutica, S.A.), bem como o registo de um crédito especial, na sequência da alienação do empilhador Mariner F1500.

A variação global do orçamento corrigido, face ao orçamento inicial foi no valor de 3.838.470 €, e resulta essencialmente da inscrição das verbas descritas no parágrafo anterior.

A APRAM, S.A. apresentou receitas globais no valor de 37.765 M€, com uma taxa de execução orçamental de 82% (receitas correntes – 98%; receitas de capital - 76%), conforme se pode constatar pelo mapa infra:

5. Reclassificação e Anexo às Demonstrações Orçamentais

Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2018	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2018	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2018	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
RECEITAS CORRENTES					
04 - Taxas, multas e outras penalidades					
04 01 - Taxas	10 654 178	10 379 178	10 154 670	**224 508**	**98%**
04 02 - Multas e outras penalidades	27 000	42 000	34 115	**7 885**	**81%**
05 - Rendimentos da propriedade					
05 10 - Rendas	1 429 321	1 679 321	1 651 412	**27 909**	**98%**
07 - Venda de bens e serviços correntes					
07 01 - Venda de bens	500	500		**500**	
08 - Outras receitas correntes					
08 01 - Outras	5 000	71 121	65 923	**5 198**	**93%**
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	**12 115 999**	**12 172 120**	**11 906 120**	**266 000**	**98%**
RECEITAS DE CAPITAL					
09 - Venda de bens de investimento					
09 04 - Outros bens de investimento		12 322	12 322		**100%**
10 - Transferências de capital					
10 04 - Administração regional	8 890 183	8 890 183	860 839	**8 029 344**	**10%**
10 09 - Resto do mundo	126 450	163 782	27 451	**136 331**	**17%**
12 - Passivos financeiros					
12 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	21 145 514	21 145 514	21 145 513	**1**	**100%**
13 - Outras receitas de capital					
13 01 - Outras	90 000	90 000	80 190	**9 810**	**89%**
16 - Saldo da gerência anterior					
16 01 - Na posse do serviço		3 732 695	3 732 694	**1**	**100%**
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	**30 252 147**	**34 034 496**	**25 859 010**	**8 175 486**	**76%**
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	**42 368 146**	**46 206 616**	**37 765 130**	**8 441 486**	**82%**

Fonte: APRAM, S.A.

5. Reclassificação e Anexo às Demonstrações Orçamentais

Na parte das receitas correntes:

- Capítulo "04 – Taxas, multas e outras penalidades" – é o capítulo que tem maior peso e está diretamente relacionado com a atividade da empresa. Representou 27% das receitas que são provenientes das taxas portuárias relacionadas com o tráfego de mercadorias e de cruzeiros (TUP navio, pilotagem, amarração, passageiros). Note-se que os portos da Madeira continuam a ser a principal porta de entrada de bens e mercadorias na RAM;
- Segue-se o capítulo "05 – Rendimentos da propriedade", com 4%, onde se incluiu a receita proveniente das licenças e concessões devidas pela exploração, ocupação e utilização de terrenos, terraplenos e edificações nas áreas sob jurisdição da APRAM, S.A..

Nas receitas de capital da APRAM, S.A. destaque-se o:

- Capítulo "12 – Passivos financeiros", com 56% onde se inclui as receitas do empréstimo de mútuo com o Governo Regional da Madeira, destinado ao pagamento do serviço da dívida da APRAM, S.A.. Saliente-se que esta rubrica é responsável por mais de metade do orçamento global da empresa e está diretamente relacionada com a amortização dos empréstimos bancários e o pagamentos de juros e imposto de selo bancários, decorrentes dos elevados investimentos realizados no passado, nomeadamente o Porto comercial do Caniçal; a Gare Marítima da Madeira; a grande reparação do porto do Porto Santo; os Cais de Santa Cruz, Câmara de Lobos, Paul do Mar, Machico; o Porto do Porto Moniz;
- Capítulo "16 – Saldo da gerência anterior", com 10%, onde se registou a utilização do saldo da gerência do ano 2017, no valor de 3.732.694 €.

No quadro infra constatamos o peso de cada capítulo face ao orçamento global:

5. Reclassificação e Anexo às Demonstrações Orçamentais

Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2018	PESO %
RECEITAS CORRENTES		
04 - Taxas, multas e outras penalidades	10 188 785	27%
05 - Rendimentos da propriedade	1 651 412	4%
08 - Outras receitas correntes	65 923	0%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	**11 906 120**	**32%**
RECEITAS DE CAPITAL		
09 - Venda de bens de investimento	12 322	0%
10 - Transferências de capital	888 290	2%
12 - Passivos financeiros	21 145 513	56%
13 - Outras receitas de capital	80 190	0%
16 – Saldo da gerência anterior	3 732 694	10%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	**25 859 010**	**68%**
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	**37 765 130**	**100%**

Fonte: APRAM, S.A.

A APRAM, S.A. apresenta despesas globais no valor de 33.403 M€, com uma taxa de execução global do orçamento de 72% (despesas correntes: 90%; despesas de capital: 61%).

As principais rubricas do orçamento com execução, ocorreram nos seguintes agrupamentos:

- "01 – Despesas com o pessoal": 95% de execução, resultante essencialmente do processamento de salários de janeiro a dezembro de 2018. Neste montante, inclui-se o subsídio de férias pago em junho;
- "02 – Aquisição de serviços": 65% de execução – resultante da atividade operacional da empresa. Despesas associadas nomeadamente: a vigilância e segurança; seguros marítimos, automóveis e responsabilidade civil; aquisição de combustíveis para as embarcações, viaturas e máquinas de apoio à operação

portuária; limpeza e higiene das instalações; trabalhos especializados onde se incluem os honorários dos advogados; água; eletricidade; recolha de resíduos aos navios que demandam os portos, conservação e reparação das embarcações e máquinas, bem como das instalações, entre outras despesas de caráter corrente;

- "03 – Juros e outros encargos": 100% de execução – verbas despendidas essencialmente com os juros bancários associados ao serviço da dívida (empréstimos bancários de médio e longo prazo, bem como os respetivos swaps de taxa de juro);
- "06 – Outras despesas correntes", com 81% de execução – pagamento do imposto de selo e das taxas de aval, associadas ao serviço da divida bancária, bem como o pagamento dos demais impostos, nomeadamente: IVA, PEC, IRC, IMI, Taxas de resíduos sólidos;
- "07 – Aquisição de bens de capital", com uma execução de 13% - nesta rubrica registam-se as aquisições de bens de capital, nomeadamente os equipamentos administrativos, básicos (embarcações de apoio à operação), de transporte (viaturas e máquinas de apoio à operação portuária), bem como as grandes reparações em infraestruturas portuárias, sendo que a maior parte destas despesas estão associadas a projetos cofinanciados pelo Fundo de Coesão Nacional, pela Lei de Meios, FEDER Madeira 14-20, no âmbito dos projetos indicados no plano de atividades e orçamento para o ano 2018;
- "10 – Passivos financeiros", com 100% de execução – neste agrupamento está refletido o valor das amortizações de capital, decorrentes dos empréstimos bancários de médio e longo prazo.

5. Reclassificação e Anexo às Demonstrações Orçamentais

Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2018	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2018	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2018	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
DESPESAS CORRENTES					
01 - Despesas com o pessoal					
01 01 - Remunerações certas e permanentes	4 581 714	4 548 314	4 448 379	**99 935**	**98**
01 02 - Abonos variáveis ou eventuais	1 461 374	1 584 570	1 497 891	**86 679**	**95**
01 03 - Segurança social	1 641 401	1 893 801	1 710 366	**183 435**	**90**
02 - Aquisição de serviços					
02 01 - Aquisição de bens	439 560	321 311	240 213	**81 098**	**75**
02 02 - Aquisição de serviços	3 330 950	3 563 920	2 293 764	**1 270 156**	**64**
03 - Juros e outros encargos					
03 01 - Juros da dívida pública	5 432 896	5 507 896	5 505 253	**2 643**	**100**
03 03 - Juros de locação financeira - material de transporte	20 000	20 000		**20 000**	
03 05 - Outros (Juros e encargos tributários, compensatórios, etc.)	11 000	11 000	68	**10 932**	**1**
06 - Outras despesas correntes					
06 02 - Diversas	560 830	605 830	492 763	**113 067**	**81**
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	**17 479 725**	**18 056 642**	**16 188 697**	**1 867 945**	**90**
DESPESAS DE CAPITAL					
07 - Aquisição de bens de capital					
07 01 - Aquisição de bens de capital	181 450	372 250	69 542	**302 708**	**19**
07 02 - Material de transporte, maquinaria e equipamento - locação financeira	40 000	40 000		**40 000**	
07 03 - Bens do domínio público	9 060 183	12 130 936	1 538 735	**10 592 201**	**13**
10 - Passivos financeiros					

5. Reclassificação e Anexo às Demonstrações Orçamentais

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2018	ORÇAMENTO CORRIGIDO 2018	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2018	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
10 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	15 606 788	15 606 788	15 606 786	**2**	**100**
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	**24 888 421**	**28 149 974**	**17 215 064**	**10 934 910**	**61**
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	**42 368 146**	**46 206 616**	**33 403 761**	**12 802 855**	**72**

Fonte: APRAM, S.A.

No que diz respeito às despesas, os agrupamentos com maior peso no orçamento são:

- "01 – Despesas com o pessoal" com 23%: Neste agrupamento reflete-se os gastos com todos os trabalhadores da APRAM, S.A.;
- "02 – Aquisição de serviços", com 8%: Registam-se as despesas diretamente relacionadas com a atividade corrente da empresa, nomeadamente: conservação e reparação das infraestruturas portuárias que não se enquadrem como investimento de natureza corpórea; conservação e reparação de toda a frota marítima e terrestre, onde se incluem as docagens dos rebocadores e lanchas da APRAM, S.A.; gastos das instalações (água, luz, comunicações); aquisições de combustíveis, segurança, limpeza e higiene, seguros entre outras despesas;
- "03 – Juros e outros encargos", com 16%;
- "10 – Passivos financeiros", com 47%.

No quadro infra constamos o peso de cada agrupamento face ao orçamento global:

Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2018	PESO %
DESPESAS CORRENTES		
01 - Despesas com o pessoal	7 656 636	23%
02 - Aquisição de serviços	2 533 977	8%

5. Reclassificação e Anexo às Demonstrações Orçamentais

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2018	PESO %
03 - Juros e outros encargos	5 505 321	16%
06 - Outras despesas correntes	492 763	1%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	**16 188 697**	**48%**
DESPESAS DE CAPITAL		
07 - Aquisição de bens de capital	1 608 277	5%
10 - Passivos financeiros	15 606 786	47%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	**17 215 064**	**52%**
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	**33 403 761**	**100%**

Fonte: APRAM, S.A.

Verifica-se deste modo que os encargos com o serviço da dívida, correspondem a 64% do valor total dos gastos da APRAM, S.A., ficando deste modo demonstrado o elevado peso que representa nas contas da empresa.

Os gastos de auditoria apesar de constarem nas rubricas orçamentais, como despesas dos órgãos sociais, estão expressos para efeitos de SNC-AP nos gastos de Fornecimentos e Serviços Externos (Trabalhos especializados).

Por fim, importa referir que existe um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas no valor de 4.361 M€, o qual deverá ser acrescido das receitas extra- orçamentais, no valor de 160 M€, totalizando o valor de 4.521 M€.

Em complemento do acima descrito, anexamos informação adicional decorrente da norma de contabilidade publica (NCP) 26. Dado que é o primeiro ano de implementação do SNC-AP, e as instruções n.º 1/2019 do TdC, nomeadamente o 1.4, não nos foi possível apresentar todos os mapas.

6. Plano de Investimentos



APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
Gare Marítima da Madeira • Terminal Sul do Porto do Funchal • 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
TEL: 351 291 20 86 00 • FAX: 351 291 22 01 96
portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt

6. INVESTIMENTOS E PROJETOS COFINANCIADOS

No ano de 2018, destacam-se as empreitadas e prestações de serviços, a seguir descritas.

6.1 Empreitadas

6.1.1 Empreitada de Reparação do Cais de Câmara De Lobos

Durante a intempérie de 28 de fevereiro de 2018 verificou-se danos nas lajetas de betão armado e pela existência de orifícios de dimensão significativa abertos na parede de aduelas da face sul do cais.



Cais Câmara de Lobos após temporal de 28 de fevereiro de 2018 e durante as obras de reparação

Foi realizado o preenchimento das "locas" sob a parede de aduelas do lado sul com betão "in situ", de modo a preencher completamente o volume da "loca".

Na face exterior das aduelas mais próximas da falésia procedeu-se à colocação de cofragem perdida, preenchendo os vazios entre a cofragem e a falésia com sacos cheios de betão para retenção do betão de enchimento e escorando a cofragem com enrocamento de 20 a 40 KN. Na face interior das mesmas aduelas colocou-se blocos maciços de betão, regularizando o fundo, sendo os espaços vagos entre os blocos e a falésia enchidos com sacos de betão e fazendo o preenchimento das "locas" com betão bombado.

6. Plano de Investimentos

O tardoz dos caixotões e das aduelas foi completado com detritos de pedreira e com a demolição das lajetas danificadas pela intempérie, sendo posteriormente pavimentado com lajetas de betão armado com 0,30 m de espessura e assentes sobre uma camada de regularização de brita. Nas faces norte e sul do cais foram colocadas guardas de ferro metalizadas e pintadas.

As obras foram realizadas e concluídas em 2018 pelo valor de 147.000,00€.

6.1.2 Empreitada de Dragagem do porto do Porto Santo

Durante o mês de outubro de 2018 foram dragados 97.192,60 m^3 de areia do interior do porto do Porto Santo

O valor da empreitada foi de 488.878,78€.



Trabalhos de dragagem do porto do Porto Santo – Navio draga

6. Plano de Investimentos

6.1.3 Empreitada de Recarga do Manto de Tetrápodes do Molhe Principal da Marina do Funchal

Verificado o escorregamento da proteção do molhe principal da Marina do Funchal e consequente falta de eficácia na proteção contra galgamentos, foi executada a empreitada de recarga de tetrápodes de 10 toneladas no manto de proteção do molhe principal da Marina do Funchal, cujo valor foi de 457.342,00 €.

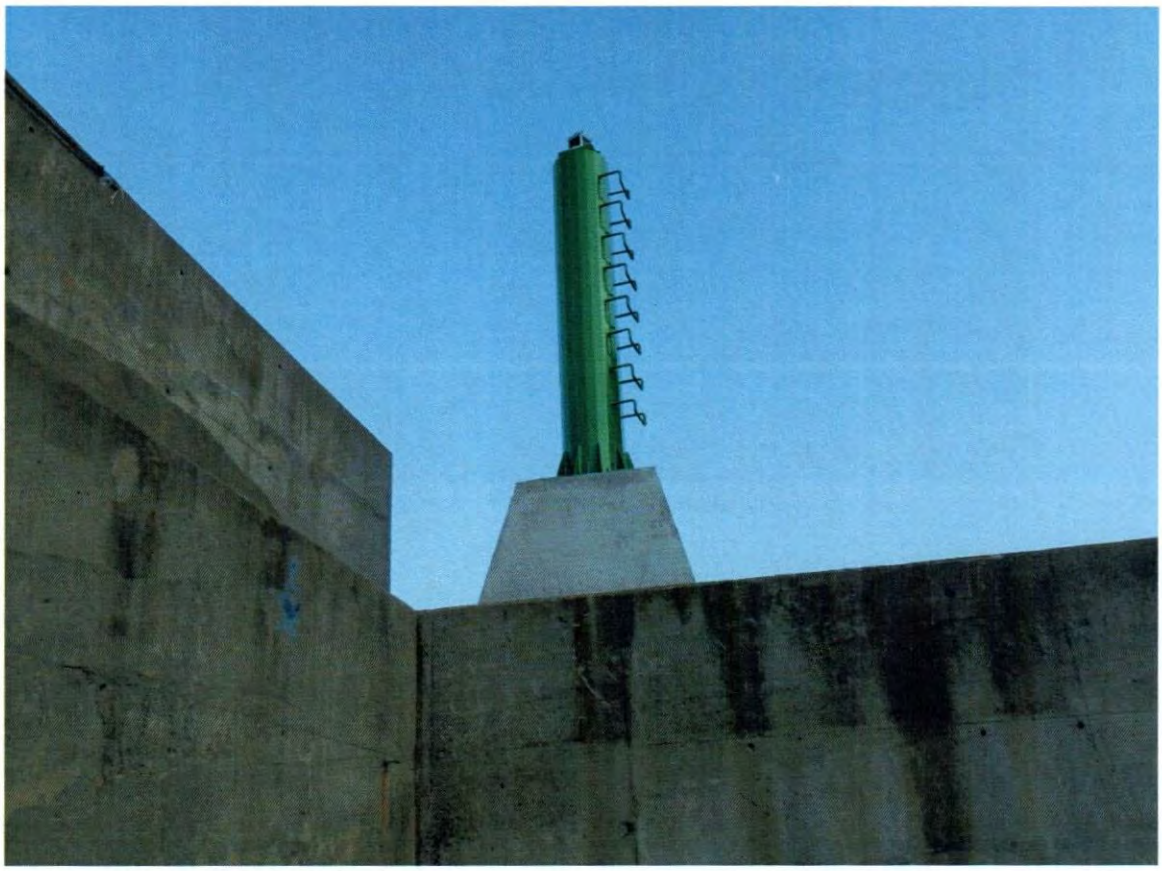


Trabalhos de reposição do manto de proteção do Molhe Sul da Marina do Funchal

6. Plano de Investimentos

6.1.4 Empreitada de "Fornecimento e Instalação de Farolins no Porto do Porto Moniz, Cais do Paul do Mar, Cais do Porto Novo e Cais de Santa Cruz"

Atendendo a que estes cais não possuíam nenhum equipamento de assinalamento marítimo e para garantir a segurança de pessoas e embarcações, foi necessário proceder às empreitadas de colocação de farolins no Porto do Porto Moniz, Cais do Paul do Mar, Cais do Porto Novo e Cais de Santa Cruz, cujo valor global foi de 73.829,80€.



Trabalhos de instalação de farolins

6.1.5 Empreitada de "Repavimentação do Troço entre a Rotunda e o Acesso à Rampa RO-RO no Porto do Funchal"

Verificado o mau estado do pavimento da entrada do porto do Funchal e considerando que essa zona é a primeira impressão dos turistas de cruzeiro quando chegam à Região, foi executada a empreitada de reparação de todo o pavimento entre a rotunda Harley Foster e a entrada para a Rampa ro-ro no Porto do Funchal, cujo valor foi de 17.860,30€.



Trabalhos de pavimentação da entrada do porto do Funchal

6. Plano de Investimentos

6.1.6 Empreitada de Fornecimento e colocação de sinalização na área de jurisdição da APRAM, S.A.

Uma vez que o Porto do Funchal não estava dotado de sinalização rodoviária, e tendo em consideração o tráfego de veículos ligeiros e pesados devido da presença de navios de cruzeiro no porto, procedeu-se, em 2018, à colocação de sinalização vertical e de pavimento em toda a área de jurisdição da APRAM, S.A..

O valor desta empreitada foi de 38.675,60€.



Sinalização Rodoviária

6. Plano de Investimentos

6.2 Estudos e Projetos

6.2.1 Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais da Empreitada de Redefinição da Entrada na Marina do Funchal

O projeto da solução técnica ideal, para melhorar as condições de agitação marítima que afetam atualmente o interior da marina do Funchal, foi entregue em 2018 e posteriormente reformulado pelos técnicos da APRAM, S.A..

6.2.2 Elaboração dos Estudos Prévios, Projetos de Execução e Peças Processuais das Empreitadas a Executar pela APRAM, S.A., no Porto do Funchal, Cais de Machico, Porto do Caniçal e Porto do Porto Santo

Estes estudos e projetos têm os seguintes objetivos:

- A análise e reperfilamento do manto de proteção do molhe exterior, reparação dos blocos de proteção exteriores no troço entre os fortes de Nossa Senhora da Conceição e de São José e rampa ro-ro do Porto do Funchal;
- A análise das patologias da estrutura do molhe exterior do cais de Machico para eventuais trabalhos de reparação ou reperfilamento do manto de proteção;
- A análise e conceção de uma nova solução para proteção marítima do terrapleno nascente e análise da estrutura do molhe exterior, com especial ênfase à cabeça do molhe, do porto do Caniçal;
- Análise das patologias da estrutura do molhe exterior, incluindo o seu pavimento, do porto do Porto Santo e a substituição dos cabeços existentes.

Estes estudos e projetos foram adjudicados pelos seguintes valores, respetivamente:

- 39.800,00 €;
- 12.950,00 €;
- 21.900,00 €;
- 22.400,00 €.

6.2.3 Prestação de Serviços relativos à elaboração dos Projetos de Reabilitação do Estaleiro Naval para a Expansão do Parque do Terminal de Contentores do Porto do Caniçal

Elaboração dos projetos de execução para reabilitação e requalificação do estaleiro naval para expansão do parque do terminal de contentores do porto do Caniçal (Área 1 – Parque de Contentores e Área 2 – Estaleiro Naval), que apresenta atualmente algumas patologias ao nível do terrapleno, nomeadamente, no que diz respeito ao pavimento e redes técnicas existentes e sua uniformização com o piso reservado para zona de estaleiro Naval. Todo o pavimento existente deverá ser substituído por um novo utilizando uma solução rígida e tentando minimizar ao máximo a necessidade de construção de caleiras para captação e transporte de água pluvial. Também será necessário prever, na extremidade nascente do novo terrapleno criado, uma via de circulação com pelo menos 3 faixas de rodagem para ligação entre a portaria existente e a rampa roll on-roll off do porto do Caniçal. Faz parte ainda do objeto desta prestação de serviços a elaboração em separado das peças escritas e desenhadas das duas Áreas de Intervenção (Área 1 – Parque de Contentores e Área 2 – Estaleiro Naval) dos projetos de execução de reabilitação do parque do terminal de contentores do porto do Caniçal. A elaboração em separado permitirá à entidade que adjudicar a empreitada, a execução das obras por fases.

A referida prestação de serviços foi adjudicada por 73.400,00€.

6.2.4 Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais da Empreitada de Redefinição da Entrada na Marina do Funchal

O projeto técnico, executado em 2018, permitirá a execução em 2019 das empreitadas de intervenção em pavimentos, capeamentos de muros, guardas metálicas, juntas das paredes em alvenaria, iluminação e escoamento de águas, de modo a preservar o património existente e construído em meados do século XIX, sem o descaracterizar e devolver a dignidade merecida, valorizando o conjunto cénico da Vila da Ponta do Sol, promovendo um destino turístico rico que pretende cativar visitantes de diversas nacionalidades e faixas etárias. Será executada também a substituição da rede de

contenção da falésia adjacente ao cais, já em fim de vida, de modo a garantir a segurança dos visitantes e utentes do cais.

O valor desta prestação de serviços foi de 28.800,00 €.

6.2.5 Elaboração do projeto técnico de Reabilitação do Cais da Ribeira Brava

Foi elaborado em 2018 o projeto de reabilitação do Cais da Ribeira Brava que consta da reconstrução do muro cortina, reforço do manto de proteção, pavimentos, reparação de elementos de betão e acessórios de cais, nomeadamente defensas, guardas metálicas e cabeços de amarração, para evitar a provável destruição total do Cais resultante da agitação marítima.

O valor da prestação de serviços para a elaboração deste projeto foi de 26.000,00 €.

6.3 Projetos Cofinanciados

6.3.1. Requalificação e reabilitação do cais da Ponta do Sol

O projeto de "Requalificação e reabilitação do cais da Ponta do Sol" foi aprovado no âmbito do Programa "Madeira 14-20", com o enquadramento na estratégia de promoção turística do "Destino Madeira", constante do POT - Programa de Ordenamento Turístico, contribuindo assim para a estratégia de qualificação do Destino Madeira. Com a reabilitação do cais da Ponta do Sol pretende-se conservar o seu rico património cultural, tendo sempre presentes dois grandes objetivos: manter a caracterização do Cais do século XIX, e garantir a segurança aos seus utentes, permitindo a total fruição do espaço, sendo uma mais-valia para o património cultural da Madeira, otimizando a exploração dos recursos turísticos e culturais.

6.3.2. ECOMARPORTS

Programa de Cooperação Espanha-Portugal (MAC 2014-2020)/COOPERAÇÃO, que tem por objetivo promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, desenvolvimento de redes e sinergias entre empresas, centros de I & D e ensino superior, especialmente no desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica e

aplicada, linhas piloto, ações de validação antecipada de produtos, capacidades avançadas de fabricação e primeira produção em tecnologias facilitadoras essenciais e disseminação de tecnologias multiuso. A participação da APRAM, S.A. visa a aquisição de sensores que permitam a monitorização da bacia do porto do Funchal em diversos parâmetros que serão depois coordenados com a ARDITI.

6.3.3. GAINN

Projeto de cooperação transnacional com vários parceiros (Espanha, Itália, França, Eslovénia, Croácia, Portugal).

Este projeto terá 2 vertentes, uma mais administrativa e regulatória designada "Green Cid" e outra industrial/comercial/de implementação física no terreno, incluindo as RUP, e a importância do fornecimento do LNG, criando uma energia limpa e alternativa às tradicionais.

6.3.4. ATLANTIC BLUE PORTS

Projeto de cooperação transnacional com 28 parceiros (Espanha, Holanda, França, Reino Unido, Irlanda, Portugal), integrado no Interreg Atlantic Area – European Regional Development Fund. Tem por objetivo a avaliação do risco ambiental e da qualidade, designadamente nas áreas portuárias, serviços de localização e reservas, bem como o tratamento de águas de lastro de navios em porto evitar a contaminação das águas por espécies invasivas.

6.3.5. PCV 2018

Candidatura ao Plano de Comercialização e Venda (PCV), da responsabilidade do Turismo de Portugal, coordenado na Região pela AP Madeira.

7. CONCESSÕES/LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e licenças em vigor a 31 de dezembro de 2018, de acordo com a sua área de localização geográfica.

7.1 Licenças

- Licença para o exercício de atividade de Empresa de Trabalho Portuário:
    - Alvará n.º 1, de 14 de outubro de 2008, atribuído à ETP - RAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda..
- Licença para o exercício de atividade de operador portuário:
    - Licença atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.[11]
- Licença para o exercício de atividade de Agentes de Navegação:
    - Blatas, Lda.;
    - Funchal Marítima – Agentes de Navegação, Lda.;
    - J.M. Ferraz Simões, Lda.;
    - JFM Shipping, Lda.;
    - João Silvério Pires, Lda.;
    - Marfrete – Transitários e Navegação, Lda.;
    - PMAR – Navegação, Lda.;
    - Portmar – Agência de Navegação, Lda.;
    - Transinsular (Madeira) – Transportes Marítimos Insulares, Lda.;

[11] Pela Resolução n.º 270/2017, foi revogada a Resolução n.º 509/2008, na qual foi reconhecido o interesse estratégico para a economia regional na aplicação do regime de licenciamento nos Portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo.
A Resolução n.º 284/2017, "Determina que se proceda à notificação da sociedade denominada OPM - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, para, querendo, se pronunciar, por escrito, no prazo de 10 dias, relativamente ao teor do Projeto de Decisão de revogação da licença emitida", situação que ocorreu. A OPM interpôs uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal, que corre os seus trâmites.

7. Concessões/Licenças

7.2 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.

FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Contrato de concessão de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, n.º 3, Funchal, exploração de todo o edifício para a atividade de bar-discoteca e snack-bar	Rebelos & Camacho, Lda.	Discoteca "Vespas"
Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal	Repsol Portuguesa, S.A.	Abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal
Licença de Ocupação colocação e exploração de Mupis no Porto do Funchal)	Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.	Mupis - Porto do Funchal
Licença de Ocupação a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição instalação de uma estação telefónica celular	Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.	Antena Telecel - Forte Nossa Senhora da Conceição
Licença de Ocupação de uma área e fachada do "Forte de Nossa Senhora da Conceição", instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN	OMTEL, Estruturas de Comunicações, S.A.	Antena MEO - Forte Nossa Senhora Conceição
Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao estacionamento de 1 veículo pesado de passageiros no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Lote 1 - Estacionamento Welcome Madeira
Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao estacionamento de 1 veículo pesado de passageiros no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Lote 2 - Estacionamento Welcome Madeira
Licença de área destinada a estacionamento, no máximo 4 veículos motorizados, movidos unicamente por fontes não poluentes, utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação	City Bubbles – Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Lote 3- Estacionamento City Bubbles
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a estacionamento de veículos motorizados de combustão	Welcome Madeira – Transportes	Lote 4 - Estacionamento City Bubbles

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Turismo Restauração, Lda.	
Licença de área delimitada destinada a exposição e aluguer de viaturas, motociclos e ciclomotores, permitindo-se a presença simultânea, no máximo, 4 veículos	Francisco Menezes Unipessoal, Lda.	Lote 5 - Estacionamento Francisco Menezes
Autorização para instalação de um armário NOS, junto ao atual posto da PSP, localizado à entrada do Porto do Funchal	NOS Madeira Comunicações S.A.	Armário "NOS"
Licença de ocupação e utilização do forte de Nossa Senhora da Conceição para núcleo cultural/museológico e espaço de restauração	NINI - Design Center, Lda.	Design Center
		10 lugares de estacionamento
Contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico, reperfilamento da praça do mar e integração de PT	MUSSARA - Gestão de Espaços e Eventos, Lda.	Museu Praça do Mar (Praça CR7)
Licença de ocupação da parcela de terreno localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro, Praça do Mar (Praça CR7)	Abreu Gouveia & Gouveia Similares Hotelaria, Lda.	Destina-se exclusiv. à esplanada do *"Sete Mares"*.
Licença de ocupação da parcela de terreno localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro, Praça do Mar (Praça CR7)	Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A.	Destina-se exclusivamente à esplanada do *Hotel "Pestana CR7"*.
Licença de ocupação da parcela de terreno destinada à instalação de um reservatório de gás e respetiva conduta junto à rampa do parque de estacionamento na praça do mar	Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A.	Reservatório de gás - Pestana CR7
Licença de ocupação e utilização do hangar C3 no CNSL	Sanas Madeira - Associação Madeirense para Socorro no Mar	Hangar C3 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A4 e área descoberta no CNSL destinado às atividades náuticas	Associação Regional de Canoagem da Madeira	Hangar A4 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do Hangar Provisório no CNSL destinado às atividades náuticas	Associação Regional de Jet Ski e Motonáutica da Madeira	Hangar Provisório - CNSL

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação e utilização do hangar A8 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Associação Náutica da Madeira	Hangar A8 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A5 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Associação Regional de Vela	Hangar A5 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A7 e área descoberta no CNSL e destinado ao exercício de atividades náuticas	Clube Força 5	Hangar A7 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A10 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Clube Naval do Funchal	Hangar A10 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A9 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Centro de Treino Mar dos Escuteiros Marítimos	Hangar A9 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A6 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas (Escuteiros Marítimos)	Corpo Nacional de Escutas - Junta Regional da Madeira	Hangar A6 - CNSL
Licença de ocupação e utilização dos hangares C1 e C2 no CNSL	Marinha - Direcção-Geral da Autoridade Marítima	Hangares C1 e C2 - CNSL
Licença de ocupação e utilização de 1 lugar de estacionamento destinado a veículos pesados de passageiros utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 1 veículo pesado no novo cais (Lote 1)
Licença de ocupação e utilização de 1 lugar de estacionamento destinado a veículos pesados de passageiros utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizado na zona de acesso ao novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 1 veículo pesado no novo cais (Lote 2)
Licença de ocupação e utilização de 2 lugares de estacionamento destinados a triciclos no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizados no novo cais de cruzeiros do Funchal	TUKXI MADEIRA - Turismo Unipessoal, Lda.	Estacionamento de 2 triciclos no novo cais (Lote 3)
Licença de ocupação e utilização de 2 lugares de estacionamento destinados a triciclos no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizados no novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 2 triciclos no novo cais (Lote 6)

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença precária de exploração das casas de banho públicas localizadas à entrada do cais 8 do porto do Funchal	Eduardo Lucindo Gonçalves Sousa Gouveia	WC Público
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Rogério Maria Gonçalves Santos	Moto Piaggio de Street Food (Woodys Waffles Shop)
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Ricardo António Telo Freitas Maia	Moto Piaggio de Street Food (Maia Coffee Shop)
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Apetecível Etapa - Unipessoal, Lda.	Moto Piaggio de Street Food (My Way)
Licença para venda de castanhas localizada na praça do povo [na zona em frente à capitania]	José Francisco de Vasconcelos	Venda de Castanhas Assadas
Licença para venda de castanhas no cais 8	Paulo Alexandre Rodrigues Gaivotas	Venda de Castanhas Assadas
Licença para parque de diversões localizado no terreno anexo ao cais 8 do porto do Funchal	Rui Alberto Araújo Carvalho	Parque de Diversões
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Tukxi Madeira-Turismo, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Gustavo José Quintal Castro da Fonseca	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Fátima & Aléxio, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Aléxis Freitas, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Empresa Automóvel do Caniço, Lda.	Ocupação de 10 metros lineares - Lote 1

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Graham Sutherland, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Splendidepisode, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Luís Miguel Camacho Luís	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Francisco Menezes, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 3 metros lineares - Lote 2
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Rui Filipe Sousa, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Fátima & Aléxio, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Bruno José Ornelas da Costa	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Prospermanuever, Lda.	Ocupação de 7 metros lineares - Lote 2
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Tukxi Madeira-Turismo, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 2
Licença precária de utilização de 2 estacionamentos na doca da avenida Sá Carneiro para instalação e operação de um ponto público de carregamento de veículos elétricos,	EMACOM - Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda.	Ponto público de carregamento para veículos elétricos

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença precária para ocupação de espaços no cais 8 para aluguer de bicicletas	LOVELYWORLD, Lda.	Ocupação de espaço para aluguer de bicicletas
Autorização para colocação no muro de cortina do Porto do Funchal de 1 lona com publicidade do "La Vie"	CentroNovoFunchal, S.A.	Painel de publicitário "La Vie"
Autorização para colocação no muro de depósito de combustível à entrada do porto de 1 painel com publicidade aos Teleféricos da Madeira	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 lona no muro de cortina do Porto do Funchal com publicidade aos Teleféricos da Madeira	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 2 painéis na parede do elevador da Av. Sá Carneiro	Teleféricos da Madeira, S.A.	2 Painéis publicitários "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do " Museu CR7" no muro de cortina do Porto do Funchal	Museu CR7	Lona "Museu CR7"
Autorização para colocação de uma lona com publicidade da marca "David Rosas"	David Rosas, Lda.	Lona "David Rosas"
Autorização para colocação de lona no muro de cortina à entrada do Porto com mensagem publicitária	Land & Sea, Onthemoove, Lda.	Lona publicitária de venda de serviços online
Autorização de venda ambulante de publicações através de balcão amovível no porto do Funchal	Ângela Maria Bettencourt Dória	Balcão para venda de publicações
Autorização para colocação de 2 painéis na parede do elevador da Av. Sá Carneiro	Rent-Car do Futuro - Carros de Aluguer sem Condutor, Lda.	2 Painéis publicitários na parede do elevador da Av. Sá Carneiro

GARE MARÍTIMA DA MADEIRA

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença Precária de Ocupação e Utilização de Loja na Gare Marítima da Madeira destinada ao exercício da atividade de Cafetaria e/ou Snack-Bar	Talentos & Ternuras - Unipessoal, Lda.	Loja n.º 2 - Cafetaria e/ou Snack-Bar - Gare

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de Ocupação e Utilização de lojas na Gare Marítima da Madeira destinadas ao Clube de Entusiastas de Navios	Clube de Entusiastas de Navios	Loja n.^{os} 3 e 4 CEN
Licença de ocupação e utilização de loja para atividade de agência de câmbios, localizada no edifico junto ao Ilhéu de Nossa Senhora da Conceição	UNICÂMBIO - Instituição de Pagamento, S.A.	Loja UNICÂMBIO
Licença de ocupação e utilização de espaços destinados à colocação de 3 caixas multibanco, localizados no Funchal e no Caniçal	UNICÂMBIO - Instituição de Pagamento, S.A.	Multibancos UNICÂMBIO
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel Publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade dos "Teleféricos da Madeira"	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Carristur"	Carristur Portugal, Lda.	Painel "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão no exterior da Gare Marítima da Madeira para venda de bilhetes da "Carristur"	Carristur Portugal, Lda.	Balcão "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão no exterior da Gare Marítima da Madeira para venda de bilhetes da "Douro Acima"	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	Balcão "Douro Acima"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Douro Acima"	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	1 Painel " Douro Acima"
Autorização para colocação de 2 painéis publicitários na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Douro Acima"	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	2 Painéis " Douro Acima"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Multiópticas"	Grand Vision Portugal Unipessoal, Lda.	Painel publicitário "Multiópticas"
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade dos "Carreiros do Monte"	Carreiros do Monte	Painel publicitário "Carreiros do Monte"
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade do "Instituto do Vinho"	Instituto do vinho, bordado e do artesanato da Madeira, I.P.	Afixação de painel publicitário na GMM
Autorização para a colocação de publicidade numa coluna no interior da Gare Marítima da Madeira do "Fórum Madeira"	Multi Mall Management Portugal	2 Painéis publicitários "MY SELFIE IN MADEIRA"
Autorização para a colocação de um painel publicitário, amovível, no interior da Gare Marítima da Madeira da "Horários do Funchal"	Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.	1 Painel publicitário "Horários do Funchal"
Autorização para colocação no interior da Gare de máquina dispensadora de moedas com imagens do Porto do Funchal	National Tokens Madeira	Máquina dispensadora de moedas
Autorização para colocação no interior da Gare de um stand up com publicidade da marca "Pizza Hut"	Iberusa Hotelaria e Restauração, S.A.	Stand up "Pizza Hut"

LOJAS NA MARINA DO FUNCHAL:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Snack Bar e Restaurante	Caldeira, Pestana & Almeida, Lda.	Loja n.^{os} 1 e 2 - "Marina Terrace"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de promoção e venda de atividades turísticas	Santa Maria – Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 3 "Santa Maria"
Licença de ocupação de loja destinada à exploração de um Restaurante/Bar	Gouveia, Neto e Freitas, Lda.	Loja n.º 4 - "Solar da Santola"
Licença de ocupação de loja destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	João Filipe Saldanha Cardoso	Loja n.º 5 - "Marítimo-turística"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação de loja destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	Blue Adventure - Unipessoal, Lda.	Loja n.º 6 - "Marítimo-turística"
Licença de ocupação de lojas destinadas a "Loja de Conveniência"	Mastersecret - Unipessoal, Lda.	Loja n.^{os} 7 e 8 - "Loja de Conveniência"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Bom Farol - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 9 - "Prazer do Mar"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Loja n.º 10 - "Ventura do Mar"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Restaurante	Chaves e Martins, Lda.	Loja n.º 11 - "Mar Azul"
Cedência de loja para instalação da sede social da Associação Náutica da Madeira	Associação Náutica da Madeira	Loja n.º 12 - "Associação Náutica"
Licença de ocupação de Lojas destinadas a: náutica e souvenir shop; Bar/snack-bar; venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística; restaurante/ take away/fast food)	Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 13 - " náutica, souveniers, snack-bar, venda bilhetes"
		Loja n.º 14 - "Restaurante/Take-away/Fast food"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Cafetaria	Marla Sofia Pestana Barros	Loja n.º 17 – "Cafetaria"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício das atividades de animação turística, animação turístico-ambiental, marítimo-turística e aluguer de veículos	RDT, Unipessoal, Lda.	Loja n.º 18 - "Madeira Radical"
Licença de ocupação loja destinada a venda de bebidas e petiscos regionais	O Barrilinho - Sociedade de Exploração de Restaurantes, Lda.	Loja n.º 20 - "Barrilinho"
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno para instalação de um posto de venda de combustível líquido à Navegação	Repsol Portuguesa, S.A.	Loja n.º 24 - "Repsol"
Autorização para ocupação de espaço para atuação musical no terraço da Marina do Funchal em frente ao estabelecimento denominado "Vermelhinho"	João Lino Pereira Gonçalves, Lda.	Espaço para atuação musical - "Vermelhinho"
Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal	Associação MARINAFUNCHAL	Concessão Marina do Funchal

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Ocupação de uma área destinada à colocação de armários, e espaço destinado à instalação de um mastro de suporte a antenas e respetivas cablagens de interligação, localizada na Marina do Funchal	OMTEL, Estruturas de Comunicações, S.A.	Antena MEO na marina do Funchal
Alvará de Licença para o exercício da atividade de restauração e similares bem como para a fabricação de cerveja	Cervejolândia, Lda.	Restaurante "Beer House"
		Esplanada

QUIOSQUES NA MARINA DO FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/ Designação
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unip., Lda.	Quiosque n.º 3 Embarcação "Margarita"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda.	Quiosque n.º 4 - Embarcações "Seaborn", "Seaborn II" e "Lara Jade"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Gavião - Viagens Turísticas, Lda.	Quiosque n.º 5 - Embarcação "Gavião"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.	Quiosque n.º 6 - Embarcação "Our Mary"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Lda.	Quiosque n.º 7 - Embarcações "Ventura do Mar" e "Tiger"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Emanuel Gomes Henriques	Quiosque n.º 8 - Embarcação "Dragão"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Oceano Pioneiro Unipessoal, Lda.	Quiosque n.º 9 - Embarcação "Seaborn Júnior"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Ema de Freitas & Can, Lda.	Quiosque n.º 10 - Embarcação "Bonita da Madeira"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Câmara Municipal do Funchal	Quiosque na entrada do Cais CMF

7. Concessões/Licenças

QUIOSQUES NO CAIS DE RECREIO DO PORTO DO FUNCHAL:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/ Designação
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque n.º 1 "Nau Santa Maria" e "Manuela"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	OCEAN LIMIT, Lda.	Quiosque n.º 2 "Pilar de Banger"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	MW MADEIRA WATERSPORTS, Unipessoal, Lda."	Quiosque n.º 3 "MadeiraWatersports"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	MAGICDOLPHIN - Atividades Marítimas, Lda.	Quiosque n.º 5 "Golfinho Mágico" e "Sea Safaris"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	PRAZER DO MAR – Actividades Marítimo Turísticas, Lda."	Quiosque n.º 6 "Sea The Best", "Sea Pleasure", "Sea Nature" e "Wahoo

ESTACIONAMENTO DE EMBARCAÇÕES NO CAIS DE RECREIO DO PORTO DO FUNCHAL:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Licença da área molhada, junto às primeiras escadas sul/norte do cais da cidade no Cais de Recreio do Porto do Funchal	Ema de Freitas & Can, Lda.	"Bonita da Madeira"
Licença para uso dos postos de atracação n.os 10 a 14 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Nautipos Fishing, Lda.	"Milan"
Licença para uso do posto de atracação n.º 19 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Santa Maria - Actividades Marítimo Turisticas, Lda.	"Nau Santa Maria de Colombo"
Licença para uso do posto de atracação n.º 20 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Ocean Limit, Lda.	"Pilar de Banger"
Licença para uso do posto de atracação n.º 21 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	MW Madeira Waterasport, Unip,Lda	"Madeira Watersport"
Licença para uso do posto de atracação n.º 22 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Magic Dolphin Atividadas, Lda. (Bruce Hobley)	"Magic Dolphin"
Licença para uso do posto de atracação n.º 23 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda.	"Celtus"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Licença para uso do posto de atracação n.º 24 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turisticas, Lda.	"Melhor do Mar"
Licença para uso do posto de atracação n.º 25 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turisticas, Lda.	"Prazer do Mar"
Licença para uso do posto de atracação n.º 26 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turisticas, Lda.	"Natureza do Mar"
Licença para uso do posto de atracação n.º 27 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Investivários, S.A.	"S. PICA"
Licença para uso do posto de atracação n.º 28 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	H.M. - Exploração Holeleira, S.A	"North Crown"
Licença para uso do posto de atracação n.º 29 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Douro Acima-Transportes Turismo e Restauração, Lda.	"Alexandra Manuela"
Licença para uso do posto de atracação n.º 30 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Morna, Mendonça e Schmidt, Lda	"Wild One"
Licença para uso do posto de atracação n.º 31 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turisticas, Lda.	"Wahoo I "
Licença para uso do posto de atracação n.º 32 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	MW Madeira Waterasport, Unip,Lda	"Parasail"
Licença para uso do posto de atracação n.º 33 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Magic Dolphin Atividadas, Lda. (Bruce Hobley)	"Magic Dolphin Sea Safaris"
Licença para uso do posto de atracação n.º 35 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	On Tales, lda.	"Miranda"
Licença para uso do posto de atracação n.º 37 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Ricardo Quintal Calisto Gouveia	"Chelasmar"
Licença para uso do posto de atracação n.º 38 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Gogoaway, Lda.	"Atlantic Pearl"
Licença para uso do posto de atracação n.º 39 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Oceano Pioneiro-Unipessoal, Lda.	"Ultimate"
Licença para uso do posto de atracação n.º 40 do Cais de Recreio do Porto do Funchal	Santa Maria - Actividades Marítimo Turisticas, Lda.	"Manuela"

7. Concessões/Licenças

FUNDEADOURO:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Autorização para fundear - Funchal	Maria Zita França, Unipessoal, Lda.	"Tamisa"

CANIÇAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para utilização de Loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal com o fim de dar apoio administrativo à atividade desenvolvida pelo titular	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Loja n.º 1
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	Reboques Avelino, Lda.	Loja n.º 4
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	Empresa Navegação Madeirense, Lda.	Loja n.º 5
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	Freitas & Caires, Lda.	Loja n.º 9
Licença para ocupação de loja para instalações técnicas no âmbito do exercício da atividade de mergulho profissional exercida pelo titular	TSM – Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda.	Loja A - instalações técnicas da TSM
Licença para ocupação de loja no edifício G do edifício de autoridades do porto do Caniçal Sindicato nacional dos estivadores, trabalhadores do tráfego, conferentes marítimos e outros	SEAL (Sindicato)	Edifício G - Sede da delegação regional do SEAL
Licença para ocupação de loja no edifício de autoridades do porto do Caniçal	Daniel Freitas Alves e Filhos, Lda.	Escritório n.º 2
Licença ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	MARINHA - Direcção-Geral da Autoridade Marítima	Loja F
Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal	J. S. Vieira & Gouveia, Lda.	Estaleiro Naval de Embarcações
Contrato Administrativo Concessão de uma parcela de terreno no Porto de Pesca para	Repsol Portuguesa, S.A.	Repsol - Porto de Pesca - Caniçal

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
construção/instalação de posto de gasóleo abastecimento a embarcações de pesca		
Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal	CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	CLCM - Terminal Marítimo de Combustíveis
Alvará de Licença destinado à utilização de instalações amovíveis, destinadas, proviso. ao controlo de entrada e saída de mercadorias do Terminal de Carga	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Quiosque - Controlo de entrada e saída de viaturas
Alvará de Licença destinado à colocação de instalações amovíveis destinadas à oficina provisória da OPM	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona C - Oficina provisória
Alvará de licença destinada á utilização da Zona A para colocação de cinco estruturas para ligação de contentores frigoríficos à energia elétrica, a ser fornecida a partir do PT instalado na Zona B	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona A Colocação contentores frigoríficos
Alvará de licença destinada á utilização da Zona B para implantação de um posto de transformação (PT) - alimentar contentores frigoríficos da Zona A e gruas	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona B - Contentores frigoríficos
Alvará de licença destinada á utilização da Zona C para os cabos de passagem de energia elétrica para alimentar as gruas e os contentores frigoríficos da Zona A	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona C - cabos de passagem de energia elétrica
Licença de ocupação de terrapleno no porto do caniçal para criação de zona de lavagem de equipamentos portuários	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	OPM - Lavagem de equipamentos portuários
Licença de ocupação de instalações fixas que se destinam ao exercício da atividade desenvolvida pela ETP	ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.	Escritórios ETP
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para (des)carga de cimento no porto do Caniçal	Cimentos Europa	Conduta subterrânea
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para carga de asfalto no porto do Caniçal	Comperitrans - Comércio e Serviços Integrados, Lda.	Conduta subterrânea

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Ocupação de parcela dominial destinada a um tapete rolante subterrâneo para (des)carga de cereais no porto do Caniçal	Silomad – Silos da Madeira, S.A.	Tapete rolante subterrâneo
Ocupação de parcela dominial destinada a 2 condutas subterrâneas para fornecimento de vapor no porto do Caniçal	Atlantic Island Electricity, S.A.	2 condutas subterrâneas
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para (des)carga de asfalto no porto do Caniçal	AECO - Asfalto, Emulsões e combustíveis, Lda.	Conduta subterrânea
Licença de ocupação de espaço destinado ao exercício da atividade de restauração no edifício de autoridades do porto do Caniçal	Joaquim de Sousa Coelho,	Restaurante Caniçal

ZAL – ZONA DE APOIO LOGÍSTICO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para ocupação de plataforma localizada na zona de apoio logístico do Porto Novo	Hipersucata, Lda.	Plataforma n.º 1 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada ao apoio logístico no âmbito da atividade exercida pela titular e ocupação das instalações fixas existentes na plataforma n.º 1	Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A.	Plataforma n.º 2 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada à armazenagem de contentores e ao estacionamento de veículos no âmbito do exercício da atividade exercida pela titular	Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda.	Plataforma n.º 3 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada à armazenagem de contentores e parqueamento de viaturas	LOGISLINK - Terminal de Logística, Lda.	Plataforma n.º 4 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada ao parqueamento de viaturas e contentores no âmbito da atividade exercida pelo titular	Reboques Avelino, Lda.	Plataforma n.º 4 - ZAL

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de utilização de plataforma destinada ao apoio logístico no âmbito da atividade exercida pelo titular	ARINERTE - Sociedade de Exploração e Comercialização de Inertes da Madeira, Lda.	Plataforma n.º 5 - ZAL
Licença para construção e manutenção de um edifício, para o exercício da atividade de Centro de Inspeções Automóveis	MADINSP - Inspeção de Veículos, S.A.	Plataforma n.º 6 - ZAL - Centro de Inspeções
Ocupação de área no Porto Novo	AFAVIAS - Engenharia & Construções, S.A.	Rebocador "AFAMAR" e Pontão "Ponta do Paul"

PEQUENOS PORTOS: Câmara de Lobos, Socorridos, Machico, Seixal e Ribeira Brava

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Contrato Administrativo de Concessão de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos destinada à manutenção/ instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda.	Posto de abastecimento - GALP - Câmara de Lobos
Contrato Administrativo de Concessão de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos para instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação	Repsol Portuguesa, S.A.	Posto de venda de combustíveis (motor, escritório e depósito)
Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM, S.A.	Cimentos Madeira, Lda.	Terminal dos Socorridos - Cimentos Madeira
Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico	Município de Machico	Porto de Recreio de Machico
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais do Seixal e do barracão existente no mesmo	Clube Naval do Seixal	Serviços de carga e descarga de embarcações (todos os potenciais utilizadores)
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais da Ribeira Brava	Aquailha – Aquacultura, Lda.	Guincho no Cais da Ribeira Brava
Licença de uso privativo de 1 parcela dominial, localizada no terrapleno do Cais da Ribeira Brava (inclui a ocupação das	Aquabaía- Sociedade de Aquacultura das Ilhas Lda.	Parcela dominial no terrapleno do Cais da Ribeira Brava

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
instalações existentes) para apoio à atividade de aquacultura desenvolvida pelo titular da Licença.		

PORTO SANTO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Alvará de Licença destinado à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de transportes públicos	MOINHO - Rent-a-Car, Lda.	Quiosque no porto
Alvará de Licença destinado à manutenção do "Entreposto Cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado para o estabelecimento	Cimentos Madeira, Lda.	Cimentos Madeira, Lda.
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo para construção e armazenagem para um posto de venda de gasóleo à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	GALP
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restaurante no porto do Porto Santo	José Oliveira Gomes de Sousa	Restaurante
Licença de utilização privativa de parcela dominial para o apoio à atividade de mergulho e guarda dos respetivos equipamentos	Rhea Dive, Lda.	Rhea Dive
Alvará de Licença de uma área de terreno no porto do Porto Santo para implantação de uma unidade de produção de biocombustível a partir do cultivo e transformação termoquímica de microalgas marinhas	EEM & BFS - Energy, S.A. (faturado à Empresa Electricidade da Madeira, S.A.)	Implantação de uma unidade de produção de biocombustível
Utilização de espaço no porto do Porto Santo	Auto Acessórios Colombo - Unipessoal, Lda.	Rent-a-car

8. PROTEÇÃO

8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.

De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, no ano de 2018 foi dada continuidade à implementação e monitorização de diversas medidas na área da proteção marítima e patrimonial para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos, obtida em 2009 e emitida pela Autoridade Nacional, de acordo com as regras do Código ISPS (International Ships and Ports Security).

Assim, são de destacar as seguintes principais ações:

- Implementação dos Planos de Proteção nos termos da certificação ISPS (International Ships and Ports Security) e respetiva monitorização, com destaque especial a implementação do controlo por Raios X do acesso de passageiros aos navios Aida Prima e Aida Nova;
- Avaliação de proteção pela CERTITECNA – Engenheiros Consultores, S.A. à instalação portuária do Funchal com vista à elaboração de um novo Plano de Proteção;
- Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;
- Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;
- Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças e serviços de Segurança, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira e a

8. Segurança

Autoridade Regional de Saúde, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;

- Especial articulação com o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para implementação de procedimentos que permitam cumprir as novas obrigações Frontex (Agência que gere as fronteiras externas da EU), incluindo a alteração do posicionamento das boxes;
- Contratação e monitorização dos serviços da empresa de vigilância, que, conjuntamente com a requisição de serviços à PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Proteção, asseguram a proteção portuária, a todo o tempo;
- Participação no desenvolvimento das novas Diretrizes e matriz nacional para os Planos de Proteção;
- Participação no desenvolvimento da Plataforma JUL (Janela Única Logística), no módulo ISPS;
- Desenvolvimento de um novo regulamento de transito para o Porto do Funchal;
- Introdução de nova sinalética de transito;
- Desenvolvimento de novos procedimentos de apoio à atividade turística de transporte de passageiros dos navios de cruzeiro (shorex);
- Desenvolvimento de nova metodologia de processamento dos registos de acessos para permitir uma maior eficiência na faturação;
- Desenvolvimento e exercício dos procedimentos de Resgate em Larga de Escala para salvamento e Proteção de passageiros de navios de cruzeiro;
- Desenvolvimento dos procedimentos para operações de Turn-around de média escala (1000 a 1500 passageiros) no Porto do Funchal;

8. Segurança

- Desenvolvimento da 1.ª operação de "Fuelling" a gás natural de um navio de cruzeiros no Porto do Funchal, onde se incluem o desenvolvimento dos processos de licenciamento, regulamentos de segurança, formação, treino, alteração e implementação de procedimentos;
- Participação no desenvolvimento das "guidelines" para implementação dos LNG (Liquified Natural Gas) nos portos, sob a direção da EMSA (European Maritime Safety Agency);
- Participação no grupo de trabalho da MedCruise, para a abordagem e estudo da implementação de LNG nos portos desta Associação;
- Participação nos trabalhos dos TEN-T days in Ljubljana para preparar os portos do Futuro e a sua interligação com outras formas de mobilidade.



Porto do Funchal: Segurança adstrita ao Navio de Cruzeiro

9. Marketing e Relações Públicas



9. MARKETING E RELAÇÕES PÚBLICAS

9.1 Ações de Promoção/Área Comercial

Em termos gerais e tendo por referência o ano de 2018, realça-se o seguinte:

- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias, no âmbito do projeto Cruise Atlantic Islands (CAI), com a participação nos dois grandes eventos mundiais do segmento turismo de cruzeiros Seatrade Cruise Global (EUA) e Seatrade Med (Lisboa);
- Continuidade da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as autoridades portuárias portuguesas, no âmbito da marca "Cruise Portugal";
- Participação da APRAM, S.A. na feira de turismo espanhola FITUR (janeiro);
- Participação da APRAM, S.A. na palestra para as comemorações do "Dia nacional do Guia Intérprete" (fevereiro);
- Participação da APRAM, S.A. no Boat Show Palma de Maiorca (abril) e Monaco Yacht Show (setembro), no âmbito do desenvolvimento do segmento de turismo de megaites;
- Participação da APRAM, S.A. na 52.ª Assembleia-Geral da MedCruise e respetivo congresso, que teve lugar em Malta (maio), com a apresentação do caso de abastecimento de LNG do porto do Funchal, com um navio AIDA. Na 53.ª Assembleia-Geral da MedCruise, que decorreu em Lisboa (setembro);
- Participação no evento "Captain´s in Cadiz", com organização da Fred Olsen Cruise Lines, que irá realizar um evento similar, em 2020, no Funchal;
- Participação na "Ocean's Meeting", com stand próprio e nas suas conferências, no âmbito da semana dedicada ao mar, que teve lugar em Lisboa, que decorreu em paralelo à Seatrade Med 2018 (setembro);

9. Marketing e Relações Públicas

- Participação na Assembleia-geral da associação RETE e do seu Congresso que teve lugar em Matosinhos (novembro);
- Participação na ICS – International Cruise Summit 2018, que reúne os *stakeholders* e *trade* do turismo de cruzeiro (novembro);
- Acolhimento ao turista de cruzeiros nas épocas festivas do Carnaval e Festa da Flor, com iniciativas em parceria com clientes de publicidade "La Vie" e parceiros associativos como os Carreiros do Monte;
- Ação de Promoção para as 1.ªs ligações do navio ferry entre Madeira-Continente e entre Madeira-Canárias (julho)
- Elaboração de plano para o desenvolvimento de ações promocionais coordenadas ao longo do ano com a AP Madeira, nomeadamente nova imagem para o cartaz com o calendário de eventos anual da RAM, reforço das ações promocionais no porto do Porto Santo;
- Reuniões periódicas com os agentes de navegação, numa perspetiva de dinamização do segmento de cruzeiros e discussão dos pontos críticos para o desenvolvimento de ações conjuntas e de interesse para todas as partes (janeiro e setembro);
- Organização de diversas reuniões para o desenvolvimento das operações com os navios AidaNova, para a temporada 2018/2020, Mein Schiff Herz, com 6 escalas em *turnaround* para a temporada 2019/2020 e navios da Fred Olsen para o evento "4Fred's in Funchal", que terá lugar no porto do Funchal em abril de 2020;
- Destaque para as primeiras escalas de navios emblemáticos no porto do Funchal em 2018:
    - Viking Sky" e "Viking Sea" (Viking Ocean Cruises)
    - "Le Soleal" e "Le Champlain" (Compagnie Le Ponant)
    - "Mein Schiff 6" e "Novo Mein Schiff 1"(Tui Cruises)
    - "Star Breeze" (Windstar Cruises)

- "MSC Seaview" (Mediterranean Shipping Company)
- "Nieuw Statendam" (Norwegian Cruise Line)

9.2 Coordenação dos espaços sob jurisdição da APRAM, S.A.

- Dinamização dos espaços na Praça do Povo, com eventos públicos, da iniciativa de entidades públicas e privadas (ao longo de todo o ano);
- Acolhimento na Gare Marítima da Madeira e patrocínio do espetáculo teatral e ensaios do grupo "Contigo Teatro" (abril);
- Acolhimento a visitas de estudo:
  - Escola Básica 2.º e 3.º Ciclo dos Louros, para a disciplina de "Cidadania" (janeiro);
  - Colégio de Sta. Teresinha, para as disciplinas de Geografia e História (janeiro);
  - Infantário Qta. dos Traquinas (março);
  - Acolhimento de mais uma edição do Pontinha CUP 2018 (maio);
- Dia do porto, em julho, destacando-se os espetáculos dos Xarabanda e náutico, com os rebocadores da APRAM, S.A., na baía do Funchal. Foram agraciados os funcionários com 35 anos de serviço;
- Acolhimento ao Presidente da Fundação Puertos de Las Palmas e comitiva (julho), apresentação do projeto INTERPORT;
- Organização do Cocktail de Natal para a Família Portuária (dezembro) e da Festa dos Reis, um momento de proximidade e identidade corporativa, entre os colaboradores da APRAM, S.A.;
- Organização de dois eventos "Fórum para a simplificação de Procedimentos", relativamente ao lançamento da atividade da JUL (Janela Única Logística) na Madeira e esclarecimentos junto das entidades e empresas envolvidas.

9. Marketing e Relações Públicas

9.3 Comunicação

O ano de 2018 foi uma continuidade dos objetivos definidos e realizados, em 2017.

- Procedeu-se regularmente à atualização da comunicação institucional, no site, na página do Facebook, na newsletter mensal e nas newsletters e boletins das associações que a APRAM, S.A. integra, nomeadamente a APP – Associação dos Portos de Portugal;
- A página do Facebook foi a principal plataforma de interação nas redes sociais, em estreita ligação com o trabalho editorial concretizado na newsletter e no site;
- No início de março, aquela página contava com 6601 seguidores, tendo vindo a registar um fluxo permanente de crescimento;
- A atuação nas redes sociais, sobretudo no Facebook, é uma forma de aproximação aos principais grupos de interesse, não só da comunidade portuária como do público, em geral;
- O objetivo editorial é não só divulgar as estatísticas, os contextos, as conjunturas e a evolução dos diferentes setores portuários, como também dar visibilidade às histórias de quem trabalha ou trabalhou nos portos e a sua relação próxima com estas infraestruturas e o mar, num conceito de storytelling;
- Fomento de um bom relacionamento com os media. Envio de press releases sempre que se justifique;
- Clipping e Media Trainning;
- Recolha de dados, elaboração de textos e assessoria, algumas vezes, em colaboração com os serviços homólogos da tutela;
- Garantir, por intermédio das relações públicas, a formação da identidade e imagem positiva da APRAM, S.A., a nível interno e externo;
- Assegurar todas as ferramentas de comunicação institucional: relações públicas, protocolo, assessoria de imprensa, edição editorial, identidade corporativa, marketing público.

10. CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA

A APRAM, S.A. vem dirimindo desde 2007 com a CLCM um diferendo na interpretação de cláusulas do contrato celebrado com aquela empresa, com vista à exploração do centro de logística de combustíveis da Madeira, implantado parcialmente em área sob jurisdição da APRAM, S.A..

Por via dessa ocupação, foi celebrado o referido contrato que previa o pagamento de uma taxa mensal pela ocupação de área dominial sob a jurisdição da APRAM, S.A..



Imagem terminal CLCM Caniçal (imagem site oficial Ordem dos Engenheiros)

10. CLCM - Centro Logístico de Combustíveis da Madeira

Após 33 meses de cumprimento regular e, consequente do contrato celebrado, a CLCM deixou de pagar as taxas mensais previstas no contrato. A APRAM, S.A. tem vindo a pugnar desde sempre pela periodicidade mensal das referidas taxas, faturando-as nessa mesma periodicidade à CLCM, tendo procurado seguir as vias contratualmente previstas para a resolução de litígios de interpretação do contrato: a tentativa de conciliação, que terminou sem acordo, e a constituição de um tribunal arbitral, que avaliou as posições de ambas as partes, ouviu testemunhas e peritos e, após audiência de julgamento, proferiu a sua decisão em Julho de 2014, decisão essa que foi favorável às pretensões da APRAM, S.A..

Na verdade, o referido tribunal arbitral concluiu que a periodicidade da taxa era mensal, tendo condenado a CLCM ao pagamento das taxas devidas desde 2007, acrescidas de juros de mora e demais custos fixados no Regulamento de Tarifas.

Interpelada para pagamento no cumprimento dos ditames da sentença arbitral, retorquiu a CLCM com a interposição de um recurso nos tribunais comuns da decisão arbitral, o que impediu que a decisão arbitral tivesse transitado em julgado.

A APRAM, S.A., porque estava munida de uma sentença arbitral, a cujo eventual recurso havia sido apenas atribuído efeito devolutivo, emitiu certidão de dívida que remeteu à Repartição de Finanças de Machico para que esta procedesse à cobrança coerciva da dívida através de processo de execução fiscal.

A CLCM deduziu oposição à referida execução, resguardando-se no facto de não existir ainda trânsito em julgado da decisão arbitral.

A APRAM, S.A. continua a emitir mensalmente as faturas que entende serem devidas, do mesmo modo que periodicamente atualiza o montante que considera ser devido em sede de cobrança coerciva, emitindo certidões de dívida adicionais.

11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2018 a APRAM, S.A. apresentou um EBITDA positivo de 4,615 M€, o que representa uma margem bruta de 30%.

Para a formação deste resultado não foram consideradas as imparidades, bem como os aumentos/reduções de justo valor. Os Rendimentos de exploração e os Gastos de exploração explanados no quadro infra encontram-se melhor discriminados no presente relatório.

Quadro 8 - Estrutura dos Gastos de Exploração

Descrição	Exercícios	
	2018	2017
Rendimentos de exploração	15 629 501,05	14 270 283,09
Gastos de exploração	11 014 410,33	10 693 086,53
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	**4 615 090,72**	**3 577 196,56**
Margem EBITDA (%)	**30%**	**25%**

Fonte: APRAM, S.A.

O Ativo Líquido atingiu os 296,331 M€ e registou uma diminuição de 15,607 M€ face ao ano anterior.

Esta diminuição verificou-se em quase todas as rubricas do ativo. Por um lado, existe o efeito das depreciações do ativo, que anualmente refletem nas contas de resultados o desgaste dos bens do ativo fixo tangível e intangível da empresa. Por outro lado, verifica-se uma diminuição das dívidas de clientes, face ao esforço que a APRAM, S.A. desenvolve na cobrança das receitas bem como na promoção da execução fiscal para aqueles clientes que se afiguram de cobrança duvidosa ou incobrável.

No entanto, verifica-se um aumento do saldo de caixa e depósitos bancários, que no ano anterior apresentava um valor de 3,862 M€ para os atuais 4,521 M€, tendo em conta que a maior parte do saldo transitado não foi gasto.

11 Análise Económica e Financeira

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, o ativo líquido tem vindo a crescer fruto dos elevados investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários., pese embora, e conforme já explanado, a tendência será a oposta: o ativo líquido a decrescer porque o investimento já está consolidado e o efeito das amortizações contribuirão para o decréscimo.

No entanto, a médio e longo prazo o ativo líquido poderá vir a decrescer menos e mesmo vir a aumentar, devido à possibilidade de receção de verbas de candidaturas de fundos comunitários (POVT),do Fundo de Coesão Nacional, da Lei de Meios, que se constituem medidas de apoio ao investimento, tendo em vista a recuperação ou reabilitação de infraestruturas portuárias que sofrem danos significativos em períodos de condições meteo oceanográficas desfavoráveis e ondulação excessivas.

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 12.550.647,92 euros

No ano de 2018 o Passivo Corrente atingiu os 91,162 M€, registando-se assim um aumento de 19,262 M€. Esta situação ficou a dever-se ao aumento das dívidas de curto prazo de "Financiamentos obtidos", ou seja, onde são registados os valores a amortizar dos empréstimos de médio e longo prazo no próximo ano (2019) e os contratos de mútuo, celebrados com o acionista para fazer face ao serviço da dívida.

Excecionando a situação referida no parágrafo anterior, todas as rubricas apresentam uma diminuição, com exceção das dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos, onde se registam os valores a entregar em janeiro de 2019, por contas das retenções dos vencimentos de dezembro de 2018.

Registe-se a diminuição das dividas a fornecedores de conta corrente, que atualmente nas contas da APRAM, S.A. quase não tem expressão, uma vez que a empresa tem feito um esforço no sentido de não deixar valores em dívida no final do ano económico, bem como a diminuição dos outros passivos financeiros, onde são registados os valores de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que vai tendencialmente

diminuindo, na "proporção" da amortização dos empréstimos bancários a que estão associadas.

Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos, atingindo o valor de 6,034 M€. Este facto deve-se ao registo do impacto financeiro nas contas das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se registou em 2018 uma variação positiva e ao ligeiro aumento das rubricas de impostos e taxas e das prestações de serviços. Por outro lado, o facto da empresa reconhecer anualmente nos seus resultados o valor dos subsídios ao investimento na mesma proporção das amortizações do exercício, resulta numa melhoria dos resultados da empresa.

Associado a estes resultados, também se encontra uma política de gestão, no sentido da APRAM, S.A. conseguir anualmente ganhos com a sua atividade operacional, ou seja, os rendimentos da atividade, serem superiores aos gastos com a mesma (sem o efeito das amortizações do exercício).

Apesar das orientações do acionista que originaram uma quebra de receita efetiva, plasmadas na Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que aboliu a TUP carga na exportação de mercadorias e a emissão de certificados de isenção de pilotagem aos comandantes dos navios da linha regular que operam nos portos do Caniçal e Porto Santo, verificou-se um aumento nas receitas provenientes das prestações de serviços.

Rendimentos de Exploração

Os proveitos de exploração cresceram globalmente 10%, refletindo deste modo um aumento nas prestações de serviços, e nas outras rubricas de exploração.

De salientar que no âmbito do SNC-AP haver a necessidade de separar as rubricas de impostos, contribuições e taxas das prestações de serviços, sendo que no ano 2017 estes valores estão agregados nesta última rubrica.

Na rubrica de "Outros rendimentos e ganhos", a variação positiva (33%) prende-se com o facto da empresa este ano ter corrigido os valores recebidos dos contratos programa

em vigor e que se iniciaram em anos anteriores 2016 e 2017, devido aos investimentos necessários para a reposição/reparação de algumas infraestruturas, bens e equipamentos que foram fortemente danificados pelo temporal do dia 10 de dezembro de 2013 e que afetaram diversos portos, nomeadamente o porto do Funchal, do Caniçal, o cais de Machico, o terminal de inertes do Porto Novo, bem como os valores recebidos com indemnizações/sinistros.

Quadro 9 - Rendimentos de Exploração

Un.: Euros

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2018	2017	%	Valor
Impostos, contribuições e taxas	1 721 288,73			**1 721 288,73**
Prestações de serviços	9 748 567,83	11 390 255,72	- 14%	**-1 641 687,89**
Subsídios à exploração	370 051,48	27 606,60	1240%	**342 444,88**
Outros rendimentos e ganhos	3 789 593,01	2 852 420,77	33%	**937 172,24**
Total	**15 629 501,05**	**14 270 283,09**	**10%**	**1 359 217,96**

Fonte: APRAM, S.A.

Gastos de Exploração

Verifica-se este ano que o total das rubricas de exploração da empresa, tiveram um acréscimo de gastos na ordem dos 3% (0,321 M €), sendo as principais rubricas os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal. Note-se que:

- Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um ligeiro decréscimo de 0,083 M€, sendo que no ano anterior foram registados gastos com os emolumentos do Tribunal de Contas em virtude do aumento de capital da empresa, bem com o pagamento de cauções por via de processos judiciais em curso (Trabalhadores da empresa 33/16 – Assistência Náutica, Lda.).

  Importa referir que os maiores gastos prendem-se com a conservação e reparação de equipamentos marítimo portuários e infraestruturas portuárias, com o combustível para as embarcações, viaturas e máquinas de apoio à operação portuária, com a energia elétrica e a água que também é abastecida aos navios que demandam os portos da RAM, com a vigilância e segurança, com os trabalhos

especializados, nomeadamente com os gastos com os honorários de advogados, associados aos processos judiciais em curso. Saliente-se também o peso dos seguros dos equipamentos marítimos e terrestres, bem como ao aumento nas áreas cobertas e do risco de cobertura do seguro de riscos de exploração, que veio onerar um pouco os gastos desta rubrica;

- Os gastos com o pessoal apresentaram um aumento de 0,374 M€ em virtude de cinco admissões, das progressões na carreira, da atribuição de diuturnidades e da aplicação do Acordo de Empresa, com reflexos nos gastos com o subsídio de refeição. Todas os acréscimos referidos refletem-se nos encargos com remunerações. O trabalho extraordinário tem vindo a aumentar em virtude da atividade da empresa, tendo em conta o aumento das pernoitas dos navios de cruzeiro, nomeadamente o N/M "Aida Nova" e o N/M "Mein Schift" e a prestação de serviços na marina do Porto Santo;
- Na rubrica "Outros gastos e perdas" estão refletidos os gastos com os resíduos sólidos, e demais impostos que registaram um aumento, comparativamente ao ano anterior. De salientar que alguns gastos associados a esta rúbrica têm correspondência nas receitas da APRAM, S.A., pois estão diretamente ligados à atividade da empresa.

Quadro 10 - Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2018	2017	%	Valor
Fornecimentos e serviços externos	2 819 078,56	2 902 677,16	- 3%	-83 598,60
Gastos com pessoal	7 780 938,92	7 406 278,57	5%	374 660,35
Outros gastos e perdas	414 392,85	384 130,80	8%	30 262,05
Total	**11 014 410,33**	**10 693 086,53**	**3%**	**321 323,80**

Fonte: APRAM, S.A.

Estrutura dos Gastos de Exploração

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos "Gastos com o pessoal", com 70,64%, seguindo-se os "Fornecimentos e serviços externos", com 25,59% e os "Outros gastos e perdas", com 3,77%.

Quadro 11 - Estrutura dos Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2018	2017
Fornecimentos e serviços externos	25,59%	27,15%
Gastos com pessoal	70,64%	69,26%
Outros gastos e perdas	3,77%	3,59%
Total	**100,00%**	**100,00%**

Fonte: APRAM, S.A.

Fundos Libertos

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se positiva devido ao valor dos "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" serem suficientes para cobrir o resultado líquido negativo, gerando fundos libertos.

Quadro 12 - Fundos Libertos

Rubricas	Exercícios	
	2018	2017
Resultado líquido do exercício	(12 550 647,92)	(13 231 085,12)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	13 654 040,54	13 634 973,95
Provisões do exercício	60 000,00	4 999,01
Fundos Libertos	1 163 392,62	408 887,84
Investimento	1 047 044,77	153 116,51
Cobertura do investimento por autofinanciamento	**0.111,11%**	**0.267,04%**

Fonte: APRAM, S.A.

Situação Financeira e Patrimonial

O quadro que se segue evidência a evolução da situação patrimonial no período de 2018/2017.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores superiores a 97% do ativo líquido total, sendo a parcela

com maior representatividade nas contas da APRAM, S.A., o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão do acionista.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um decréscimo de 2,998 M€, que representou no exercício económico de 2018, apenas 2,39% do ativo líquido total.

Este decréscimo é justificado essencialmente pela diminuição da rubrica de outras contas a receber, na ordem dos 3,573 M€ uma vez que neste ano deixou-se de registar o valor a receber do contrato programa de 2016, uma vez que o mesmo tem sido alvo de reprogramações anuais, em função da abertura dos procedimentos concursais e pela execução física dos projetos abrangidos, o que tem vindo a sofrer alterações significativas. Assim, passou-se a registar o subsídio após o reembolso ou transferência do mesmo, estando deste modo a execução financeira a par com a execução física dos projetos em curso e alvo de comparticipação financeira por parte do Governo Regional, no âmbito do Fundo de Coesão Nacional e da Lei de Meios.

Note-se, por último, que apesar da diminuição das dívidas de clientes, a APRAM, S.A. continua a faturar à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. uma renda mensal, que a empresa, apesar de já ter sido condenada em sede de tribunal arbitral ao pagamento das quantias a que a APRAM considera ter direito, teima em não pagar, tendo interposto recurso jurisdicional desta decisão do tribunal arbitral para adiar o pagamento das referidas rendas.

Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

ATIVO	EXERCICIOS		
	31-12-2018	31-12-2017 REEXPRESSAS	%
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	289 234 647,96	301 836 778,97	-4,18%
Ativos intangíveis	14 161,31	21 496,07	-34,12%
Total do ativo não corrente	**289 248 809,27**	**301 858 275,04**	**-4,18%**
ATIVO CORRENTE			
Inventários	10 000,00	10 000,00	0,00%
Clientes	1 944 373,47	2 053 171,40	-5,30%

ATIVO	EXERCICIOS		
	31-12-2018	31-12-2017 REEXPRESSAS	%
Estado e outros entes públicos	99 097,70	122 025,93	-18,79%
Outras contas a receber	425 595,03	3 998 828,75	-89,36%
Diferimentos	81 949,81	33 594,87	143,94%
Caixa e depósitos bancários	4 521 399,30	3 862 815,22	17,05%
Total do ativo corrente	**7 082 415,31**	**10 080 436,17**	**-29,74%**
TOTAL DO ACTIVO	**296 331 224,58**	**311 938 711,21**	**-5,00%**

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um decréscimo no Património Líquido, influenciado, em especial, pelo aumento dos "Resultados transitados" negativos, que vão sendo prejudicados pela transferência dos Resultado líquidos que tem sido negativos, bem como pelo decréscimo das "Outras variações no património líquido", que vai diminuindo à medida que vai sendo imputado parte do valor dos subsídios ao investimento na proporção das depreciações do exercício.

Contudo, este resultado seria mais penalizador, se não tivesse ocorrido o aumento do capital social no ano 2016, através da conversão dos contratos de mútuo com o Governo Regional da Madeira (acionista único da empresa).

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a APRAM, S.A. considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza, tendo sido apenas reconhecidos impostos diferidos passivos sobre os subsídios ao investimento.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um decréscimo (para os 69,2%), que decorre da diminuição do "Passivo Não Corrente" em virtude da amortização do capital das dívidas de "Financiamentos obtidos" de médio e longo prazo, bem como pela diminuição do património líquido (acima explicado).

No que respeita ao "Passivo Corrente", os "Financiamentos obtidos" de curto prazo, apresentam um acréscimo, na ordem dos 21,145 M€ e representa 27,4% do Património Líquido e passivo. Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar em 2019 e

referentes a empréstimos contraídos junto do BEI, Commerzbank, Déxia Crédit Local e ao acionista (empréstimos de mútuo). O acréscimo, verificado nesta rubrica, respeita aos empréstimos de mútuo com o acionista, cuja expectativa da APRAM, S.A. passa pela conversão dos mesmos num aumento do património/capital, como já realizado no passado (em 2016).

Tal como no ano anterior, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, contemplado na rubrica "Outros passivos financeiros". Este valor veio contribuir para a diminuição do passivo corrente e a expetativa é que este valor venha a ser tendencialmente menor, em função da amortização dos empréstimos bancários a que as operações de *Swap* de taxa de juro estão associadas.

A par do ano anterior, este ano verifica-se também uma diminuição significativa da rubrica "Outras contas a pagar" devido, sobretudo, à diminuição das dívidas a outros credores.

Quadro 14 – Situação Financeira e Patrimonial (2)

PATIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	EXERCICIOS		
	31-12-2018	31-12-2017 REEXPRESSAS	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	59 129 505,00	59 129 505,00	
Reservas	3 458 448,87	3 458 448,87	
Excedentes de revalorização de ativos fixos	0,00	0,00	
Outras variações no património líquido	72 226 414,11	76 215 332,98	-5,23%
Resultados transitados	(37 341 385,96)	(23 530 953,56)	58,69%
Resultado líquido do exercício	(12 550 647,92)	(13 231 085,12)	-5,14%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	**84 922 334,10**	**102 041 248,17**	**-16,78%**
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	197 510,30	137 510,30	43,63%
Financiamentos obtidos	101 971 945,71	117 578 733,04	-13,27%
Passivos por impostos diferidos	18 076 678,33	20 281 117,31	-10,87%
Total do passivo não corrente	**120 246 134,34**	**137 997 360,65**	**-12,86%**
Capitais permanentes	**205 168 468,44**	**240 038 608,82**	**-14,53%**

PATIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	EXERCICIOS		
	31-12-2018	31-12-2017 REEXPRESSAS	%
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	18 580,36	40 749,96	-54,40%
Estado e outros entes públicos	366 506,56	325 524,05	12,59%
Financiamentos obtidos	81 174 366,00	60 028 852,66	35,23%
Fornecedores de investimentos	95 892,98		
Outras contas a pagar	1 388 726,44	1 548 943,22	-10,34%
Outros passivos financeiros	8 118 683,80	9 956 032,50	-18,45%
Total do passivo corrente	**91 162 756,14**	**71 900 102,39**	**26,79%**
TOTAL DO PASSIVO	**211 408 890,48**	**209 897 463,04**	**0,72%**
TOTAL DO PATRIM. LÍQUIDO + PASSIVO	**296 331 224,58**	**311 938 711,21**	**-5,00%**

Fonte: APRAM, S.A.

Fundo de Maneio

O fundo de maneio apresenta-se positivo (1,839 M€), pelo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

De salientar, neste exercício económico, a diminuição das dívidas de clientes e o ligeiro aumento das dividas a fornecedores, na ordem dos - 0,108 M€ e 0,27 M€, respetivamente.

Quadro 15 – Fundo de Maneio

Rubricas	Exercícios		Variação
	2018	2017 REEXP	%
Dívidas de clientes + Inventários (1)	1 954 373,47	2 063 171,40	-5,27%
Fornecedores (2)	114 473,34	86 540,17	32,28%
Fundo de maneio (3) = (1) - (2)	**1 839 900,13**	**1 976 631,23**	**-6,92%**

Fonte: APRAM, S.A.

Rácios de Natureza Económica

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (negativo) e ao desempenho das prestações de serviços obtidas no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A. em 2018 apresentam-se semelhantes aos do ano anterior.

A rentabilidade das prestações de serviços decresceu ligeiramente (mais negativa), devido à variação positiva dos Resultados de Exploração da empresa, apesar do ligeiro aumento nas prestações de serviços.

A rendibilidade do Património Líquido piorou, apesar da evolução positiva do Resultado Líquido, o património líquido decresceram significativamente (menos 17,118 M€).

Quadro 16 – Rácios de Natureza Económica

Rubricas	Exercícios	
	2018	2017 REEXP.
Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1)	0,92	1,10
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-0,78	-0,67
Rendibilidade do ativo (ROI) (3)	-0,04	-0,04
Rendibilidade do património líquido (ROE) (4)	-0,15	-0,13

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)

(2) Resultados operacionais / Prestações de serviços

(3) Resultados líquidos/ Ativo total líquido

(4) Resultados líquidos / Capitais próprios

Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros apresentam este ano um resultado próximo do ano anterior, apesar do resultado líquido negativo e dos resultados transitados que, paulatinamente, vão "consumindo" o património líquido da empresa.

O aumento no capital social, que ocorreu em 2016, veio contribuir para uma maior solidificação do património líquido, a par da diminuição das dívidas de "Financiamentos obtidos" de médio e longo prazo. No entanto, este ano, a diminuição nas outras

variações do património líquido, bem como o aumento das dívidas de "Financiamentos obtidos" de curto prazo a par com o aumento significativo dos resultados transitados negativos, contribuem significativamente para a não obtenção de rácios de natureza financeira com melhor desempenho.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi negativa, passando de 14% para 8%.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se uma ligeira diminuição, sendo evidenciados, deste modo, pelos factos acima expostos (Aumento de resultados transitados negativos, diminuição nas outras variações do património líquido e aumento das dívidas de "Financiamentos obtidos" de curto prazo).

O prazo médio de cobrança neste exercício foi reduzido para 62 dias e o prazo médio de pagamento foi de 2 dias.

Quadro 17 – Rácios de Natureza Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2018	2017 REEXP.
Liquidez Geral (1)	0,08	0,09
Autonomia Financeira (2)	0,29	0,32
Solvabilidade (3)	0,40	0,47
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,71	0,78
Capacidade de endividamento (5)	1,70	1,71
Debt-to-equity (6)	2,16	1,80
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	62	66
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	2	5

Fonte: APRAM, S.A.

Notas: (1) Ativo corrente/Passivo corrente

(2) Património líquido/Ativo total líquido

(3) Património líquido/Passivo total

(4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos

(5) Capitais permanentes/Passivos não correntes

(6) Passivo financeiro/ Património líquido

(7) (Saldo de clientes C/C * 365 dias)/Vendas + Prestação de serviços)

(8) (Saldo de fornecedores C/C * 365 dias)/Fornecimentos e serviços externos + Compras

Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 12.550.647,92 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

A APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento, prevê-se a execução de investimentos em algumas obras, designadamente:

- Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal;
- Reforço do manto de proteção do molhe sul do porto do Funchal;
- Reparação dos danos causados pelo temporal do dia 10 de dezembro de 2013 no cais de Machico;
- Dragagem do porto do Funchal;
- Reparação do porto do Porto Santo;
- Reconstrução do cais da Ribeira Brava;
- Reabilitação do cais da Ponta do Sol;
- Ações de manutenção na Gare Marítima;
- Substituição dos cabeços Funchal a assinalamento marítimo;
- Reforço do manto de proteção do terrapleno nascente do porto do Caniçal.

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional, contratualizadas através de contratos

programa de investimentos com o Governo Regional, indemnizações compensatórias pelas obrigações de serviço público acometidas à APRAM, S.A. e cofinanciamento através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

Nesta fase, e face à conjuntura económica e financeira, continua a ser necessária a assunção pelo acionista dos valores a pagar por conta do serviço da dívida, no sentido de desonerar a APRAM, S.A. desse encargo, libertando assim os fundos da empresa para a sua atividade de exploração/corrente, facto que ocorreu ao longo do ano de 2018 e que, aliado a uma melhor performance da cobrança a clientes, permitiu salvaguardar e melhorar a tesouraria da empresa.

Em 2018 foi celebrado um contrato de mútuo de curto prazo, para o pagamento do serviço da dívida, cujo montante ascendeu no exercício a 21.145.513,34 €, vencendo-se as primeiras prestações em 2020.

De salientar que desde janeiro de 2014, a APRAM, S.A. está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a que a gestão da tesouraria e as decisões que envolvem a contração de despesa sejam ainda mais criteriosas.

Só se se mantiver esta tendência, poderá a APRAM, S.A. a médio prazo conseguir fazer face aos compromissos com os fornecedores e manter uma atividade saudável e viável, pois, a não acontecer, as dívidas a fornecedores/contas a pagar, tenderão a crescer significativamente no futuro, com as inerentes responsabilidades.

O Conselho de Administração,

A Presidente, A Vogal, O Vogal,

(Maria Lígia Ferreira Correia) (Maria de Fátima Pita Carvalho Correia) (Roman Feliciano Neto Pinto)

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

DE 01.01.2018 A 31.12.2018

12.1 Balanço Individual em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31/12/2018	31/12/2017 reexpressas	31/12/2017
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	3	289 234 647,96	301 836 778,97	301 836 778,97
Ativos intangíveis	5	14 161,31	21 496,07	21 496,07
		289 248 809,27	**301 858 275,04**	**301 858 275,04**
Ativo corrente				
Inventários	13	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Clientes, contribuintes e utentes	8	1 944 373,47	2 053 171,40	2 053 171,40
Estado e outros entes públicos	16	99 097,70	122 025,93	122 025,93
Outras contas a receber		425 595,03	3 998 828,75	3 998 828,75
Diferimentos	12	81 949,81	33 594,87	33 594,87
Caixa e depósitos bancários		4 521 399,30	3 862 815,22	3 862 815,22
		7 082 415,31	**10 080 436,17**	**10 080 436,17**
Total do ativo		**296 331 224,58**	**311 938 711,21**	**311 938 711,21**
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	10	59 129 505,00	59 129 505,00	59 129 505,00
Reservas		3 458 448,87	3 458 448,87	3 458 448,87
Resultados transitados		(37 341 385,96)	(23 530 953,56)	(203 824 445,85)
Excedentes de revalorização				180 293 492,29
Outras variações no Património Líquido	15	72 226 414,11	76 215 332,98	76 215 332,98
Resultado líquido do período		(12 550 647,92)	(13 231 085,12)	(13 231 085,12)
Total do Património Líquido		**84 922 334,10**	**102 041 248,17**	**102 041 248,17**
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	8	197 510,30	137 510,30	137 510,30
Financiamentos obtidos	17	101 971 945,71	117 578 733,04	117 578 733,04
Passivos por impostos diferidos		18 076 678,33	20 281 117,31	20 281 117,31
Outras contas a pagar				
		120 246 134,34	**137 997 360,65**	**137 997 360,65**
Passivo corrente				
Fornecedores		18 580,36	40 749,96	40 749,96
Estado e outros entes públicos	16	366 506,56	325 524,05	325 524,05
Financiamentos obtidos	17	81 174 366,00	60 028 852,66	60 028 852,66
Fornecedores de investimentos		95 892,98		
Outras contas a pagar		1 388 726,44	1 548 943,22	1 548 943,22
Outros passivos financeiros	17	8 118 683,80	9 956 032,50	9 956 032,50
		91 162 756,14	**71 900 102,39**	**71 900 102,39**
Total do passivo		**211 408 890,48**	**209 897 463,04**	**209 897 463,04**
Total do Património Líquido e Passivo		**296 331 224,58**	**311 938 711,21**	**311 938 711,21**

12.2 Demonstração individual de resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2018	31/12/2017
Impostos e taxas	7	1 721 288,73	-
Vendas e serviços prestados	7	9 748 567,83	11 390 255,72
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos		370 051,48	27 606,60
Fornecimentos e serviços externos	14	(2 819 078,56)	(2 902 677,16)
Gastos com o pessoal	11	(7 780 938,92)	(7 406 278,57)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(357 542,76)	(950 764,61)
Provisões (aumentos/reduções)	8	(60 000,00)	(4 999,01)
Aumentos/reduções de justo valor		1 837 348,70	3 409 933,13
Outros rendimentos e ganhos	7	3 789 593,01	2 852 420,77
Outros gastos e perdas		(414 392,85)	(384 130,80)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**6 034 896,66**	**6 031 366,07**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(13 654 040,54)	(13 634 973,95)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**(7 619 143,88)**	**(7 603 607,88)**
Juros e rendimentos similares obtidos	7	8 266,51	12 698,67
Juros e gastos similares suportados	6	(5 514 854,33)	(6 211 673,60)
Resultado antes de impostos		**(13 125 731,70)**	**(13 802 582,81)**
Imposto sobre o rendimento do período		575 083,78	571 497,69
Resultado líquido do período		**(12 550 647,92)**	**(13 231 085,12)**

12.3 Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2018

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		11 851 609,22	11 632 735,28
Pagamentos a fornecedores		(3 516 772,63)	(3 743 200,03)
Pagamentos ao pessoal		(7 240 328,29)	(7 524 055,63)
Caixa gerada pelas operações		**1 094 508,30**	**365 479,62**
Outros recebimentos / pagamentos		34 198,61	(587 380,05)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		**1 128 706,91**	**(221 900,43)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1 041 289,40)	(106 160,31)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		12 322,00	
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		525 438,74	362 191,25
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(503 528,66)**	**256 030,94**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		21 145 513,34	15 606 787,34
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15 606 786,33)	(15 606 787,34)
Juros e gastos similares		(5 505 321,18)	(6 188 701,18)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		**33 405,83**	**(6 188 701,18)**
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		**658 584,08**	**(6 154 570,67)**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 862 815,22	10 017 385,89
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 521 399,30	3 862 815,22

12.4 Demonstração das alterações do Património Líquido

Demonstração das Alterações do Património Líquido no período 2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL								
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO 2017	(6)	**59.129.505,00**	**3.458.448,87**	**(185.151.331,05)**	**180.293.492,29**	**78.392.762,52**	**(18.094.304,42)**	**118.028.573,21**		**118.028.573,21**
ALTERAÇÕES NO PERIODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização				180 293 492,29	(180 293 492,29)			0,00		
Ajustamentos por impostos diferidos				(578.810,38)		578.810,38				0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				(18.094.304,42)		(2.756.239,92)	18.094.304,42	(2.756.239,92)		(2.756.239,92)
	(7)	**0,00**	**0,00**	**161.620.377,49**	**(180.293.492,29)**	**(2.177.429,54)**	**18.094.304,42**	**(2.756.239,92)**	**0,00**	**(2.756.239,92)**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	(8)						**(13.231.085,12)**	**(13.231.085,12)**		**(13.231.085,12)**
RESULTADO INTEGRAL (9) = (7) + (8)		**0,00**	**0,00**	**161.620.377,49**	**(180.293.492,29)**	**(2.177.429,54)**	**4.863.219,30**	**(15.987.325,04)**	**0,00**	**(15.987.325,04)**

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL								
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2016 Realizações de capital Realizações de prémios de emissão Distribuições Entradas para cobertura de perdas Outras operações **(10)**		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2017 (11) = (6) + (7) + (8) + (10)		**59.129.505,00**	**3.458.448,87**	**(23.530.953,56)**	**0,00**	**76.215.332,98**	**(13.231.085,12)**	**102.041.248,17**	**0,00**	**102.041.248,17**

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal • 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
TEL: 351 291 20 86 00 • FAX: 351 291 22 01 96
portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

Demonstração das Alterações do Património Líquido no período 2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL								
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERIODO 2017	(6)	59.129.505,00	3.458.448,87	(23.530.953,56)	0,00	76.215.332,98	(13.231.085,12)	102.041.248,17	0,00	102.041.248,17
ALTERAÇÕES NO PERIODO										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos				(579.347,28)				(579.347,28)		(579.347,28)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido				(13.231.085,12)		(3.988.918,87)	13.231.085,12	(3.988.918,87)		(3.988.918,87)
	(7)	0,00	0,00	(13.810.432,40)	(0,00)	(3.988.918,87)	13.231.085,12	(4.568.266,15)	0,00	(4.568.266,15)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	(8)						(12.550.647,92)	(12.550.647,92)		(12.550.647,92)
RESULTADO INTEGRAL (9) = (7) + (8)		0,00	0,00	(13.810.432,40)	(0,00)	(3.988.918,87)	680.437,20	(17.118.914,07)	0,00	(17.118.914,07)

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

DESCRIÇÃO	NOTAS	PATRIMÓNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL								
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2018										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
(10)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018 (11) = (6) + (7) + (8) + (10)		**59.129.505,00**	**3.458.448,87**	**(37.341.385,96)**	**0,00**	**72.226.414,11**	**(12.550.647,92)**	**84 992 334,10**	**0,00**	**84 992 334,10**

O Conselho de Administração,

A Presidente,	A Vogal,	O Vogal,
(Maria Lígia Ferreira Correia)	(Maria de Fátima Pita Carvalho Correia)	(Roman Feliciano Neto Pinto)

A Contabilista Certificada,

(Priscila Maria Martins Candelária)

13. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da Entidade, Período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da Entidade período de relato:

(a) **Designação da entidade:** APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.

(b) **Endereço/Sede:** Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.

(c) **Código da classificação orgânica**: 5055 - APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.; CAE: 52220-R3; NI NIPC: 511 137 753

(d) **Tutela:** Vice-Presidência da Região Autónoma da Madeira

(e) **Legislação que criou a APRAM, S.A. e principal legislação aplicável:** Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M de 23 de agosto; Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9; Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12; Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07; Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07; Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03; Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11; Lei n.º 58/2005, de 29/12; Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05; Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08; Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10; Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2/06; Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08; Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira.

(f) **Natureza da Atividade:** A APRAM, S. A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o SERAM com obrigações de serviço público e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.

(g) Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

1.2 Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

(a) **Indicação que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Publicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2018 , de 15 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 85/2016 , de 21 de dezembro, regulamentado pela portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, aplicando-se, ainda, o nível de normalização contabilística correspondente às 27 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa, nomeadamente a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho. Foi tida, ainda, em consideração a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que altera os Decretos-Leis n.º 158/2009, de 13 de julho e 36-A/2011, de 9 de março.

Justificação das disposições do SNC-AP que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade: Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2017.

As demonstrações financeiras até ao ano 2017, foram preparadas tendo por base o SNC, sendo que a aplicação do SNC-AP não implicou alterações relevantes e significativas nas contas da empresa em 2018.

Procedeu-se à reexpressão das contas de 2017, em consequência da transferência do saldo da rubrica "excedentes de revalorização" para "resultados transitados".

No entanto, por dificuldades logísticas e do sistema informático utilizado pela APRAM, S.A., foi derrogada a NCP 26, no que se refere à contabilidade de relato orçamental, por não ser possível extrair do referido sistema informático, para este exercício económico todos os mapas preconizados nesta norma.

(b) **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**: Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2017. Procedeu-se à reexpressão das contas de 2017, em consequência da transferência do saldo da rubrica "excedentes de revalorização" para "resultados transitados".

2. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

(a) **Ativos fixos tangíveis:** Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. Os ativos fixos tangíveis, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações que estava reconhecido nos "Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis" foi transferido para "Resultados transitados".

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, No entanto, de realçar que no ano 2007 foram alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não era a que melhor evidenciava a durabilidade deste tipo de infraestruturas, aplicando-se uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser até então aplicada (5%).

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

As despesas correntes com a reparação e manutenção do ativo fixo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de valor significativo, que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas, de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

(b) **Ativos intangíveis**: Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o

período de vida útil estimado. O período de vida útil dos ativos fixos intangíveis varia entre 1 e 3 anos.

(c) **Inventários:** As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o que for mais baixo.

(d) **Ativos e passivos financeiros**: Os ativos e passivos financeiros, encontram-se mensurados, em cada data de relato, ao custo menos qualquer perda por imparidade.

(e) **Imparidade de ativos financeiros correntes**: Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Em cada data de relato é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

(f) **Imposto sobre o rendimento**: A APRAM encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2018

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e tendo sido apenas reconhecidos impostos diferidos passivos sobre subsídios ao investimento.

(g) **Benefícios de empregados:** As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, independentemente da data do respetivo pagamento.

(h) **Reconhecimento do rédito e regime do Acréscimo:** O rédito é registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquidos de descontos.

O rédito associado às prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As prestações de serviços são apresentadas líquidas de devoluções e de descontos comerciais.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e de acordo com a taxa de juro aplicável.

(i) **Subsídios:** Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no património líquido, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Em 2018, após uma avaliação exaustiva da natureza dos subsídios existentes na empresa e pelo historial dos mesmos, foi efetuada uma alteração ao critério de registo dos mesmos, passando os mesmos a serem registados pelo recebimento e não pela sua atribuição, uma vez que não é possível garantir com exatidão os valores a receber em cada período.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

(j) **Gastos de financiamento:** Os gastos de financiamento são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.

(k) **Eventos subsequentes:** Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras (nota 9).

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes: Não aplicável.

2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras: Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro: As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

3. Ativos intangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2017	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 2017
ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	95.198,00				95.198,00
Despesas de investigação e desenvolvimento					0,00
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(66.367,17)	(7.334,76)			(73.701,93)
Propriedade industrial e outros direitos					0,00
	28.830,83	**(7.334,76)**	**0,00**	**0,00**	**21.496,07**

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2018	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 2018
ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	95 198,00				95 198,00
Despesas de investigação e desenvolvimento					0,00
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(73 701,93)	(7 334,76)			(81 036,69)
Propriedade industrial e outros direitos					0,00
	21 496,07	**(7 334,76)**	**0,00**	**0,00**	**14 161,31**

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

(a) Descrição do contrato	(b) Período de tempo (início – fim)
Contrato de concessão de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, n.º 3, freguesia da Sé, Concelho do Funchal, constituído por 2 pisos - exploração de todo o edifício para a atividade de bar-discoteca e snack-bar	7/02/2013 até 31/12/2042
Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal	30/04/2014 – 31/03/2024
Contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico, reperfilamento da praça do mar e integração de PT	21/092019-20/9/2045

(a) Descrição do contrato	(b) Período de tempo (início – fim)
Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal	03/06/2015 – 02/06/2025
Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal	17/01/2013 – 16/01/2023
Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal	03/01/2005-02/01/2035
Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos destinada à manutenção da instalação de um posto de venda de combustíveis à navegação	30/05/2002 - 28/01/2017 (prorrogado)
Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma parcela de terreno no Cais de Câmara de Lobos para instalação de um posto de venda de combustível líquido à navegação	30/05/2002 - 28/01/2017 (prorrogado)
Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM.	01/01/1997 - 31/12/2031
Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico	05/09/2004-04/09/2009 (prorrogado por iguais períodos de 5 anos)
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação	02/01/2000 – 03/11/2019

5. Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2017	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 2017
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	2.280.144,21				2.280.144,21
Edifícios e outras construções	527.391.682,96	16.031,04			527.407.714,00
Equipamento básico	29.813.165,76	24.680,00			29.688.206,39
Equipamento de transporte	559.356,64				559.356,64
Equipamento administrativo	2.437.958,66	11.535,34			2.449.494,00
Outros ativos fixos tangíveis	1.157.121,01				1.157.121,01
Ativos fixos tangíveis em curso		53.913,93			53.913,93
Adiantamentos por conta de investimentos					
Ativo tangível bruto	**563.639.429,24**	**106.160,31**	**0,00**	**0,00**	**563.745.589,55**
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(248.281.171,39)	(13.627.639,19)			(261.908.810,58)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					0,00
Total do ativo fixo tangível líquido	**315.358.257,85**	**(13.521.478,88)**	**0,00**	**0,00**	**301.836.778,97**

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2018

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2018	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 2018
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Terrenos e recursos naturais	2 280 144,21				2 280 144,21
Edifícios e outras construções	527 407 714,00			61 374,23	527 469 088,23
Equipamento básico	29 688 206,39	123 993,65	(174 579,26)	28 820,00	29 666 440,78
Equipamento de transporte	559 356,64	40 961,30			600 317,94
Equipamento administrativo	2 449 494,00	328,00			2 449 822,00
Outros ativos fixos tangíveis	1 157 121,01				1 157 121,01
Ativos fixos tangíveis em curso	53 913,93	881 761,82		(92 664,23)	843 011,52
Adiantamentos por conta de investimentos					
Ativo tangível bruto	**563 745 589,55**	**1 047 044,77**	**(174 579,26)**	**(2 470,00)**	**564 465 945,69**
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(261 908 810,58)	(13 646 705,78)	174 579,26		(275 231 297,73)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas					0,00
Total do ativo fixo tangível líquido	**301 836 778,97**	**(12 599 661,01)**	**0,00**	**(2 470,00)**	**289 234 647,96**

(a) Ao longo do ano foram efetuados pequenos investimentos, contabilizados na rubrica ativos fixos tangíveis em curso, assim como, algumas aquisições de equipamento básico e administrativo necessárias à atividade, verificando-se assim um acréscimo no ativo tangível bruto.

Destas, foram transferidas para ativos fixos tangíveis os quiosques de apoio às embarcações marítimo turísticas (Edifícios e outras construções no valor de 61.374,23 €) e

as estruturas flutuantes para a marina do Porto Santo (Equipamento básico no 31.290,00 €).

Em 2018 efetuou-se a alienação do empilhador Mariner F1500 no valor de 12.200,00 €, sendo que o mesmo já se encontrava totalmente depreciado. O custo de aquisição foi de 174.579,26 €.

Em relação ao ativo fixo tangível líquido, confirma-se um decréscimo na ordem dos 4%, para o qual contribuiu o efeito das amortizações dos investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários, realizados em anos anteriores, e que em 2018 já se encontram consolidados.

6. Custo dos Empréstimos Obtidos

(a) **Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos:** De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

(b) **Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:** No decorrer do exercício de 2018, a APRAM, S.A. suportou 5.514.854,33 € de juros e gastos similares, respeitantes maioritariamente a empréstimos obtidos.

(c) **Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização:** A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, está de acordo com os valores efetivamente cobrados pelas respetivas entidades bancárias. Na maior parte dos casos, está a ser indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS			
Juros suportados de empréstimos bancários	5 424 539,03	6 126 754,98	-11,46%
Outros gastos e perdas de financiamento	90 315,30	84 918,62	6,36%
TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	**5 514 854,33**	**6 211 673,60**	**-11,22%**

7. Rendimento de transações com contraprestação

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, incluindo o rédito proveniente de:

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
IMPOSTOS E TAXAS			
Concessões e alugueres diversos	**1 721 288,73**		
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
TUP Navio	1 246 848,66	1 164 768,85	7,05%
TUP Carga Geral	69 420,75	76 253,80	-8,96%
Armazenamento de contentores	206 424,99	258 750,00	-20,22%
Serviços Diversos	31 822,94	37 180,51	-14,41%
Amarração / desamarração	483 685,69	515 880,91	-6,24%
Serviço de reboques	627 787,19	634 151,61	-1,00%
Serviço de lancha	8 494,00	10 446,81	-18,69%
Serviço de pilotagem	780 720,85	764 455,75	2,13%
Serviço de báscula / pesagem	10 060,85	9 131,25	10,18%
Fornecimento de mão-de-obra	107 531,95	87 961,33	22,25%
Serviço de guindagem	79 885,34	77 231,66	3,44%
Fornecimento de água	128 335,88	186 638,03	-31,24%
Fornecimento de energia elétrica	39 892,08	147 601,23	-72,97%
Concessões e alugueres diversos		1 500 371,74	-100,00%
TUP granéis sólidos	225 916,88	294 211,84	-23,21%
TUP granéis líquidos	264 471,48	240 185,95	10,11%
TUP contentores	3 039 066,95	2 900 688,92	4,77%
TUP veículos	574 008,50	584 991,00	-1,88%
Tráfego de passageiros	1 304 292,05	1 308 504,60	-0,32%
Fundeadouro de navios	17 841,51	43 446,86	-58,93%
Taxa de resíduos	441 660,60	481 960,67	-8,36%
Taxa de ISPS	60 398,69	65 442,40	-7,71%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	**9 748 567,83**	**11 390 255,72**	**-14,41%**
TOTAL DOS IMPOSTOS E TAXAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	**11 469 856,56**	**11 390 255,72**	**0,70%**
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	10 100,00		
Correções relativas a exercícios anteriores	743 839,04	795,76	93375,30%
Subsídios para investimentos	2 758 796,59	2 756 239,92	0,09%
Outros rendimentos e ganhos	276 857,38	95 385,09	190,25%
TOTAL DOS OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	**3 789 593,01**	**2 852 420,77**	**32,86%**

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
JUROS			
Depósitos bancários			
Outros juros	8 266,51	12 698,67	-34,90%
TOTAL DOS JUROS	**8 266,51**	**12 698,67**	**-34,90%**
TOTAL	**13 546 427,35**	**14 255 375,16**	**-4,97%**

8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA				
Clientes cobrança duvidosa	4 528 926,04	374 312,72	(24 163,91)	4 879 074,85
Perdas por imparidades acumuladas	(4 270 366,76)	(379 660,06)	22 117,30	(4 627 909,52)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Provisões para riscos e encargos				
Provisões	137 510,30	60 000,00		197 510,30
Provisões para riscos e encargos	**137 510,30**	**60 000,00**	**0,00**	**197 510,30**

(a) Processos Judiciais

Estão em curso processos judiciais, em que a APRAM, S.A. é parte e que a seguir se enumeram:

- **Processo n.º 271/15.8BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Impugnante: MADMAR – Movimentação e Comercialização de Inertes, Lda.

Ré: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2018

Descrição do litígio: Impugnação Judicial de Ato de Indeferimento de Revisão Oficiosa de Atos de Liquidação de Taxas

Valor: € 396.681,51

Estado atual da ação: Foi apresentada contestação, estando o processo a aguardar que seja proferida decisão.

- **Processo n.º 11752/14, 2.0 Juízo — 1.ª Secção (Contencioso Administrativo) Tribunal Central Administrativo Sul**

Impugnante: CLMC — COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, S.A.

Ré: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. Descrição do litígio: A APRAM, S.A. deu início a uma ação arbitral contra a ("CLMC"), relativa à cláusula 4-ª do contrato administrativo de concessão do uso privativo de uma parcela localizada no domínio público marítimo, celebrado entre aquelas sociedades em 3 de Janeiro de 2004, tendo esta como objeto saber se a taxa prevista na referida cláusula é devida pela CLCM tinha uma periodicidade mensal ou anual. A CLCM interpôs recurso do Acórdão proferido pelo Tribunal Arbitral em 15 de julho de 2014, que deu razão à APRAM, S.A.,

Estado atual da ação: O processo a aguardar que seja proferida decisão

- **Impugnações Judiciais contra liquidações de taxas efetuadas pela APRAM, S.A.**

N.º de Processo: 267/14.7BEFUN

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Funchal (ex-Tribunal Tributário de Lisboa)

Objeto da ação: Liquidação de taxas efetuada pela APRAM, S.A. no montante de € 2.308.952,06, correspondente às faturas Bol. Faturas com referência aos meses de outubro de 2007 a julho de 2014

Posição processual da APRAM, S.A.: Impugnada

Contraparte: CLCM - CONTANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, SA

Valor da ação: € 2.308.952,06

Estado do processo: A sociedade CLCM — COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, SA deduziu impugnação judicial contra a liquidação de taxas efetuada pela APRAM, S.A., no montante de € 2.308.952,06, correspondente ao valor da certidão de

dívida extraída para efeitos de promoção de execução fiscal e que determinou a instauração do Processo de Execução Fiscal n.º 2828201401070681, pelo Serviço de Finanças de Machico.

Por despacho judicial de 27 de outubro de 2017, o juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal determinou a apensação aos presentes autos dos processos de impugnação n.os 320/14.7BEFUN, 57/15.OBEFUN, 286/15.6BEFUN, 342/15.OBEFUN, 470/15.2BEFUN, 123/16.4BEFUN, 235/16.4BEFUN e 313/16.OBEFUN.

Para além destes existem, com o mesmo objeto, os processos com os números 21/17.4BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 165/17.2BEFUN (Valor da ação 76.172,70), 278/17.OBEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 348/17.5BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 40/18.3BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 163/18.9BEFUN (Valor da oposição: € 76.172,70), 348/18.8BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70).

- **Oposições às execuções tributárias de taxas liquidadas pela APRAM, S.A.**

Processo n.º: 286/15.6BEFUN.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Objeto da ação: Oposição à execução fiscal instaurada para cobrança das taxas liquidadas pela APRAM, S.A.

Posição processual da APRAM, S.A.: Entidade emitente da certidão de dívida

Contraparte: CLCM — Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

Com o mesmo objeto, nomeadamente os Processos n.os 337/15.4BEFUN, 106/16.4BEFUN, 136/17.9BEFUN, 3/18.9BEFUN, 166/18.3BEFUN

Por despacho do juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal de 11 de janeiro de 2018 foi determinada a suspensão do processo até ao trânsito em julgado da sentença a proferir nos autos do processo n.º 286/15.6BEFUN.

Por despacho judicial de 13 de dezembro de 2017, o juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, determinou a suspensão do processo até ao trânsito em julgado da sentença a proferir nos autos n.os 470/15.2BEFUN e 123/16.4BEFUN.

A CLCM apresentou requerimento para suspensão dos autos até ao trânsito em julgado da sentença a proferir nos processos de impugnação n. os 165/17.2BEFUN e

278/17.OBEFUN e apresentou requerimento para suspensão dos autos até ao trânsito em julgado da sentença a proferir nos processos de impugnação n.0s 348/17.5BEFUN e 40/18.3BEFUN.

- **Proc.: 360/18.7BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Processo de contencioso pré-contratual

Autor: TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A.

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Contrainteressados: NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A. e ENP – Estaleiros Navais de Peniche, S.A.

Descrição do litígio: Trata-se de uma ação de contencioso pré-contratual que tem por objeto a impugnação do acto de adjudicação do lote 2 praticado no Concurso Público para Prestação de Serviços de Docagem das embarcações da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., "Boqueirão", "Ilhéu de Cima" e Comandante Valério de Andrade".

A APRAM, S.A. foi condenada a pagar 50% do valor das custas judiciais. Com exceção do pagamento de metade das custas judicias e, eventualmente, das custas de parte, não advêm quaisquer outras responsabilidades.

- **N.º de Proc.: 395/18.0BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Processo de contencioso pré-contratual

Autor: ENP – Estaleiros Navais de Peniche, S.A (ENP).

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A (APRAM, S.A.).

Contrainteressados: NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A. (NAVALTAGUS) e TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A (TECNOVIA MADEIRA).

Descrição do litígio: Trata-se de uma ação de contencioso pré-contratual que tem por objeto a impugnação do acto de adjudicação do lote 1 praticado no Concurso Público para Prestação de Serviços de Docagem das embarcações da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., "Boqueirão", "Ilhéu de Cima" e Comandante Valério de Andrade".

- **Processo de injunção n.º 53051/18.8YIPRT**

Requerimento de injunção apresentado pelo Advogado David Gomes Nunes para cobrança de honorários no montante de 67.375,00 € por serviços prestados no âmbito do Processo n.º 234/11.2TCFUN, que correu os seus termos no Tribunal da Comarca da Madeira, Funchal – Inst. Central – Secção Cível – J1 (inicialmente 1.ª Secção das Varas de Competência Mista do Funchal).

- **Proc. n.º 1857/09.5BELSB, 1.ª UO do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa**

Autoras: AAMC – Associação de Armadores da Marinha de Comércio e outras

Espécie: 3.ª Espécie - Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos – Impugnação de Actos Administrativos [processo principal apenso ao cautelar findo, que correu termos pelo mesmo Tribunal e UO, sob o n.º 1436/09.7BELSB].

Valor: € 30 000,01

Data de Autuação: 11.09.2009

Estado em 31.12.2018: Pendente

Descrição Sumária: Ação Administrativa Especial de Impugnação de Actos Administrativos, movida por AAMC – Associação de Armadores da Marinha de Comércio, VIEIRA & SILVEIRA – Transportes Marítimos, S.A. e BOX LINES – Navegação, S.A., pretendendo as Autoras, em sede de pedido principal, que o Tribunal anule parcialmente a autorização concedida pelo IPTM [atualmente, Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.)] à companhia NAVIERA ARMAS, SA, na parte relativa à prestação do serviço regular do transporte de carga rodada entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira. Mais pedem que o Tribunal, subsidiariamente, condene "o IPTM e a APRAM, S.A. à adoção das condutas necessárias ao cumprimento pelo Réu ARMAS dessas mesmas condições e obrigações"; e que, cumulativamente, condene os Réus IPTM e APRAM, S.A., desde 01.01.2009 até ao termo da infração, e a Ré NAVIERA ARMAS, no pagamento de uma indemnização no valor de € 346 840,00, dos quais € 66 593,00 à autora VIEIRA & SILVEIRA, e ainda no montante que se vier a liquidar em execução de sentença, relativo a alegados prejuízos sofridos com a autorização

impugnada, desde a data da interposição da ação até ao trânsito em julgado de sentença que condene os Réus no pagamento da devida indemnização.

- **Processo n.º 5154/15.9T8FNC – Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal [atualmente Proc. n.º 6577/15.9T8FNC-A]**

Requerentes: Diva Manuela Lourenço e outros

Espécie: Procedimento Cautelar de Suspensão de Despedimento convolado em Procedimento Cautelar Comum

Valor: € 30 000,01

Data de Autuação: 16.09.2015

Estado em 31.12.2018: Pendente

Descrição Sumária: Procedimento cautelar movido por Diva Manuela Lourenço, Duarte Miguel da Silva Drumond e Maria Lúcia Melim, ex-trabalhadores da sociedade TRINTA E TRÊS BARRA DEZASSEIS – Assistência Náutica, S.A. e em que estes pedem o reconhecimento cautelar da APRAM, S.A. como sua entidade empregadora por efeito da pretensa transmissão dos respetivos contratos de trabalho, em consequência da resolução levada a cabo por esta entidade do "Contrato de Conceção, Construção, e Exploração de Infraestruturas de Apoio a Atividades Náuticas de Recreio, no Terrapleno do Porto do Porto Santo" e do "Contrato Relativo à Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo", bem como que seja decretada a suspensão judicial dos seus despedimentos de facto. Na sequência do Acórdão proferido neste processo pelo Tribunal da Relação de Lisboa, em 15.06.2016, o Procedimento de Suspensão Despedimento foi convolado em Procedimento Cautelar Comum, tendo os Requerentes, em consequência do mesmo, apresentado um Requerimento Inicial Aperfeiçoado.

Ao referido Requerimento Inicial Aperfeiçoado, a APRAM, S.A. deduziu Oposição, tendo vindo, posteriormente, a ser decidido apensar este Procedimento Cautelar **ao Proc. N.º 6577/15.9T8FNC, apenso cautelar que passou a tramitar sob Proc. N.º 6577/15.9T8FNC-A.**

A requerida providência cautelar convolada foi decretada, por Sentença já transitada em julgado.

- **Processo n.º 5831/15.4T8FNC – Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal**

Autor: Marco Assunção Rodrigues da Silva

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 5 000,01

Data de Autuação: 19.10.2015

Estado em 31.12.2018: Pendente [fase de Recurso]

Descrição Sumária: Ação interposta contra a APRAM, S.A. e contra a sociedade TRINTA E TRÊS BARRA DEZASSEIS – Assistência Náutica, S.A., por Marco Assunção Rodrigues da Silva, em que este, em síntese e entre o mais, pede, sem prejuízo de optar pela indemnização por despedimento ilícito, a reintegração do seu posto de trabalho na APRAM, S.A., em consequência da cessação do "Contrato de Conceção, Construção, e Exploração de Infraestruturas de Apoio a Atividades Náuticas de Recreio, no Terrapleno do Porto do Porto Santo" e do "Contrato Relativo à Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo".

- **Processo n.º 391/15.9BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Autora: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO MADEIRENSE, Lda.

Espécie: Ação Administrativa Comum

Valor: € 53 982,03

Data de Autuação: 21.10.2015

Estado em 31.12.2018: Pendente [fase de articulados]

Descrição Sumária: Ação interposta pela sociedade EMPRESA DE NAVEGAÇÃO MADEIRENSE, Lda., através da qual esta pede a condenação da APRAM, S.A. no pagamento de uma indemnização do valor de € 53 982,03, acrescido de juros de mora calculados à taxa legal desde a data da citação até integral pagamento, por danos alegadamente sofridos no navio "FUNCHALENSE 5", no dia 10.12.2013, pelas 15:00, no porto do Caniçal.

- **Processo n.º 56/17.7BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Autora: PARTIDO SOCIALISTA

Espécie: Ação Administrativa

Valor: € 5 000,01

Data de Autuação: 24.02.2017

Estado em 31.12.2018: Pendente [fase de articulados]

Descrição Sumária: Ação interposta pelo PARTIDO SOCIALISTA e em que este pede a condenação da APRAM, S.A. (a) "a recolocar o cartaz da propaganda política em causa e respetivo suporte, propriedade do A., no local de onde o mesmo foi removido", (b) devendo "ainda ser fixado um prazo não superior a 30 (trinta) dias para o cumprimento" daquela recolocação, e (c) "ser a R. condenada ao pagamento de uma sanção pecuniária compulsória, no valor diário de € 20,00, por cada dia de incumprimento". A Autora desistiu do processo em 2019.

- **Processo n.º 5771/17.2T8FNC do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 2**

Autora: Inês Sousa dos Reis

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 629 515,52

Data de Autuação: 09.11.2017

Estado em 31.12.2018: Pendente [fase de articulados]

Descrição Sumária: Ação interposta por Inês Sousa dos Reis, contra Duarte Vieira Dias, ETPRAM – Empresa de Trabalho Portuário, ETP, Lda., OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda., e FIDELIDADE - Companhia de Seguros, S.A., tendo sido admitida a Intervenção Acessória da APRAM, S.A., como auxiliar dos Réus, em virtude do eventual direito de regresso que estes poderão ter contra aquela, e em que a Autora pede que os Réus sejam condenados no pagamento duma indemnização do valor global de € 629 515,52, acrescido de juros à taxa legal até pagamento, custas e procuradoria, pelos alegados danos por si sofridos em consequência do acidente ocorrido no dia 24.03.2014, no porto do Caniçal, de que foi vítima Em 04.05.2018, a APRAM, S.A.,

apresentou Contestação, na qual, entre o mais, requereu a Intervenção Acessória provocada da LUSITÂNIA - Companhia de Seguros, S.A., por ter transferido para esta seguradora a responsabilidade pelos prejuízos em causa, intervenção que já foi deferida.

- **Processo n.º 4052/18.9T8FNC do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 2**

Autora: LUSITÂNIA – Companhia de Seguros, S.A.

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 120 943,07

Data de Autuação: 08.08.2018

Estado em 31.12.2018: Pendente [fase de articulados]

Descrição Sumária: Ação instaurada por LUSITÂNIA – Companhia de Seguros, S.A., contra a APRAM, S.A., OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda., ETPRAM – Empresa de Trabalho Portuário, Lda., Duarte Vieira Dias, e a FIDELIDADE - Companhia de Seguros, S.A., e em que pede que os Réus sejam solidariamente condenados "a pagar à Autora a quantia de € 120.943,07, acrescida dos juros de mora vincendos contados desde a data de citação da Ré e até integral e efetivo pagamento, calculados dia a dia, às taxas de juros comercial, sobre o capital em dívida", bem como "no pagamento das pensões e das prestações suplementares, designadamente com assistência médica e medicamentosa, transportes, etc, que venham a ser liquidadas e, e por conta, da Trabalhadora Inês Sousa dos Reis em data posterior à data da entrada da presente ação, a liquidar em execução da sentença, com todas as consequências legais".

- **Processo Executivo n.º 6577/15.9T8FNC.1 e Proc. de Embargos de Executado n.º 6577/15.9T8FNC-C, do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo do Trabalho do Funchal**

Exequentes/Embargados: Diva Manuela Lourenço, Maria Lúcia de Melim e Duarte Miguel da Silva Drumond

Espécie: Ação Executiva e correspondentes Embargos de Executado

Valor: € 136 180,61

Data de Autuação: 28.09.2018

Estado em 31.12.2018: Pendente

Descrição Sumária: Processo Executivo interposto por Diva Manuela Lourenço, Maria Lúcia de Melim e Duarte Miguel da Silva Drumond, tendo por título a Sentença proferida no âmbito do Proc. N.º 6577/15.9T8FNC, do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal, e através do qual pretendem obter a sua reintegração coerciva na APRAM, S.A. [Executada/Embargante], bem como o pagamento coercivo da importância de € 136 180,61 e acrescidos, a título das retribuições que deixaram de auferir desde o seu despedimento, em 09.09.2015, até o trânsito em julgado da decisão que declarou a ilicitude daquele despedimento.

9. Acontecimentos após a data de relato

No dia três de abril de 2019 foi efetuado o aumento de capital no montante de 44.422.065,33, resultante da conversão dos contratos de mútuo, celebrados entre a Região Autónoma da Madeira e a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 2016 e em 2017. O valor do capital social passou a ser de 103.551.570,00 €, representando o total de 20.710.314 ações, com o valor nominal de 5,00 € cada.

A APRAM, S.A. tem obrigações de serviço público, os portos são um setor de interesse geral no transporte de mercadorias e mobilidade de pessoas e bens, a sua sobrevivência económico financeira não pode ser colocada em causa sob pena de estrangular toda a economia regional. A Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, que eliminou a TUP/Carga, traduz uma redução substancial da receita da APRAM, S.A, indispensável ao seu normal funcionamento, e que foi considerando aquando da elaboração do plano de atividades e orçamento para 2019, integrado no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

A atribuição das indemnizações compensatórias visam compensar a empresa da perda de receita a cobrar no âmbito da TUP/Carga.

10. Instrumentos financeiros de capital próprio

O capital social é de 59.129.505,00 euros, representado por 11.825.901 ações, no valor nominal de 5 euros por ação[12].

O capital social foi subscrito e integralmente realizado pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira.

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira.

11. Benefícios dos empregados

No ano 2018, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 152 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS			
Remunerações dos órgãos sociais	169 264,71	183 739,05	-7,88%
Encargos com as remunerações	36 501,45	41 714,70	-12,50%
Total dos gastos com os órgãos sociais	**205 766,16**	**225 453,75**	**-8,73%**
GASTOS COM O PESSOAL			
Remunerações do pessoal	5 889 495,76	5 616 675,86	4,86%
Outros gastos com o pessoal	220 831,00	228 776,77	-3,47%
Encargos com as remunerações	1 464 846,00	1 335 372,19	9,70%
Total dos gastos com o pessoal	**7 575 172,76**	**7 180 824,82**	**5,49%**
TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS	**7 780 938,92**	**7 406 278,57**	**5,06%**

[12] Houve aumento do capital social em 2019.

A rubrica "Outros gastos com o pessoal" inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

O decréscimo nos gastos com os órgãos sociais é justificado pela alteração de três administradores executivos para dois executivos e um não executivo.

Os gastos com o pessoal tiveram uma variação positiva devido essencialmente à atribuição de diuturnidades, diferencial de carreira e promoções. Além disso, foram contratados cinco trabalhadores – um engenheiro civil, um diretor de operações portuárias, um engenheiro técnico civil e dois técnicos administrativos.

12. Fluxos de Caixa

12.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, que nos dá informação acerca das principais componentes dos recebimentos e dos pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

RUBRICAS	2018	2017
CAIXA 111		
E 118:		
Caixa Funchal	478,12	1 627,00
Caixa Caniçal	95,40	60,40
Caixa Porto Santo		470,31
Total de caixa (1)	**573,52**	**2 157,71**
DEPÓSITOS BANCÁRIOS 12:		
DO IGCP - Dep. Ordem	482 471,90	108 184,10
DO IGCP - Caniçal e Porto Santo	24 320,32	1 593,48
DO IGCP - Fundo de coesão Porto Caniçal	3 148 134,02	3 430 044,97
DO IGCP - Projetos de cooperação INTERREG/ MAC	511 990,88	167 353,52
DO IGCP - Marina do Porto Santo	143 657,39	4 647,26
DO IGCP - POVT Porto Santo	13 417,23	
DO IGCP - Reforço caução de empreitadas	168 778,69	147 759,86
DO IGCP - Gainn - LNG Green CID	15 555,60	1 074,32
DO IGCP - LSW - Logistical Single Window	553,51	
DO IGCP - Projeto cais da Ponta do Sol	11 946,24	
Total de depósitos bancários (2)	**4 520 825,78**	**3 860 657,51**
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)	**4 521 399,30**	**3 862 815,22**

13. Inventários

As mercadorias e os materiais de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

O valor do Inventário apresentado é de 10.000 euros, sendo que o valor bruto de aquisição é de 104.480,88 €, com uma perda por imparidade associada no valor de 94.480,88 euros.

Em 31 de Dezembro de 2018 os valores registados na contabilidade são os seguintes:

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAIS DE CONSUMO
Saldo inicial Regularização de existências		10.000,00
Saldo Final	**0,00**	**10.000,00**

14. Fornecimento e serviços externos

Rubrica	2018	2017	Variação
Trabalhos especializados	245 166,62	225 110,39	8,91%
Publicidade e propaganda	68 146,95	61 298,35	11,17%
Vigilância e segurança	331 515,96	375 461,35	-11,70%
Conservação e reparação	1 245 060,17	1 123 932,32	10,78%
Vistorias		71,00	-100,00%
Materiais	68 343,77	66 505,27	2,76%
Energia e fluidos	509 274,17	535 617,31	-4,92%
Deslocações, estadas e transportes	46 610,20	56 810,03	-17,95%
Rendas e alugueres	4 948,52	12 833,58	-61,44%
Comunicação	51 466,29	48 073,18	7,06%
Seguros	110 578,41	88 045,84	25,59%
Contencioso e notariado	43 857,46	169 026,70	-74,05%
Despesas de representação	1 792,63	863,70	107,55%
Limpeza, higiene e conforto	72 879,79	115 247,89	-36,76%
Outros serviços	19 437,62	23 780,25	-18,26%
Total	**2 819 078,56**	**2 902 677,16**	**-2,88%**

15. Subsídios do Governo e Apoios Comunitários

15.1 Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras: Os subsídios ao investimento a fundo perdido, contratualizados com o Governo Regional através de Contratos Programa e por conta de verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional, destinados ao financiamento de investimentos em ativos fixos, são reconhecidos anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento. São registados na rubrica "Outras variações no capital próprio".

Após uma avaliação exaustiva a cada projeto, e aos subsídios rececionados a fundo perdido, passou a ser entendimento que estes passam a ser reconhecidos pelo valor recebido, e não pelo valor atribuído.

O montante total recebido, inerente a cada projeto aprovado e ao respetivo programa de apoio (Fundo de Coesão, POVT, etc.), fica devidamente evidenciado na Demonstração de Resultados. Face a esta alteração, o reconhecimento dos rendimentos associados aos recebimentos de subsídios de exploração de anos anteriores foi registado na rubrica "correções relativas a anos anteriores".

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(80 299,17)	(80 299,17)	0,00%
Sub-total (1)	**(80 299,17)**	**(80 299,17)**	**0,00%**
Molhe exterior do porto do Caniçal	31 480 177,51	32 287 825,99	-2,50%
Remate nascente da plataforma marítima	183 058,14	190 881,18	-4,10%
Molhe exterior da pontinha	705 832,48	741 310,84	-4,79%
Apoio náutico do Porto Santo	409 309,99	427 915,15	-4,35%

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2018

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
Ampliação do cais de Machico	261 869,12	280 574,00	-6,67%
Ampliação do cais da Calheta	324 739,82	339 500,66	-4,35%
Berço de estacionamento de navios	164 720,55	183 002,55	-9,99%
Estaleiro naval do porto de pesca	426 471,57	447 795,21	-4,76%
Forte de Nossa Senhora da Conceição	-	5 200,04	-100,00%
Cais da Ribeira Brava	-	5 860,62	-100,00%
Sistema de guiamento de embarcações	106 992,38	111 855,62	-4,35%
Embarcações de madeira	192 037,53	200 766,45	-4,35%
Ampliação do cais do Paul do Mar	1 522 467,41	1 580 762,09	-3,69%
Aquisição de rebocador polivalente	42 896,34	57 142,02	-24,93%
Ligação viária da avenida Sá Carneiro	38 157,88	57 236,92	-33,33%
Ampliação do cais do Porto Moniz	6 158 479,77	6 386 571,57	-3,57%
Fundo de coesão do porto do Funchal	8 727 106,07	9 045 315,35	-3,52%
POVT do porto do Porto Santo	14 904 823,29	15 359 124,69	-2,96%
Contrato programa de investimentos	1 488 041,16	1 564 644,48	-4,90%
POVT - Zona acostável norte do porto do Funchal	20 927 905,43	21 498 167,51	-2,65%
Contrato programa - Fundo coesão do Porto do Caniçal	1 795 423,68	1 845 296,52	-2,70%
Contrato programa - Fundo coesão Nacional	-	3 960 000,00	-100,00%
Reforço manto proteção molhe sul Porto do Funchal	43 700,40		
Reparação do porto do Porto Santo	12 785,60		
Reparação danos temporal 10 dezembro 2013 cais Machico	14 219,10		

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
Apetrechamento marina leste cais cidade	60 169,39		
Reparação terminal de contentores Porto do Caniçal	72 696,61		
Requalificação e reabilitação do cais da Ponta do Sol	16 843,05		
Otimização frente de proteção marítima depósito inertes criada a nascente do cais Funchal	227 127,34		
Reparação dos cabeços nos portos da RAM	75 340,00		
Sub-total (2)	**90 383 391,61**	**96 576 749,46**	**-6,41%**
Impostos Diferidos	(18 076 678,33)	(20 281 117,31)	-10,87%
TOTAL DAS OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO (1) + (2)	**72 226 414,11**	**76 215 332,98**	**-5,23%**

15.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio de que diretamente se beneficiou: Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transnacionais, comparticipados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- Ecomarports;
- JUL – Janela Única Logística;
- GAINN - LNG Green CID;
- INTERREG - Atlantic Blue Port.

16. Sector Público Estatal

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			
Pagamento especial por conta	103 361,20	104 313,94	-0,91%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	17 711,99	-100,00%
Estimativa de imposto (IRC)	(4 263,50)		
Total	**99 097,70**	**122 025,93**	**-18,79%**
Estimativa de imposto (IRC)		(7 312,69)	-100,00%
Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)	(138 335,43)	(131 074,62)	5,54%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	(53 245,50)	(13 675,48)	289,35%
Contribuições para a segurança social e outros sistemas complementares	(174 925,57)	(169 813,07)	3,01%
Sindicatos e outras retenções		(3 648,19)	-100,00%
Total	**(366 506,50)**	**(325 524,05)**	**12,59%**

RUBRICAS	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERIODO			
Estimativa de imposto (IRC)	(4 263,50)	(7 312,69)	-41,70%
Imposto diferido	579 347,28	578 810,38	0,09%
TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)	**575 083,78**	**571 497,69**	**-0,63%**

17. Financiamentos Obtidos e Outros passivos financeiros

Os financiamentos obtidos e outros passivos financeiros que a APRAM, S.A. tem ao seu dispor, são os seguintes:

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2018

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017	VARIAÇÃO
FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP			
Banco Europeu de Investimento	22 375 565,64	25 294 117,68	-11,54%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	32 000 000,00	37 800 000,00	-15,34%
Déxia Sabadell, S. A.	47 596 380,07	54 484 615,36	-12,64%
Total dos financiamentos MLP	**101 971 945,71**	**117 578 733,04**	**-13,27%**
FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP			
Banco Europeu de Investimento	2 352 941,17	2 352 941,17	0,00%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	5 800 000,00	5 800 000,00	0,00%
Déxia Sabadell, S. A.	7 453 846,16	7 453 846,16	0,00%
Região Autónoma da Madeira	65 567 578,67	44 422 065,33	47,60%
Total dos financiamentos CP	**81 174 366,00**	**60 028 852,66**	**35,23%**
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			
Outros passivos financeiros:			
Swap de taxa de juro Societe Generale - 63 ME	4 481 702,00	5 455 006,00	-17,84%
Swap de taxa de juro Societe Generale - 30 ME	2 007 254,00	2 465 807,00	-18,60%
Swap de taxa de juro Royal Bank of Scotland - 28 ME	1 629 727,80	2 035 219,50	-19,92%
Total dos passivos financeiros	**8 118 683,80**	**9 956 032,50**	**-18,45%**
TOTAL	**191 264 995,51**	**187 563 618,20**	**1,97%**

No que se refere à rubrica "Outros passivos financeiros", os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região Autónoma da Madeira, e que à luz do normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2018

Verificou-se na rubrica de financiamentos obtidos de médio e longo prazo uma variação negativa em relação ao ano anterior, justificada pela amortização dos empréstimos efetuada ao longo do ano.

A rubrica de financiamentos obtidos de curto prazo espelha os valores a pagar no próximo ano às instituições financeiras e os valores dos contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira com o intuito de regularizar o serviço da divida.

Início do contrato	Fim do contrato	Valor contratado	Banco	Avalista
19/11/2003	15/09/2028	30 000 000,00 €	BEI - Banco Europeu de Investimento	Governo Regional da Madeira e Estado
25/11/2005	25/11/2025	63 000 000,00 €	Dexia Crédit Local	Governo Regional da Madeira
19/07/2006	25/11/2025		Societe Generale - Swap taxa de juro do empréstimo de 63.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
27/05/2005	27/05/2025	30 000 000,00 €	Commerzbank, S.A. (contrato inicial ao Barclays Bank plc Frankfurt Branch)	Governo Regional da Madeira
17/11/2006	27/05/2025		Societe Generale - Swap taxa de juro do empréstimo de 30.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
10/12/2004	10/12/2024	28 000 000,00 €	Commerzbank, S.A. (contrato inicial ao Barclays Bank plc Frankfurt Branch)	Governo Regional da Madeira
28/11/2006	10/12/2024		Royal Bank of Scotland - swap taxa de juro do empréstimo de 28.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
19/01/2007	15/12/2031	10 000 000,00 €	BEI - Banco Europeu de Investimento	Governo Regional da Madeira e Estado
28/12/2007	28/12/2027	15 000 000,00 €	Dexia Crédit Local	Governo Regional da Madeira
TOTAL		**176 000 000,00 €**		

18. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

O presente relatório contém os elementos que caracterizam a situação económica e financeira da APRAM, S.A. e demais informações a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de agosto.

18.1 Honorários faturados pelo revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram faturados 11.940 euros, acrescidos de IVA, pelos serviços de revisão legal de contas.

Adicionalmente, a Grant Thornton & Associados, SROC, Lda. prestou à APRAM outros serviços permitidos, no âmbito de um diagnóstico que lhe foi solicitado, para identificação de créditos com probabilidade de recuperação de IVA, tendo faturado a quantia de 2.000 euros, acrescidos de IVA.

APRAM – Administração dos Portos da Região da Madeira, S.A., aos 23 de abril de 2019

O Conselho de Administração,

A Presidente,	A Vogal,	O Vogal,
(Maria Lígia Ferreira Correia)	(Maria de Fátima Pita Carvalho Correia)	(Roman Feliciano Neto Pinto)

A Contabilista Certificada,

(Priscila Maria Martins Candelária)

APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.
Gare Marítima da Madeira, Molhe da Pontinha, Porto do Funchal • 9004-518 FUNCHAL - PORTUGAL
TEL: 351 291 20 86 00 • FAX: 351 291 22 01 96
portosdamadeira@apram.pt • www.apram.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

E

RELATÓRIO E PARECER

DO

FISCAL ÚNICO

Grant Thornton

An instinct for growth™

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 296.331.225 euros e um total de património líquido de 84.922.334 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12.550.648 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1., 2. e 3, da secção "Base para opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não se encontram ainda formalizadas por parte do Governo Regional as contrapartidas relativas ao ingresso no domínio público da Região Autónoma da Madeira, do terreno da área de jurisdição da APRAM, em frente à antiga sede. Deste modo, não é possível quantificar os impactos decorrentes dessas contrapartidas.
2. Conforme mencionado no ponto 10 do relatório de gestão, o Tribunal Arbitral proferiu sentença favorável à APRAM, S.A. relativamente ao litígio com o cliente CLCM – Companhia Logística da Madeira, S.A., no que respeita aos montantes faturados desde outubro de 2007. Em 31 de dezembro de 2018, os registos contabilísticos da APRAM apresentam o valor de 3.651.900 euros a receber desta entidade, relativamente ao qual se encontram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 3.255.698 euros. Dado que a CLCM interpôs recurso da decisão do Tribunal Arbitral, e até à data este processo não se encontra

concluído, não é possível quantificar o eventual impacto que a decisão final possa vir a ter nas contas apresentadas.

3. Tal como referido na secção "Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares", a Entidade não preparou as demonstrações orçamentais, para cumprimento dos requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, motivo pelo qual não foi possível a sua auditoria e, consequentemente, a emissão da nossa opinião sobre as mesmas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Em 16 de janeiro de 2018, a APRAM solicitou ao acionista único (Governo Regional da Madeira) um aumento de capital social a realizar pela conversão dos contratos de mútuo celebrados com a Região Autónoma da Madeira, no valor total de 44.422.065 euros, o qual veio a ser formalizado em 3 de abril de 2019.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Incerteza material relacionada com a continuidade

A natureza da atividade, a estrutura de financiamento dos projetos e a exploração dos investimentos condicionam os resultados da entidade, colocando a APRAM numa situação de completa dependência do apoio financeiro do seu acionista – Governo Regional da Madeira.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

A nossa abordagem de auditoria foi baseada na avaliação dos riscos ao nível do reporte financeiro, tendo no caso desta Entidade sido identificadas as seguintes matérias relevantes de auditoria:

Riscos significativos de distorção material identificados	**Síntese da abordagem de auditoria**
• *Reconhecimento do rédito e contas a receber* A ISA 240 presume a existência de risco de fraude no reconhecimento do rédito. Nesse sentido, focámo-nos nas transações que contribuem mais significativamente para o volume de negócios da Entidade e que envolvem o julgamento dos responsáveis pela governação.	A nossa abordagem a este risco consistiu numa resposta que incluiu um conjunto combinado de procedimentos relacionados com o controlo interno e substantivos, designadamente: – Atualização dos procedimentos de controlo interno em vigor e realização de testes de conformidade, na extensão considerada

Riscos significativos de distorção material identificados	Síntese da abordagem de auditoria
O nosso trabalho considerou o risco de as prestações de serviços efetuadas poderem não ter sido todas faturadas, de a faturação poder não ter sido devidamente integrada na contabilidade e, ainda, o risco de todas as transações registadas como tal, poderem não ter ocorrido efetivamente. No que respeita às contas a receber, nomeadamente de Clientes, foi identificado um risco suscetível de distorção nas demonstrações financeiras, quanto à recuperabilidade de saldos que apresentam valores significativos e/ou alguma antiguidade. Sobre estas matérias, as Notas 7 e 8 às demonstrações financeiras fornece mais informações.	adequada nas circunstâncias, no sentido de confirmar que os controlos implementados estão a ser cumpridos; – Utilização de técnicas assistidas por computador para (i) reconciliar os documentos de faturação com os lançamentos efetuados no diário e nas contas de vendas e (ii) para identificar itens irregulares ou não usuais; – Realização de testes substantivos, em base de amostragem, para verificação de que os termos que constam das faturas estão em conformidade com as condições acordadas; – Obtenção de confirmações externas de clientes para verificação de que os valores faturados correspondem efetivamente a prestação de serviços, e que os montantes registados como ativo se referem efetivamente a valores a receber; e – Análise do mapa de antiguidade de saldos, no sentido de confirmar que o registo de perdas por imparidade está adequado, face aos montantes que se prevê possam vir a não ser realizados em virtude da sua antiguidade, ou por outras razões.
• *Reconhecimento e mensuração de financiamentos e derivados* No que respeita a estas matérias de auditoria, atendendo às suas naturezas e à relevância dos montantes envolvidos, foi identificado o risco de liquidez no que se refere à capacidade de a Empresa satisfazer os seus compromissos, nomeadamente os que se relacionam com o serviço da dívida dos financiamentos. A nota 17 do anexo às demonstrações financeiras, contem informações adicionais sobre estas matérias.	A nossa abordagem a este risco consistiu, essencialmente, na realização de procedimentos substantivos, que incluíram designadamente: – A obtenção de confirmações externas das respetivas entidades bancárias; – A análise dos contratos de financiamento, sempre que aplicável, no sentido de confirmar a adequação dos cálculos e pressupostos relativos à mensuração ao custo amortizado, bem como a correta segregação por passivo corrente e não corrente; – Confirmação da correta contabilização dos instrumentos financeiros derivados (*swaps*) em conformidade com o *mark-to-market* disponibilizado pelas instituições bancárias. – Verificação de que as divulgações efetuadas se encontram em conformidade com o referencial contabilístico utilizado pela Entidade.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

A Entidade não preparou as demonstrações orçamentais, para cumprimento dos requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, motivo pelo qual não foi possível a sua auditoria e, consequentemente, a emissão da nossa opinião sobre as mesmas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- O primeiro período para que fomos contratados pela Entidade para efetuar a revisão às contas e desempenhar as funções de Fiscal Único, corresponde ao mandato de 2017 a 2019, tendo a respetiva nomeação, por parte do acionista, ocorrido em 31 de julho de 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA, mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

Adicionalmente, informamos também que os membros do Conselho Fiscal ainda aguardam designação em conformidade com a Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, que define no n.º 1 do seu art.º 3.º que a fiscalização das EIP deverá ser efetuada de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade serviços de procedimentos acordados, no decorrer do exercício de 2018, relativos à analise da lista de incobráveis e identificação dos que ainda tinham possibilidade de recuperação do IVA, serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor.

24 de abril de 2019

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes

Grant Thornton

An instinct for growth™

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Acionista da

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções:

(i) auditámos a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras;

(ii) não auditámos as demonstrações orçamentais, para cumprimento da NCP 26 – Contabilidade orçamental, dado que a Entidade não procedeu à sua preparação, com referência a 31 de dezembro de 2018.

Grant Thornton

An instinct for growth™

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2018, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui três reservas e uma ênfase.

Relativamente à derrogação da NCP 26, relacionada com a contabilidade orçamental, mencionada nas reservas e referida na alínea ii) do âmbito das nossas funções deste documento, a situação foi originada por dificuldades logísticas e do sistema informático utilizado pela APRAM, o qual, não se encontra ainda preparado para responder aos requisitos da informação a prestar, conforme consta do Relatório de Gestão.

No que se refere ao cumprimento do normativo legal aplicável, informamos que ainda não se encontra nomeado o Conselho Fiscal da Entidade, o que, recomendamos, seja efetuado com a maior brevidade.

Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 1., 2. e 3. da secção "Bases para a opinião com reservas" da Certificação Legal das Contas e, tendo em conta o descrito naquele documento, na secção "Ênfase", as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação em Assembleia Geral de Acionistas.

24 de abril de 2019

Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes